

Luciani Dalmaschio

**PREDICAÇÃO DIRIGIDA X PREDICAÇÃO CENTRADA: A (NÃO) OCUPAÇÃO
DO LUGAR SINTÁTICO DE OBJETO NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA DA
ENUNCIÇÃO**

BELO HORIZONTE

2013

Luciani Dalmaschio

**PREDICAÇÃO DIRIGIDA X PREDICAÇÃO CENTRADA: A (NÃO) OCUPAÇÃO
DO LUGAR SINTÁTICO DE OBJETO NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA DA
ENUNCIÇÃO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística teórica e descritiva.

Linha: 1(C) Estudos da Língua em Uso

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

BELO HORIZONTE

Faculdade de Letras da UFMG

2013

Tese intitulada “Predicação dirigida x predicação centrada: a (não)ocupação do lugar de objeto na perspectiva da semântica da enunciação”, defendida por Luciani Dalmaschio, em 01 de março de 2013, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)
Orientador

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (UNICAMP)

Cármem Lúcia Hernandes Agustini (UFU)

Antônio Luiz Assunção (UFSJ)

Sueli Maria Coelho (UFMG)

Melliandro Mendes Galinari (UFOP)
Suplente

Marcia Cristina de Brito Rumeu (UFMG)
Suplente

Belo Horizonte, 01 de março de 2013

AGRADECIMENTO

Fraseador

Hoje eu completei oitenta e cinco anos. O poeta nasceu de treze. Naquela ocasião escrevi uma carta aos meus pais, que moravam na fazenda, contando que eu já decidira o que queria ser no meu futuro. Que eu não queria ser doutor. Nem doutor de curar nem doutor de fazer casa nem doutor de medir terras. Que eu queria era ser fraseador. Meu pai ficou meio vago depois de ler a carta. Minha mãe inclinou a cabeça. Eu queria ser fraseador e não doutor. Então, o meu irmão mais velho perguntou: Mas esse tal de fraseador bota mantimento em casa? Eu não queria ser doutor, eu só queria ser fraseador. Meu irmão insistiu: Mas se fraseador não bota mantimento em casa, nós temos que botar uma enxada na mão desse menino pra ele deixar de variar. A mãe baixou a cabeça um pouco mais. O pai continuou meio vago. Mas não botou enxada.

Manoel de Barros

Fico imensamente feliz porque a vida me deu a chance de me transformar em uma fraseadora-doutora ou, quem sabe, em uma doutora-fraseadora, sem que houvesse, portanto, a necessidade da escolha entre um e outro.

Por isso, agradeço, a exemplo de outros agradecimentos já tecidos por mim, a todas as pessoas que,

por compreenderem as bases teóricas que fundamentam esse trabalho, puderam me ajudar

e a todos aqueles que,

mesmo sem entender as minhas discussões acadêmicas, também muito ajudaram por me compreender.

DEDICATÓRIA

A quem esteve perto, sempre.

RESUMO

Esta pesquisa fundamenta-se nos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação, a fim de propor um trabalho de análise que se organiza em torno de uma sintaxe de base enunciativa, cujo pressuposto teórico propõe que o funcionamento linguístico é regido pelo plano das formas e o plano da enunciação. Nessa perspectiva, tomamos como objeto específico de análise o lugar sintático “objeto verbal”. Alicerçados no estudo desse fato gramatical e tomando por base um *corpus* diversificado, trabalhamos com a proposta de que o silêncio sintático apresenta-se como elemento constitutivo do sentido, bem como de que as condições de ocupação são determinadas pelos modos de enunciação específicos e genéricos. Esse estudo também discute as predicções de que os verbos participam, subdividindo-as em: predicções dirigidas, que ocorrem quando são orientadas para um objeto e, predicções centradas, que se realizam quando a direção do sentido é orientada para o verbo. Além disso, propomos uma categorização dessas predicções por meio da construção de um contínuo. Para tanto, tomamos por base a amplitude do domínio referencial que se estabelece por ocasião das possíveis ocupações que são realizadas, a fim de se produzir o efeito de completude dos enunciados. Nesse sentido, analisamos a constituição orgânica do objeto, as condições enunciativas para a ocupação desse lugar, bem como os efeitos de sentido que essa ocupação (ou a ausência dela) proporciona.

Palavras-chave: Sintaxe. Semântica da Enunciação. Lugar Sintático. Objeto Verbal.

ABSTRACT

This research is based on studies developed by the Semantics of Enunciation in order to propose an analytical work that is organized in a tone syntax based enunciative, whose theoretical assumption proposes that the linguistic functioning is governed by the plane of the forms and the plane of enunciation. In this approach, the focus of the analysis is on the syntactic place verbal object. This work, based on this grammatical topic and also in a diverse *corpus*, works with the proposition that the syntactic silence presents itself as a meaningful constitutive element, as well as occupation conditions are determined by general and specific enunciative forms. This study also discusses that verbal predications are divided both in oriented predications, which occurs when they are guided to an object, and centered predications, which are accomplished when the direction of meaning is guided to the verb. Besides, we propose a categorization of such predications by constructing a continuous. As to, this research is based on an amplitude of referential dominium that is established because of the possible occupations which are accomplished as to produce the effect of enunciative completion. In this sense, this work analyses the linguistic constitution of the object, the enunciative conditions for the occupation of this place, as well as the effect of meaning that this occupation (or the lack of it) provides.

Keywords: Syntax. Semantics of Enunciation. Syntactic Place. Verbal Object.

Difícil fotografar o silêncio.

Entretanto, tentei...

(Manoel de Barros)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS..... | 16 |
| CAPÍTULO I – Sintaxe: perspectivas de análise..... | 22 |
| 1 UM OLHAR INICIAL SOBRE O CONCEITO DE TRANSITIVIDADE..... | 23 |
| 1.1 A transitividade como fenômeno que expressa o déficit (ou o superávit) da significação verbal..... | 26 |
| 1.2 A transitividade e a ordem da recção..... | 35 |
| 1.3 A transitividade vista como uma questão posicional..... | 41 |
| 1.4 Um olhar pragmático sobre a transitividade..... | 47 |
| CAPÍTULO II – Orientações teóricas da pesquisa – Semântica da Enunciação..... | 53 |
| 2 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO..... | 54 |
| 2.1 Considerações preliminares sobre acontecimento enunciativo..... | 54 |
| 2.2 Acontecimento enunciativo e história..... | 57 |
| 2.3 Regularidades discursivas x acontecimento enunciativo..... | 59 |
| 2.4 O acontecimento como lugar de deslocamento das discursividades..... | 61 |
| 2.5 Acontecimento enunciativo: a atualização de uma virtualidade..... | 63 |
| 2.6 A memória enunciativa..... | 68 |
| 2.7 Onde o acontecimento se instala – o entremeio da singularidade e da recorrência | 77 |
| 2.8 Como o sentido e a referência se manifestam em um acontecimento enunciativo..... | 79 |
| 2.8.1 Um breve percurso..... | 79 |
| 2.8.2 Especificidades e entrecruzamentos semânticos..... | 82 |
| 2.8.3 O sentido e a referência como construtos enunciativos..... | 83 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO III – Orientações teóricas da pesquisa – Por uma sintaxe de base semântica..... | 90 |
| 3 CONDIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO DO FATO GRAMATICAL..... | 91 |
| 3.1 Condições distributivas: uma concepção empírica e articulatória..... | 91 |
| 3.2 Os lugares sintáticos como marcas das condições atributivas..... | 93 |
| 3.3 Ocupação dos lugares sintáticos – foco de análise das condições operativas..... | 95 |
| 3.3.1 Site e place – a teoria das posições..... | 96 |
| 3.3.2 A macrossintaxe como pressuposto de dois níveis combinatórios em uma relação de apontamento..... | 98 |
| 3.3.3 O lugar sintático de objeto pelo viés da Semântica da Enunciação..... | 102 |
| 3.3.3.1 Discussões sobre a projeção do lugar sintático objeto verbal..... | 104 |
| 3.3.3.2 As predicções centrada x dirigida e os modos de enunciação..... | 111 |
| 3.3.3.3 A presença do silêncio sintático no processo de predicção..... | 114 |
| | |
| CAPÍTULO IV - Ampliando a discussão: a (não)ocupação do lugar sintático de objeto..... | 117 |
| 4 PELO ESTABELECIMENTO DE UM CONTÍNUO DE PREDICAÇÃO..... | 118 |
| 4.1 O início do contínuo: a predicção dirigida e sua escala referencial..... | 119 |
| 4.1.1 Em análise: o caso do objeto incorporado..... | 122 |
| 4.2 Outro ponto do contínuo: a predicção centrada e seus níveis de ocupação..... | 130 |
| 4.2.1 A influência da cena enunciativa e de outros fundamentos da Semântica da Enunciação na (não)ocupação do lugar sintático de objeto..... | 131 |
| 4.2.2 A ocupação e a não ocupação do lugar sintático de objeto e a repercussão desse fenômeno linguístico na construção temática e na progressão textual..... | 143 |
| 4.3 Por um contínuo de predicção: uma proposta de encerramento..... | 149 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 156 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 164 |

INTRODUÇÃO

*A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio
do que do cheio.
Falava que os vazios são maiores
e até infinitos.*

(Manoel de Barros)

Desde o início de nossa vida acadêmica, os estudos linguísticos geraram interesse e impulsionaram os trabalhos que realizamos. Demonstrávamos empenho, principalmente, naquelas pesquisas relacionadas à estrutura gramatical da linguagem. Muito nos fazia refletir a percepção de que para compreendermos o funcionamento linguístico havia a necessidade de analisar mais aspectos do que apenas aqueles previstos na gramática tradicional, principalmente no campo da sintaxe e da semântica.

Com esse intuito, investimos, durante o Mestrado, em estudos que nos trouxeram novos posicionamentos acerca dos estudos sobre a significação. Dessa forma, filiados à perspectiva teórica da semântica da enunciação, desenvolvemos nossa pesquisa intitulada: “Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar sintático de objeto”.

E, por pensarmos que entender o fato gramatical de forma mais ampla configura-se como uma das pretensões atuais no campo da Linguística, consideramos que continuar explorando esse campo seja uma válida contribuição para o enriquecimento dos trabalhos já desenvolvidos nessa área. Portanto, trazemos como proposta para este Doutorado uma reestruturação nos estudos sobre transitividade verbal. Nessa direção, trabalharemos com a ideia de que se faz necessária uma abordagem de gramática capaz de explicar o funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica¹ e suas projeções de acionamento enunciativo.

Nesta nova pesquisa, as discussões continuarão se desenvolvendo, a exemplo do Mestrado, a partir da análise da projeção do lugar sintático objeto verbal e a (não)ocupação desse lugar no enunciado. Nosso interesse por esse assunto se fundamenta no fato de que, na sintaxe de base posicional, as formas consideradas como objetos verbais são estudadas, de maneira geral, como marcadores de uma posição preenchida organicamente a partir de papéis temáticos. Tal

¹ A definição de orgânica, neste trabalho, diz respeito à dimensão material da língua, aquela que se ocupa da organização estrutural dos elementos sentenciais.

percepção inquieta pelo fato de que os objetos verbais apresentam-se também (e em muitos casos), como elementos linguísticos não-lexicalizados, responsáveis pela orientação temática em um texto. Ao contrário do proposto por essa perspectiva sintática, trabalhamos com o pressuposto segundo o qual a sustentação da ocupação do lugar sintático de objeto não está apenas na estrutura argumental do verbo. Ao assumir esse posicionamento pretendemos redimensionar a noção de transitividade verbal proposta pelas gramáticas tradicionais, e mesmo por algumas de base não-tradicional, que explicam a presença de um objeto em um enunciado pela determinação de um verbo transitivo e, conseqüentemente, a ausência desse complemento por força de um verbo intransitivo.

Decorre desse fato, defendermos que é preciso ser lançado um novo olhar sobre os estudos da transitividade, afinal

As abordagens mais difundidas do complemento verbal, mormente aquelas derivadas da tradição gramatical greco-latina, denunciam certo desconforto frente a ocorrências em que o verbo projeta complemento, mas ele não aparece no fio da sentença... Em outros termos, recorre-se facilmente ao argumento de que um verbo transitivo pode ser usado intransitivamente quando o complemento não é explicitado. Isso significa que a percepção da ausência pelas gramáticas clássicas tem como apoio a excepcionalidade advinda de um e outro uso dos verbos, e não de uma análise generalizada do fenômeno. O resultado é uma rarefação do próprio conceito de transitividade, que se mostra afetado pelas ocorrências que suspendem a condição transitiva do verbo. (DIAS; DALMASCHIO, 2008).

As observações que realizamos até aqui parecem evidenciar que nos filiamos ao princípio de que a ocupação e a não ocupação do lugar sintático de objeto se realizam com base em dois domínios distintos

Um deles é o domínio orgânico da predicação. Diremos que o verbo participa da predicação projetando lugar-complemento. Esse lugar-complemento, constitutivo da historicização dos usos do verbo, conformam regularidades no estatuto das sentenças da língua portuguesa...a nossa tese é a de que, mesmo que esse lugar-complemento não seja ocupado lexicalmente, ele continua produzindo efeitos. O segundo domínio é de ordem enunciativa, e arregimenta a discursividade na ocupação ou não do lugar-complemento. Esse domínio explica os efeitos de sentido produzidos em função das discursividades que orientam a filiação da sentença a um campo de pertinência semântica. (DIAS; DALMASCHIO, 2008).

O fato de assumirmos a posição teórica de que as condições enunciativas regulam a ocupação ou não do lugar sintático de objeto nos possibilitará, portanto, analisar de que forma os modos de enunciação específico e genérico determinam essas condições.

Para Dias (2005b), a configuração do lugar sintático “objeto verbal”, por meio do modo de enunciação especificador, acontece quando esse lugar é delimitado por um campo de referência específico e recorta, portanto, um domínio de sentido marcado por uma pontualidade referencial.

Em contrapartida, o modo de enunciação genérico se configura quando o enunciado é constituído por verbos que se mostram abertos para abrigar ocorrências diversas no lugar sintático de objeto. Dito de outra forma, o modo de enunciação genérico é a base sobre a qual se configuram predicções cujos campos de referência do lugar sintático de objeto são generalizadores.

Como decorrência das discussões propostas por Dias (2006a), sobre predicção centrada e dirigida, é que surge, então, o recorte de pesquisa que ora propomos neste projeto. Nas palavras do autor, “a **predicção dirigida** ocorre quando ela é orientada para um objeto. E a **predicção centrada**, por sua vez, ocorre quando ela orienta para o verbo a direção da significação, não produzindo a necessidade do objeto.” (DIAS, 2006a, p.59).²

Na intenção de trazer complexidade e maiores detalhamentos a essa análise, tentaremos evidenciar que as predicções centradas e dirigidas podem ser categorizadas em níveis e esse nivelamento é sustentado discursivamente pela maior ou menor amplitude do domínio de referência que sustenta a ocupação material (orgânica) do lugar sintático de objeto.

Faz-se necessário reafirmar que nossa proposta de análise só ganha pertinência pelo fato de que embora a predicção centrada não oriente a marcação orgânica de objetos, acreditamos que o lugar sintático para esse termo é projetado pelos verbos e a progressão temática do texto só ocorre em função das ocupações que realizamos.

Isso posto, percebe-se que a unidade sentencial, exposta ao seu campo de enunciação, adquire o status de enunciado. Dessa forma, as discursividades que habitam esse campo de enunciação se encarregam de produzir os recortes de

² Para entendermos melhor esses dois tipos de predicção, incluímos no capítulo 3 o item 3.3.3.2- As predicções centrada x dirigida e os modos de enunciação.

significação que fazem os lugares-complemento adquirir especificidade na dimensão de uma ocupação virtual. (DIAS; DALMASCHIO, 2008).

Dito de outra forma, é importante observarmos que, embora a predicação centrada não oriente a marcação orgânica de objetos, o lugar sintático para esse termo é projetado pelos verbos e a evolução temática do texto só ocorre, como já dito, em função das ocupações que realizamos. Entendemos, pois, que algumas ocupações, mesmo não configuradas explicitamente com um elemento linguístico, são passíveis de serem realizadas. Afinal, as regularidades demarcadas pelas condições formais da organicidade da língua, associadas a um domínio de sentido advindo de uma memória de dizeres, são capazes de agregar, ao lugar sintático de objeto, referentes que tornam esse lugar a força motriz da progressão referencial. Ou seja, o lugar sintático de objeto é o lugar disponível para abrigar o novo, é o lugar propenso ao avanço textual, é o lugar capaz de fazer o texto evoluir, mesmo que não esteja ocupado organicamente.

Tentando aprofundar um pouco mais as reflexões sobre predicação centrada e predicação dirigida, pretendemos traçar nessa pesquisa um contínuo de predicação capaz de vislumbrar explicações para a complexidade desse fato linguístico. Complexidade essa que decorre, em nossa perspectiva, da questão desses lugares serem projetados e mostrarem-se abertos para abrigar (ou não) as ocorrências que constituem o efeito de completude do enunciado.

Pretendemos, pois, com esse trabalho, estabelecer, a partir dos conceitos de predicação centrada e dirigida, um contínuo de predicação, evidenciando como as condições enunciativas regulam a ocupação ou a não ocupação dos lugares sintáticos projetados pelos verbos na constituição das sentenças e como esse processo de saturação referencial influencia no percurso temático e na progressão textual.

Em processo de sumarização do que descrevemos até aqui, podemos dizer que nossos objetivos de trabalho se resumem a

- Contribuir para uma (re)definição do conceito de transitividade.
- Explicitar o papel do verbo nos estudos de transitividade, de modo a verificar qual o nível de participação das formas verbais no processo de ocupação e não ocupação do lugar sintático de objeto.
- Descrever como as condições enunciativas regulam a ocupação ou a não ocupação do lugar sintático objeto verbal.

- Observar em que espaços da cena enunciativa se encontram os elementos geradores do domínio referencial para a ocupação do lugar sintático de objeto, de modo a descentralizar a figura do verbo nessa ocupação.
- Ampliar o conceito de predicação centrada e predicação dirigida, analisando os aspectos que as diferem.
- Associar os tipos de predicação (dirigida e centrada) aos modos de enunciação (específico e genérico).
- Analisar em que medida a ocupação e a não ocupação do lugar sintático de objeto se relacionam à construção temática e à progressão textual.
- Verificar a pertinência, para os estudos sobre transitividade, da elaboração de um contínuo de predicação.

Para os fins descritos, nossa tese será desenvolvida conforme a estruturação exposta, a seguir.

Nesta parte introdutória estão apresentados o recorte temático e a formulação do problema, bem como a justificativa, os objetivos que sustentam nossa pesquisa e a organização que daremos ao trabalho.

Logo em seguida, serão expostos os fundamentos metodológicos que utilizaremos na seleção e na análise dos dados. Optamos por apresentar nossa metodologia de trabalho logo no início da pesquisa por entendermos que o nosso *corpus* de análise já será desenvolvido, em muitas ocasiões, desde os capítulos teóricos. Essa postura de escrita exige, em nosso entendimento, que os critérios metodológicos sejam esclarecidos *a priori* no texto.

O capítulo 1 pretende apresentar algumas perspectivas de análise para a transitividade verbal, a fim de que possamos perceber os pontos de contraste e/ou aproximação com o trabalho sintático que tentaremos empreender em nosso estudo.

Elegemos os capítulos 2 e 3 como marcadores da sustentação teórica desta tese. Pensamos ser importante essa divisão, uma vez que o capítulo 2 pretende evidenciar questões que se referem aos estudos sobre semântica da enunciação – modalidade semântica que balizará nosso caminho de trabalho, já o 3 almeja uma associação entre os dois primeiros capítulos, a fim de discutir em que se fundamenta uma sintaxe de base semântica.

No capítulo 4, será ampliada a análise do *corpus* que constitui a pesquisa, de modo a esclarecer a tese que ora defendemos.

Por fim, serão dispostas no trabalho as conclusões a que chegamos tendo em vista o percurso teórico e analítico que realizamos.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Pensamos que para a realização de um trabalho de pesquisa que apresente relevância científica há que se considerar, cuidadosamente, a identificação do objeto de estudo e a seleção das unidades de análise. Sendo assim, entendemos ser importante, para a descrição da metodologia que ora propomos, algumas palavras iniciais acerca do que concebemos como passos metodológicos e qual a importância desses passos para os resultados da pesquisa.

Para início de nossas discussões tomamos por base as palavras de Marcuschi (2001) que relembra, em releitura a Feyerabend (1977), o fato de que “todas as metodologias têm limitações [...] e não há autonomia factual, pois todo *o fato tem a autonomia que a teoria lhe confere.*” (MARCUSCHI, 2001, p.26). Por essa via de análise, nosso trabalho baseia-se no pressuposto de que

...a metodologia só opera eficazmente na relação com um bom problema e uma boa teoria, ou seja, a metodologia em si e por si não tem a menor chance de salvar seja lá o que for. [...] O interessante numa metodologia não é precisamente o quanto se controla, mede, calcula e assim por diante, mas em que medida tudo isso é relevante para os propósitos que se tem em vista. (MARCUSCHI, 2001, p. 26, 31).

Ao oferecermos à questão metodológica esse *status* teórico, entendemos que a opção por uma ou outra metodologia só pode ser avaliada como adequada ou não em função do problema proposto para análise. Com essa tomada de posição, partimos do princípio de que “*corpus* é uma coleção de textos construída com critérios bem definidos a fim de se obter a representatividade e a diversidade mais adequada.” (MARCUSCHI, 2001, p. 32).

Dessa forma, a proposta metodológica que trazemos pretende estabelecer um contraponto entre duas grandes vertentes de estudo: a que parte, exclusivamente, de uma produção laboratorial das ocorrências a serem analisadas e a que usa como unidades de trabalho tão somente um *corpus* já produzido em determinadas situações de uso linguístico.

Nossa refutação do primeiro pressuposto, que é aquele adotado em análises gerativistas, se origina do fato de que fugir das amarras históricas de produção linguística e centrar-se apenas na criatividade como motor de produção dos dados significa arriscar-se a propor a sistematização de uma língua maior do que aquela que se tem como objeto de estudo. Ou seja,

basear-se na criação de exemplos que não se fundem numa memória histórico-enunciativa pode possibilitar a “criação” de uma língua irreal.

Por outro lado, nossa parcimônia, no que se refere à adoção, apenas, de exemplos extraídos de um *corpus* já produzido em dada enunciação, respalda-se na limitação apresentada por esses exemplos. Dito de outra forma, uma gramática feita, exclusivamente, com base nas ocorrências já produzidas, deixa de lado aquelas que não pôde captar e isso acontece porque um *corpus*, enquanto recorte metodológico, nem sempre é capaz de demonstrar as regularidades históricas de uma língua, passíveis de atualização em acontecimentos enunciativos futuros. Vale ressaltar, também, que “é bom considerar que não há dados naturais em si...pois a simples seleção de dados já é uma forma de intervenção...” (MARCUSCHI, 2001, p. 36). Sendo assim

dois aspectos...parecem importantes considerar desde logo. Primeiro, já é um consenso hoje que nem todo tipo de produção verbal é adequado ou relevante para a análise lingüística. Segundo, nem sempre o melhor dado ou a melhor observação é aquela construída em laboratório sob rigoroso controle de variáveis. Isto quer dizer que não há dados *naturamente bons*, nem há coletas rigorosamente *naturais*. Pois se por um lado os dados espontâneos precisam ser bem selecionados para a análise, por outro lado, os dados de laboratório derivam de certas condições, tais como os conceitos ou as noções que os sustentam. (MARCUSCHI, 2001, p.30).

A perspectiva que adotamos, então, é a de que não podemos construir exemplos indiscriminadamente, mas também a de que não podemos supor que uma base de dados construída a partir do *corpus* selecionado seja capaz de apresentar elementos suficientes para uma ampla sistematização do fato linguístico em análise. Decorre disso, então, nossa proposta de tentar explorar, nessa pesquisa, as contradições entre os dois caminhos de trabalho aqui apresentados. Ou seja, ofereceremos ao nosso estudo um grupo de exemplos que se organizará em cadeia: a partir de ocorrências previstas em determinado *corpus*, outras serão criadas, a fim de que possamos testar os parâmetros linguísticos que tais exemplos apresentam.

Assim, pensamos ser uma ideia interessante a opção de que nosso *corpus* seja constituído do que nomeamos exemplos-colmeia. Esse novo estatuto dado ao exemplo fundamenta-se em Dias (2006b), que percebe a exemplificação como algo que deve constituir uma rede de ocorrências.

Pensamos, inicialmente, que a adoção desse novo enfoque dado aos exemplos possibilitará que possamos apresentar um *corpus* organizado em torno de textos integrantes dos mais diversos gêneros, retirados da mídia impressa, como propagandas, campanhas educativas,

piadas, letras de música, textos jornalísticos. E também tornará possível que enunciados sejam construídos, a fim de que, por contraste ou por reforço, possibilitem que seja saturada a demanda de dados exigida pela análise em questão. É importante explicar que as ocorrências, por nós elaboradas para a constituição do *corpus*, representarão possibilidades oferecidas por enunciados efetivos da língua. Elaboraremos, então, um conjunto de ocorrências que formam uma unidade.

Nesse sentido, ao selecionarmos um *corpus* com essa característica, optaremos por trabalhar com o exemplo-colmeia. “Dentro desse conceito, exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados.” (DIAS, 2006b, p.52).

Explicitando um pouco mais a nossa possível opção em trabalhar com exemplos-colmeia, torna-se importante dizer que nossa pretensão, ao utilizar esse tipo de exemplo, é analisar enunciados em que as formas verbais sejam percebidas também em função de suas relações. Dessa forma, os verbos passam a ser discutidos não apenas sob a ótica do conceito da transitividade organicamente constituída na sentença, mas também sob as bases enunciativas marcadas pelo aglomerado de ocorrências que estabelecem relações entre si.

Essa nova abordagem dada ao exemplo se distancia daquilo que Dias (2006b) chama de exemplo-ilha, muito presente no nosso ensino gramatical. Segundo o autor, esses exemplos sofrem um processo de singularização, que os separa dos demais, ou seja, que os faz perder a “capacidade de ganhar generalidade e se tornar demonstração.” (DIAS, 2006b, p.48). Ou ainda, são exemplos elaborados pelos gramáticos apenas para ilustrar um conceito. Assim, tais exemplos “ora são efetivos, mas não se integram ao conceito, e ora são apresentados em função do conceito, mas estão longe de se constituírem em peças efetivas do uso linguístico.” (DIAS, 2006b, p.49).

Entendemos que proceder dessa forma é necessário quando se tem intenção de modelar um objeto de pesquisa que “rompa com cadeias conceituais e expectativas teleológicas e totalizantes e esteja aberto e orientado para o acontecimento...” (SIGNORINI; CAVALCANTI, 1998, p.103). Por isso, com o intuito de atingir os objetivos propostos por essa pesquisa, realizaremos inicialmente um aprofundamento no que diz respeito à posição teórica aqui assumida, cuja pretensão é aproximar aspectos orgânicos e enunciativos, visando ao estudo do lugar sintático objeto verbal. Ou seja, no momento inicial da pesquisa, ampliaremos as bases teóricas que permeiam todo o trabalho, através da análise de outros

estudos já desenvolvidos sobre transitividade verbal e sobre a pertinência dos fatores de natureza enunciativa na constituição do fato gramatical. Sendo assim, optamos por apresentar os três primeiros capítulos divididos, para efeitos didáticos, em torno dos eixos que entendemos balizar as nossas discussões: a sintaxe, a semântica e uma sintaxe de base semântica. Trata-se de um posicionamento que encontra justificativa no fato de que tentar encontrar aproximações e distanciamentos em torno dos constituintes teóricos de nossa pesquisa proporciona mais segurança à tese que ora tentamos defender. É importante enfatizarmos, também, nossa escolha de que esses capítulos, cuja pretensão primeira é a fundamentar teoricamente nosso trabalho, já pudessem ser ilustrados com uma base de dados que imprima mais clareza à teoria que sustentará a análise.

Logo em seguida, os fundamentos metodológicos do nosso estudo se organizarão em torno de uma pesquisa descritiva que estará situada no entremeio do paradigma quantitativo e qualitativo. Dizemos isso porque - ainda que nossa postura não tenda a resumos numéricos das regularidades linguísticas, apuradas nas ocorrências em análise - a observação dos dados e da incidência com que podem ocorrer em determinado acontecimento enunciativo serão determinantes para as interpretações que daremos à nossa pesquisa.

Sendo assim, nosso trabalho “centra-se em uma pesquisa que lida com a representação da linguagem, o que significa que o foco é a linguagem e a análise linguística e não como a linguagem é processada em tempo real ou usada no contexto.”³ (GASS; MACKEY, 2007, p.71).

Por fim, o quarto capítulo de nossa tese se constituirá por uma base de dados que, conforme já mencionamos, será captada da mídia impressa, seja em suportes físicos ou digitais. Entretanto, a esses dados efetivados em situações reais de uso serão agregados exemplos de demonstração, virtualmente passíveis de atualização em acontecimentos enunciativos da língua portuguesa.

Para ilustrar nossa rede-colmeia de exemplos, tomemos as ocorrências (116a) a (116g)

(116a) - O Brasil perdeu Tom Jobim esta semana.

(116b) - Sim. Podemos dizer que o Brasil perdeu o Tom.

³ Tradução livre de: “focuses on research dealing with language representation, meaning that the focus is on language and linguistics analysis and not how language is processed in real time or used in context.”

(116c) - Verdade, essa perda não é o mesmo que abrir mão de um artista qualquer, significa perder ritmo, perder melodia.

(116d) - Tom Jobim é um daqueles artistas que mereciam ser eternos e o Brasil perdeu muito cedo.

(116e) Só pra descontrair... eu também perdi esta semana. O prêmio da loteria estava em quase 2 milhões e não deu certo, não ganhei.

(116f) Sua perda foi financeira e isso é pouco. Já o povo brasileiro perdeu mais.

(116g) Acho melhor voltarmos ao trabalho... na vida é assim: uns ganham outros perdem. E se continuarmos com essa conversa corremos sérios riscos de perder o emprego.

Observando os enunciados participantes desta interlocução, percebemos que eles foram construídos, de forma laboratorial, a fim de possibilitar a constituição do contínuo que propomos no último capítulo. Entretanto, consideramos esses enunciados como uma colmeia de exemplos, porque eles foram organizados tendo base em um uso efetivo da língua, marcado pela manchete descrita no Jornal da Tarde.



4

O exemplo (116b), inclusive, apresenta apenas uma pequena reestruturação do tempo verbal do enunciado originalmente apresentado na manchete. Sendo assim, entendemos que, mesmo

⁴ Disponível em: <http://books.google.com/books?id=m1GPw0idxNkC&pg=PA103&lpg=PA103&dq=%22brasil+perde+o+tom%22&source=web&ots=enZH7TKYs8&sig=mkx0JXrYlX4iqo5RTFA5fmQT2hE>. Acesso em 15/01/12.

trabalhando com a produção de alguns enunciados do *corpus*, ao ancorarmos essa produção em usos reais da língua, oferecemos, também, aos nossos exemplos de laboratório possibilidade efetiva de realização.

A escolha de determinadas formas verbais e não de outras, na composição do trabalho de análise que empreendemos, se justifica pelo fato de que tentamos elaborar um pressuposto acerca da transitividade verbal que possa ser aplicado ao fenômeno de maneira ampla. Portanto, não trará diferença para os resultados a que pretendemos chegar que esse corpus se manifeste sobre esse ou aquele verbo em especial. Nossa seleção se deu em função da maior ou da menor produtividade de uso que os verbos escolhidos apresentam, afinal, esse critério nos pareceu fundamental para a organização de um contínuo de predicação que leve em conta as condições enunciativas na ocupação e/ou na não ocupação do lugar de objeto.

Nessa direção, entendemos que esse deslocamento do estatuto do exemplo visa legitimar nosso trabalho, que pretende analisar o fato gramatical não apenas enquanto materialidade linguística, categoria sintática constituída organicamente, mas também, como elemento que se constitui nos modos de enunciação que perpassam os usos da língua.

CAPÍTULO I

Sintaxe: perspectivas de análise

1 UM OLHAR INICIAL SOBRE O CONCEITO DE TRANSITIVIDADE

Iniciamos nossas discussões, no primeiro capítulo desta tese, revisitando o conceito de transitividade ao longo do tempo, de acordo com as perspectivas de estudos linguísticos que entendem esse fato gramatical de forma distinta.

Se tomarmos o século XVII como fonte primeira de nossas abordagens, perceberemos que a maior tentativa dos pensadores da época fundamenta-se na invenção de uma língua filosófica universal, com base na pressuposição de que há um sistema lógico que preexiste a todas as línguas e do qual todas são variantes, sendo a estrutura linguística, um produto da razão, um reflexo do pensamento. Surge, então, nesse período, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660) ou *Gramática de Port-Royal*.

A Gramática, trazendo o espírito racionalista da época, pressupunha que a constituição do sujeito mantinha relação direta com a concepção do mundo. Assim, o sujeito era identificado na medida em que havia uma palavra passível de representação das coisas do mundo. Esse fato assemelhava o conceito de sujeito ao conceito de substantivo, ou seja, algo que agregava propriedades da exterioridade linguística, sob o rótulo de um nome, poderia constituir, também, um sujeito.

Entretanto, essa perspectiva sozinha não é suficiente para explicar a sentença. Para os gramáticos de *Port-Royal*, a sentença se constituía com a junção do nome-sujeito ao predicado. Dessa forma, há nomes porque há propriedades de um objeto, seja um objeto concreto ou um objeto abstrato, capazes de serem captadas do mundo e aglutinadas nas palavras e há predicado pela necessidade de extração dessas propriedades de dentro dos nomes marcados sintaticamente na forma sujeito. A predicação funcionava, dessa forma, como um processo de explicitude de algum traço de imanência daquilo que foi nominalizado.

Decorre daí o fato de que fazer análise sintática de qualquer sentença exigia que essa sentença fosse reduzida ao verbo de ligação, que funcionava como conexão do nome com aquilo que era da natureza do próprio nome. Nesse sentido, o nome seria o agregador das propriedades do que se pode conceber como perceptível; o sujeito seria um elemento sintático preparado para a agregação de um predicado; e o verbo seria, tão somente, o elemento de ligação do sujeito ao seu atributo. Logo, “ o próprio verbo não deveria ter nenhum outro propósito além

de marcar a conexão que fazemos em nossas mentes de dois termos de uma proposição.”⁵ (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 101).

Mas tal simplicidade consegue ser mantida apenas pelo verbo *ser*, que na proposta dos gramáticos de *Port-Royal* era o único verbo que deveria existir, ou *o verbo por excelência*.

[...]mas há somente o verbo *ser*, o qual nós chamamos de substantivo, que se manteve nessa simplicidade, e ainda ele permaneceu propriamente nessa simplicidade apenas na terceira pessoa do presente e em algumas relações: pois, como os homens vivem a abreviar naturalmente suas expressões, eles juntaram quase sempre a asserção de outras significações em uma mesma palavra. (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 101).⁶

Portanto, na acepção de Port-Royal, os outros verbos são percebidos como palavras constituídas do verbo *ser* mais um atributo. Assim

[...] quando eu digo: *Petrus vivit, Pedro vive*, a palavra *vivit* encerra sozinha a asserção acrescida do atributo de *ser/estar vivo*, e, assim, é a mesma coisa dizer *Pedro vive* que dizer *Pedro está vivo*. Disso advém a grande diversidade de verbos em cada língua; em contrapartida, se nós tivéssemos nos contentado de dar ao verbo a significação geral da asserção, sem juntar a ele qualquer atributo particular, nós precisaríamos apenas de um verbo em cada língua, que seria aquele que nós chamamos de substantivo. (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 101-102).⁷

O que se percebe é que as bases da *Grammaire générale et raisonnée* ou *Gramática de Port-Royal* colocam face a face questões gramaticais e filosóficas. E esse fato repercute decisivamente no conceito de transitividade. Enquanto conceito filosófico, a transitividade opõe-se ao conceito de imanência. As coisas, que possuem um caráter imanente, não estão separadas do mundo, pelo contrário, estão intimamente ligadas a ele, formando apenas uma coisa, uma substância. Quando se pretende estabelecer o conceito de transitividade, levando-se em consideração os postulados filosóficos, um bom exemplo pode ser aquele descrito por

⁵ Tradução livre de: “le verbe de lui-même ne devrait point avoir d’autre usage que de marquer le liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition.”

⁶ Tradução livre de: “[...] mais il n’ya que le verbe être, qu’on appelle substantif, qui soit demeuré dans cette simplicité, et encore n’y est-il proprement demeuré que dans la troisième personne du présent est et em de certaines rencontres: car, comme les hommes se portent naturellement à abrégier leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l’affirmation d’autres significations dans um même mot. »

⁷ Tradução livre de: “[...] quand je dis: *Petrus vivit, Pierre vit*, parce que le mot de *vivit* enferme seul l’affirmation, et de plus l’attribut *d’être vivant*; et ainsi c’est la même chose de dire *Pierre vit*, que de dire *Pierre est vivant*. De là venue la grande diversité de verbes dans chaque langue; au lieu que si l’on s’était contenté de donner au verbe la signification générale de l’affirmation, sans y joindre aucun attribut particulier, on n’aurait eu besoin dans chaque langue que dun seul verbe, qui est celui que l’on appelle substantif. »

Spinoza sobre a concepção de Deus. Diz o autor que “Deus é causa imanente a todas as coisas e não causa transitiva.”⁸ (SPINOZA, 2010, p. 42).

No entanto, quando são postas em cena junto com a operação de conceber, a necessidade de julgar e raciocinar, vão surgindo novas palavras cuja principal função não é apenas a de afirmar atributos sobre os objetos do mundo, mas de projetar dizeres sobre esse objeto.

Por esse olhar, predicar não é mais apenas uma operação de pensamento, o gesto de constituição da sentença centra-se agora num posicionamento linguístico e não somente filosófico. Dessa forma, há um sujeito não mais quando se pensa o mundo, mas quando se fala desse mundo e o predicado configura-se como esse falar. A sentença passa, assim, a ser uma questão de comunicação, de linguagem, de dizer.

Com essa ruptura, trazida por gramáticas posteriores a *Port-Royal*, os verbos começam a ser reconhecidos como mais uma possibilidade linguística de constituição de um dizer sobre as coisas, e os objetos surgem como elementos que compõem, junto com o verbo, esse falar a respeito do sujeito. Objetos são, portanto, originários dos verbos. Ou seja, há uma informação sobre o sujeito, veiculada pelo verbo, que, em muitos casos, precisa transitar para outros termos, precisa transitar para um objeto.

Temos configurado, assim, nos estudos gramaticais, o conceito de transitividade. Decorrente do adjetivo latino *transitivus*, o vocábulo *transitivo* expressa o sentido de que um termo da oração, no caso em questão o verbo, não era capaz de expressar a significação necessária ao predicado de que fazia parte, por isso necessitava de outro termo para lhe completar o significado. Já o adjetivo *intransitivo*, marcado pela negação suscitada pelo prefixo *in*, representava exatamente o contrário daquele mencionado para os transitivos, sendo, portanto, um termo que se bastava a si no processo de significar o predicado de uma sentença.

Chega-se, dessa forma, a uma ideia de transitividade que nasce da herança da gramática de Port-Royal,

que toma a complementação de um verbo como uma espécie de desdobramento do elemento predicador. Sendo o verbo um predicador – aquele que diz algo do sujeito –, o verbo intransitivo seria o predicador por excelência. O verbo transitivo, por sua vez, constituiria com o seu complemento uma espécie de predicador composto: é um predicador cuja

⁸ Tradução livre de: “Deus ergo est omnium rerum causa immanens, non vero transiens.”

raiz não traria toda a informação necessária à predicação, precisando ser desdobrado. (CYRINO; NUNES, PAGOTTO, 2009, p. 52).

Passemos, a partir de agora, a discutir alguns contornos teóricos que vêm sendo dados ao estudo da transitividade, de modo a percebermos, seja no nível semântico, seja no nível sintático, ou seja, ainda, numa abordagem sintático-semântica, de que forma acontece esse processo no qual o verbo é entendido como gerenciador dos complementos (objetos) que, junto com ele, realizam a integralização do predicado de determinada sentença.

1.1 A transitividade como fenômeno que expressa o déficit (ou superávit) da significação verbal.

Não se pode negar que a concepção da identidade de língua, adotada pelos estudos gramaticais, apresenta influência direta na forma como os aspectos linguísticos são abordados por esse ou aquele perfil de gramática. No que tange à perspectiva assumida pelas gramáticas de bases tradicionais, percebemos que nelas há uma tentativa de analisar as manifestações linguísticas como representação do real, como modelos a serem obedecidos para que se atinja a eficácia comunicativa na exposição das cenas do mundo. A conceituação dos elementos sintáticos, presentes nesses manuais, revela uma preocupação em hierarquizar os constituintes linguísticos, separando-os em termos essencial, integrante e acessório, o que demonstra, de certa forma, todo o percurso de classificação, conceituação e normatização assumido por esse perfil de gramática.

Dessa forma, as gramáticas que assumem essa diretriz pedagógica incluem os objetos no quadro dos termos integrantes da oração, uma vez que os definem como aqueles que integram a sentença, isto é, como aqueles que completam o sentido de verbos transitivos, sendo, portanto, indispensáveis à produção de sentido. Isso configura uma primeira observação importante acerca da concepção do verbo como integrante de determinada predicação: há formas verbais que se constituem de forma deficitária, ou seja, há verbos de sentido completo e verbos de sentido incompleto. Àqueles que pertencem ao segundo grupo deve-se agregar um termo complementar, capaz de, por acréscimo de sentido, suprir o déficit próprio da natureza do verbo.

Mas também é interessante percebermos que para Bechara,

O predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejarmos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos. (BECHARA, 1999, p.414).

Trata-se, agora, de entendermos que o verbo possui uma extensão semântica de tal ordem que é necessário haver um termo (objeto) que lhe restrinja o domínio de significação, o que pressupõe lançarmos ao verbo um olhar superavitário e não mais deficitário como proposto anteriormente.

Entretanto, independente de considerarmos o objeto como um termo que pressuponha déficit ou superávit em relação ao verbo, decorre dessas análises concluirmos que, para gramáticas com esse perfil, o conceito de transitividade é atribuído à significação do verbo.

Empreenderemos agora uma tentativa de percebermos como a ideia de completude se manifestou, ao longo do tempo, nos estudos gramaticais. Dito de outra forma, tomando por base, principalmente as ideias de Guimarães (1994 e 2004), vislumbramos percorrer o caminho da gramatização brasileira, a fim de traçar uma investigação acerca dos investimentos sintáticos, realizados por gramáticos de relevo, no que se refere às concepções de transitividade verbal entendida sob a ótica da complementação.

Na tentativa de produzirmos memória sobre a questão da complementação verbal, faremos um percurso que, mesmo despretensioso no que se refere à exatidão cronológica em que as discussões foram sendo propostas, pretende apresentar um panorama sobre as (re)formulações assumidas, historicamente, pelo tema que ora apresentamos.

Se tomarmos como início de nossas reflexões o gramático português Jerônimo Soares Barbosa, perceberemos que em sua obra *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesae* (1822), cujas bases se inserem na tradição da gramática universal e filosófica, há no capítulo III, destinado à sintaxe, ou coordenação das palavras, afirmações significativas sobre a sintaxe de regência (forma como o autor lida com a complementação verbal). Para ele, “reger quer dizer determinar e demandar alguma coisa.” (BARBOSA, 1822, p.275).

Sendo assim, nota-se que a noção de função sintática e de complemento, próprias das gramáticas mais modernas, já estavam presentes nesse manual. Isso nos é revelado pelo fato

de Barbosa falar em verbos transitivos como sendo termos que exigem outros elementos capazes de lhes complementar o sentido.

Vale ressaltar, entretanto, que “nessa perspectiva de sintaxe, o espaço do complemento verbal... adquire comprometimento com cenas determinadas por uma história oficial...” (DIAS, 2008, p. 129). Expliquemos melhor. Barbosa, enquanto filósofo da linguagem, fundamenta seus estudos em um racionalismo mais geral, ou seja, naquele da ampla teoria epistemológica com origem em Platão e já exemplificado nas análises que fizemos da Gramática de *Port-Royal*. Assim, o autor considerava que o saber, para ser verdadeiro, não deve contrariar a razão: trata-se da ideia do conhecimento logicamente necessário. Nesse sentido, enquanto pensador e gramático, Soares Barbosa esteve sempre preocupado com a verdade, com a veracidade na formulação de seus conceitos. Para ele, “o systema etymologico de qualquer lingua está necessariamente fundado sobre o systema logico das idéias, qual é o mesmo fundamental, em todos os homens de qualquer idade e paiz que sejam.” (BARBOSA, 1822, p.59).

Decorre desse fato, segundo Dias (2008), a análise de que, para o gramático português, construções do tipo *Dario venceu a Alexandre*, não podem ser consideradas como alvos de estudos da sintaxe, uma vez que não há uma correspondência entre a ordem sintática e a ordem real do acontecimento no mundo, que se apresenta historicamente correto como *Alexandre venceu a Dario*.

Essa aproximação entre a língua e a noção das coisas do mundo pode ser percebida, inclusive em outros âmbitos, quando, por exemplo, o autor, ao oferecer exemplificação para algumas outras categorias gramaticais, utiliza-se de ilustrações de fundo moral e cristão, a fim de fomentar o pensamento da época. É o que acontece quando pretende discorrer sobre as possibilidades de classificação dos adjetivos, conforme o tipo de função que essa classe gramatical desempenha junto ao nome, utilizando o seguinte exemplo: “Deus, porque é justo, castiga os maus.” (BARBOSA, 1822, p. 124).

O registro dessa análise nos parece importante porque ao lado da perspectiva de complementação está a ideia de que as ações expressas pelos verbos exigem que seus complementos estejam fundados nas relações das coisas com o que elas significam. “*Dario* adquire posição como objeto do verbo *vencer* porque esse é o sentido dele na

relação com essa história.” (DIAS, 2008, p. 129). Logo, para Jerônimo Soares Barbosa, a complementação verbal vincula-se a uma sintaxe lógica do mundo.

Dando continuidade ao caminho cronológico que estamos tentando estabelecer sobre os estudos da complementação verbal, passemos a analisar o que Guimarães (1994, 2004) chama de 2º período da gramatização brasileira que, nas palavras do autor, passa a representar os “estudos do português do Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil.” (GUIMARÃES, 2004, p. 28). Sendo assim, esse período caracteriza-se por uma busca de autonomia linguística em relação a Portugal, balizando-se em influências teóricas de outros países europeus.

É nesse contexto que surge, então, a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, em 1881 que, já em seu prefácio, sinaliza sua adesão à nova proposta de pensar os estudos gramaticais: “As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua. Para afastar-me da trilha batida para expor com clareza as leis deduzidas dos factos e do falar vernáculo, não me poupei a trabalhos.” (RIBEIRO, 1881, p.2). Ao se referir aos estudos sintáticos, o autor trabalha com a perspectiva de que eles devem se realizar com base no verbo e na relação que as palavras de uma oração estabelecem entre si. Assim, para o gramático, quando usamos um verbo um tipo de relação objetiva se fixa, uma vez que há nas formas verbais a capacidade de predicar.

A relação objetiva é a relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objeto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção nesta sentença: *o cão levantou a cabeça*. O substantivo está em relação objetiva para com o verbo levantou, a palavra que está em relação objetiva para com verbo chama-se objeto ou paciente desse verbo. (RIBEIRO, 1881, p. 226).

Percebemos pela fala do autor que relacionar um verbo transitivo e um substantivo significa associá-los em um nível de complementariedade de sentido, de modo a dirigir esse verbo a um nome que funciona como seu objeto de complementação. Na leitura de Dias (2008, p. 130), para Júlio Ribeiro, “o complemento verbal é assim uma entidade de ordem linguística e da ordem do estado de mundo ao mesmo tempo: o verbo abriga a possibilidade do complemento e abriga uma predicação, e a entidade afetada é relativa a essa predicação.” Trata-se, assim, de imaginarmos que o verbo por si só não consegue produzir os efeitos necessários ao estado de coisas por ele expresso quando está em uma relação transitiva, apresentando-se, portanto, deficitário em relação a algumas predicções de que participa. Dito de outra forma, o estado de coisas que se aloja no verbo necessita de um elemento sobre o qual recaia a predicação.

Em 1887, João Ribeiro lança a sua *Grammatica Portugueza* e, não muito diferente de Júlio Ribeiro, o autor declara que o verbo é participante de uma relação predicativa, estabelecida entre o sujeito e o predicado, mantendo a ideia de que é possível que a forma verbal possa requerer ou não um objeto para complementar a ação atributiva a ser manifesta por ela em determinada predicação. Os verbos podem compor, nessa análise, predicados de significação completa ou incompleta, de modo a terem a necessidade de acionar outro componente da unidade sentencial para a produção do efeito de sentido necessário.

Não podemos desconsiderar, também, a proposta de outros gramáticos pertencentes a esse segundo período da gramatização brasileira como Alfredo Gomes (1887) para quem “[...] o verbo exige, para completar a sua significação, ora objeto, ora predicativo [...] Objeto é o termo que completa o sentido de um verbo que exprime a ação: *Essa moça disse A VERDADE*” (p.254).

Sendo assim, o que vimos até então é que alguns verbos pressupõem a existência de complementos que, mesmo assumindo o *status* de entidade de linguagem caracterizam-se como termos que, seja por acréscimo, seja por limitação, funcionam como elementos determinantes para a significação das formas verbais às quais se associam. Nas palavras de Dias (2008, p.130), o verbo ainda é percebido nesses perfis de gramática como “distribuidor da predicação e ‘ponte’ para objeto.”.

Entretanto, gostaríamos de fixar um pouco mais nossas discussões em Maximino Maciel (1931), em gramática cuja primeira edição é datada de 1894. Dias (2008), revisitando Maciel encontra no gramático uma perspectiva sobre transitividade que nos leva a refletir sobre essa questão de maneira diferente daquela realizada pelas gramáticas apresentadas até então. Se nos basearmos nas ideias defendidas por Maciel é possível afirmarmos que o autor traz uma perspectiva de inovação, afinal considera que “...a incompletude não é algo da significação do verbo, mas da sua condição de participante de um predicado que requer um objeto para integralização” (DIAS, 2008, p. 131).

Maciel faz alusão a seis funções sintáticas da palavra, entre as quais inclui a função objetiva, que é definida como aquela “a que se transmite imediata ou mediatamente a acção do verbo de predicação incompleta.” (MACIEL, 1931, p.280). Vista sob esse ângulo, a noção de completude ganha outros contornos que não algo inerente ao vocábulo verbal. O verbo torna-se elemento integrante de uma predicação que solicita um complemento.

Tomemos o exemplo que segue para entendermos melhor a proposta de Maciel.

(01) Classe C sai de férias e compra casas⁹

Assunto de novela, alvo de campanhas políticas e objeto de estudo de cientistas sociais, a “nova classe média” parece estar cada vez mais consolidada. Estudo recente, divulgado pelo Instituto Data Popular, revela que a classe C já é dona da maior parte das casas de veraneio do Brasil. Ao todo, entre casas de praia e campo, são 3.94 milhões de residências, 1.25 milhões a mais do que há dez anos. Deste número, 1.46 milhões pertence à classe C; são 37,1% contra 31,8% e 31,1% das classes A e B, respectivamente.

Em (01) temos um predicado que orienta a presença do objeto *casas*. Ou seja, a predicação estabelecida em *Classe C...compra casas*, orienta a presença de uma palavra em função objetiva.

Fato contrário, acontece, porém, em (02):

(02) Classe C compra mais pela internet

Depois de conquistar a maior fatia da população a classe média compra com frequência pela internet. De 2009 para cá são 5 milhões de pessoas com renda de até R\$ 3.000 consumindo por esse meio. Ela já compõe 44,6% do e-commerce, que movimentará até o fim do ano R\$ 19,240 bilhões, 30% a mais do que em 2010, prevê o diretor de marketing Alexandre Umberti, da e-bit, especializada em dados do setor.¹⁰

Em relação à ocorrência (02), na perspectiva do autor, a forma verbal *comprar* constitui-se como participante de uma predicação que dispensa outro termo (de função objetiva nas palavras de Maciel) para fazer com que a enunciação ganhe expressividade e apresente efeito de completude.

Logo, com formais verbais idênticas (*comprar*) podemos ter, na terminologia de Maciel, predicados que só se mostram completos com a presença do termo de função objetiva e predicados que se constituem, de forma integral, sem o termo de função objetiva. (DIAS, 2008).

As análises de Maciel nos parecem importantes pois, conforme já nos posicionamos, também defenderemos nesse trabalho que a questão da transitividade verbal deve ser analisada a partir da ótica da predicação que se estabelece em determinado acontecimento enunciativo. Nesse

⁹ Disponível em: <http://www.revistabrasileiros.com.br/2012/04/11/classe-c-sai-de-ferias-e-compra-casas/>. Acesso em 22.06.12.

¹⁰ Disponível em: <http://crcommerce.com.br/news.asp?id=69>. Acesso em 12.06.12.

caso o objeto é, portanto, mais um elemento que integra essa predicação e possibilita que ela apresente efeito de completude. Ao pensarmos dessa forma, estabelecemos, então, a possibilidade de termos predicados cuja presença do objeto se faz necessária e predicados em que essa presença é dispensável, uma vez que o efeito de sentido se configura mesmo sem a participação desse termo.

Maciel classifica esse fenômeno como *transpredicação* que se define como uma mudança no conceito do verbo. O autor propõe que “a maior parte dos verbos, apesar de terem a sua predicação própria, podem assumir nova predicação, isto é, perder ou adquirir objeto.” (MACIEL, 1931, p. 27). O autor propõe, ainda, dois tipos de transpredicação. Para ele

A transpredicação se opera por subjectivação e por objectivação: no primeiro caso aparece o verbo destituído de objeto, embora lh'o exija a significação geral; no segundo se acha, ao contrario, o verbo integrado por objeto que, adaptando-se ao conceito, lhe restringe a acepção. (MACIEL, 1931, p.408).

Logo, quando um verbo que participa de uma predicação completa aparece num enunciado sem objeto, é porque esse verbo ‘subjectivou-se’. E isso acontece “desde que não precise de objecto, por estar empregado em sentido geral e indeterminadamente, ex. : ‘Por isso bem fazem os verdadeiros liberaes, celebrando publicas e numerosas reuniões.’” (MACIEL, 1931, p.408).

É o que acontece, por exemplo, no texto humorístico que segue:

(03) MAMÃE MORREU

Dois amigos se encontram. Um deles, único herdeiro da mãe, está cabisbaixo. O primeiro pergunta:

— O que aconteceu?

— Minha mãe morreu. Fiquei muito triste.

— Que pena! Meus pêsames. Ela sofreu muito antes de morrer?

— Muito. Infelizmente: sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um sequestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...

O verbo *sofrer*, nessa enunciação, passa pelo fenômeno da transpredicação. Na sentença *Ela sofreu muito antes de morrer?* temos a forma verbal *sofrer* participando de uma sentença em que a presença do termo de função objetiva não se faz necessária. Trata-se, na verdade, de um verbo que passou por um processo de subjectivação, de acordo com a teoria proposta por

Maciel. Ao passo que em *...sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um sequestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...* esse mesmo verbo faz parte de uma predicação em que os termos *um assalto...*, *um sequestro...* e *um golpe de meu pai...* são requeridos para a produção do efeito de sentido.

Segundo o gramático, o contrário também pode ser verificado, ou seja, “o verbo, adquirindo objecto, objectiva-se.” (MACIEL, 1931, p. 409). Como explicação para esse fato, Maciel aponta algumas categorizações em que ele ocorre, dizendo que o verbo objetiva-se quando: a) há uma estruturação sintática diversa da que lhe exige a predicação (ex.: As ruas *corriam sangue*); b) toma-se por objeto o cognato verbal ou, nas palavras do autor, um substantivo corradical (ex.: *Cantigas pastoris* em prosa ou rima/na sua língua *cantam* concertadas); c) a predicação pressupõe que se agregue a ela um substantivo de sentido mais ou menos análogo e correlato ao verbo (ex.: *Chorava* ali minhas *magoadas*).

Como encerramento de suas discussões sobre transpredicação, o autor manifesta seu apreço por esse fenômeno linguístico considerando “a transpredicação um dos fenômenos mais elegantes, um dos processos a que constantemente recorre a língua.” (MACIEL, 1931, p.410).

Ao inserir conceitos como os de função objetiva, transpredicação, subjetivação verbal, Maciel já sinaliza, no final do século XIX, a presença de aspectos enunciativos nos estudos da transitividade verbal. Para Dias (2008)

A articulação entre verbo e objeto se dá, na gramática de Maciel, mediante, a enunciação do verbo no seio de determinado tipo de predicado. Em linguagem da contemporaneidade, diríamos que o verbo projeta um lugar sintático de objeto, tendo em vista sua regularidade na passagem pelos domínios da enunciação, mas a ocupação desse lugar não é determinada pelo significado verbal, mas por função de um determinado tipo de predicação. Assim, o lugar sintático de objeto é ocupado ou não tendo em vista uma direção predicativa advinda da condição enunciativa da sentença. (DIAS, 2008, p. 132).

Entretanto, essa proposta de Maciel (1931) parece não ter sido desenvolvida pelas gramáticas com o perfil que ora analisamos. A intuição do gramático não se manteve viva nos estudos gramaticais tradicionais que nos acompanham até os dias de hoje.

Dizemos isso porque se observarmos o que aconteceu em relação aos compêndios gramaticais elaborados após Maciel, por autores que participam, segundo Guimarães (2004), do terceiro período da gramatização brasileira, perceberemos que a complementação do sentido do verbo

volta a figurar nos estudos da transitividade. É o que acontece, por exemplo, em Rocha Lima (1968), cuja gramática pressupõe que

Verbos há que são suficientes para, sozinhos, representar a noção predicativa. Chamam-se intransitivos.

Exemplos:

Neva.

O soldado morreu.

Outros, ao contrário, requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão. São os verbos transitivos.

Exemplos:

A criança encontrou. } (O quê?)

A criança comprou. } }

(ROCHA LIMA, 1968, p.228-229)

Ao continuar suas explicações, Lima (1968) reafirma a noção de o objeto configurar-se como um complemento indispensável ao sentido dos verbos transitivos uma vez que, segundo o autor, forma com o verbo uma “**expressão semântica**, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível.” (1968, p. 333. Grifo do autor).

Assim, em referência aos trabalhos gramaticais seguintes, houve uma predisposição à encapsulá-los sob a configuração do objeto visto como complemento do verbo e a dar à transitividade esse contorno classificatório. Isso se justifica em grande parte pela oficialização da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), prescrita por uma portaria ministerial em 28 de janeiro de 1959. A NGB, cuja primeira função era organizar os estudos gramaticais existentes, passou a figurar, a partir de então, como a própria gramática. Para Guimarães (2004), “a NGB se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente. Sabe-se, no entanto, que as gramáticas escolares que se fizeram a partir daí adotaram consistentemente tal nomenclatura.” (p.34). Decorre desse motivo, que outras perspectivas de estudo do fato gramatical que continuaremos a apresentar neste trabalho não encontrem explicitação nos manuais de gramática utilizados na escola. Afinal, “A NGB passa a ser a ‘Gramática’ e não o projeto de uma comissão seguidamente interpretado. O apagamento das referências à NGB nas gramáticas mais distantes a 59 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico, se torna a-histórico.” (ORLANDI, 1998, p.103). Se pudermos ousar uma complementação à fala de Orlandi, diremos que o apagamento do passado torna as gramáticas escolares atuais documentos a-históricos e a não (re)interpretação de contribuições linguísticas presentes e futuras dão a elas um caráter de finitude incompatível

com a ciência da linguagem. Isso é fator determinante para que os estudos da transitividade verbal não se abram a novas teorizações, a novos olhares de entendimento.

Tentemos, a partir de agora, perceber, na contramão dos estudos tradicionais, outras propostas que vêm se desenhando, ao longo do tempo, sobre esse fato gramatical.

1.2 A transitividade verbal e a ordem da recção

Com o desenvolvimento dos estudos estruturalistas, a partir das décadas de 50 e 60, novos investimentos foram tomando corpo nos trabalhos gramaticais, e a sintaxe ganhou destaque nessas reflexões. Afinal, a linguística estrutural traz como pressuposto que a estrutura de uma língua é uma rede de dependências, ou para dizer de uma maneira mais precisa, entende que uma língua constitui-se de uma série de funções organizadas em rede.

José Rebouças Macambira, em 1987, expôs esse princípio de análise, na obra *A estrutura morfo-sintática do Português* ao afirmar que sobre as gramáticas produzidas até então

a conclusão que se tira é que uns autores incluem, outros excluem o critério semântico na descrição das categorias gramaticais. A orientação que adotamos é conciliatória e representa o pensamento de vários lingüistas: a significação deve ser usada somente para fazer oposição igual/diferente e não para conceituar esta ou aquela palavra (...); excepcionalmente e, com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório. (MACAMBIRA, 1987, 21).

Entendendo os estudos linguísticos sob o ponto de vista da estrutura, é colocado em cena, pelo linguista dinamarquês Louis Hjelmslev (1939), o conceito de recção. Em nossas pesquisas, percebemos que esse termo já havia sido esboçado em épocas que antecederam os estudos linguísticos modernos, por Marouzeau, na obra *Lexique de la Terminologie Linguistique*, datada de 1933. Entretanto, é com Hjelmslev que o termo ganha força de significação e de aplicação. A proposta de recção, trazida pelo autor, considera que na estrutura sentencial existem traços formais que marcam a relação estabelecida entre os itens lexicais pertencentes a uma mesma ordem de subordinação. Sendo assim, pelo trabalho de descrição desses traços é possível que sejam identificados termos regentes e termos regidos na composição das estruturas linguísticas, o que o leva a afirmar que “de la sorte la rection se réduit à une concordance.” (HJELMSLEV, 2012, p.17).

Por essa via de análise, torna-se imperativo, na perspectiva do autor, que a ideia de recção seja dividida em duas instâncias particulares: aquela que abrange o processo da concordância – chamada de recção pura – e a que abarca a noção de regência – nomeada de recção complexa. Afinal,

a estrutura constitui uma hierarquia que conhece somente a sua própria ordem e para a qual há apenas uma entrada possível; para reconhecê-la de acordo com seu princípio inerente deve-se seguir um procedimento a um só tempo dedutivo e irreversível, que vai gradualmente dos fatos mais abstratos (gerais, simples) para os fatos mais concretos (particulares, complexos). (HJELMSLEV, 2012, p.11).¹¹

Sendo assim, a recção pura é um mecanismo de ligação sentencial mais geral e simples, já a recção complexa se refere a um processo mais concreto em que o termo regido configura-se como elemento dependente do termo regente. O segundo tipo de recção é o que se estabelece, na proposta do autor, entre o verbo e o seu complemento, por exemplo.

Tomando por base essa linha de pensamento, Hjelmslev aponta para o fato de que é assim que a gramática consegue apresentar o paradigma, estabelecer em parte a categoria, e reconhecer, com uma clareza particular, o fato da recção. Dizendo de outra forma, o autor propõe que a categoria é um paradigma munido de uma função definida, reconhecida na maioria das vezes por um fato de recção.

Outros teóricos também abordam a ideia da recção em seus estudos, como é o caso de Berrendonner (1990)¹², que, ao propor o trabalho com a macrossintaxe, estabelece que há duas ordens de combinação sintática. Conforme o autor, “a construção interna das sentenças pode ser descrita nos termos das relações formais estabelecidas entre significantes segmentos: concatenação (x precede y) e/ou recção (x implica a co-ocorrência de y).” (BERRENDONNER, 1990, p. 27).¹³ Um exemplo clássico de concatenação seria o postulado de que o artigo precede o substantivo, já a recção poderia ser exemplificada pelo fenômeno da regência.

Nessa direção, as gramáticas de base reccional trabalham com a pressuposição de que a questão da transitividade não está mais posta sob a ótica da complementação do sentido do

¹¹ Tradução livre de: “La structure constitue une hiérarchie qui ne connaît que son proper ordre et à laquelle il n'y a qu'une seule entrée possible; pour la reconnaître selon son principe inherent il faut suivre une procédure à la fois deductive et irréversible, en descendant graduellement des faits les plus abstraits (generaux, simples) aux faits de plus en plus concrets (particuliers, complexes).”

¹² Um detalhamento mais preciso sobre a proposta de macrossintaxe trazida por Berrendonner será apresentado no capítulo 3 desta tese.

¹³ Tradução livre de: “la construction interna des clauses se laisse décrire em termes de relations formelles établies entre des segments signifiants: concaténation (x precede y) et/ou rection (x implique la co-occurrence de y).”

verbo. Os autores que assumem essa postura de análise entendem esse fato gramatical como algo que diz respeito à estrutura da sentença.

Perini (1996), na tentativa de apresentar caminhos de análises distintos daqueles propostos pelas gramáticas tradicionalmente utilizadas para o estudo da transitividade, tenta estabelecer critérios formais, reccionais para a discussão do problema.

Segundo ele, a classificação gramatical tradicional, centrada nos conceitos semânticos de transitividade como um estudo da complementação do sentido do verbo, “repousa sobre um equívoco fundamental e, conseqüentemente, não pode ser mantida.” (PERINI, 1996, p. 162). Afinal, falar em verbos transitivos como aqueles que exigem um objeto e em verbos intransitivos como os que recusam a presença desse termo é, na opinião do autor, não prever lugar para a existência de formas verbais que possam ocorrer ou não na presença de um complemento, à vontade. E, conforme pode ser facilmente verificado, esses verbos existem de forma muito profícua na língua portuguesa. Perini afirma, ainda, que a saída encontrada para essa questão, nas gramáticas de perfil tradicional, ao sugerirem que a “transitividade não seria propriedade dos verbos, mas antes dos próprios contextos, ou de verbos em determinados contextos” (1996, p. 162), representa um processo de esvaziamento do próprio conceito de transitividade uma vez que falar em *emprego* transitivo ou intransitivo do verbo significa deslocar a noção de transitividade para uma possibilidade e não para uma realidade da língua. É como se essa categorização assumisse um caráter um tanto quanto híbrido nos estudos linguísticos, de modo a perder a sua configuração de regularidade enquanto fenômeno.

Acrescente-se a isso o fato de que um verbo *funcionar como transitivo* em determinada sentença continua sendo descrito como ele precisar de um complemento, ao passo que *ter um funcionamento intransitivo* significa que ele se encontra completo em sua significação. Nesse caso, há uma prevalência da dicotomia incompletude/completude para justificar a presença ou a ausência do complemento verbal, ou seja, o critério semântico continua prevalecendo sobre o critério sintático no processo classificatório.

Após todas essas ressalvas, Perini se propõe a analisar a transitividade sob o prisma da relação termo regido/termo regente – em outras palavras, sob a ótica da reccção. Ou seja, coloca-a no mesmo patamar de análise, observadas as devidas especificidades, da concordância e da regência verbal. Para o autor, o fenômeno da transitividade acontece por força de um verbo (termo regente) que possui a propriedade de estipular certos traços da estrutura em que ocorre, sendo o objeto (termo regido), portanto, um elemento que faz parte da configuração da

sentença, ou seja, um item lexical que foi chamado a integrar a estrutura sentencial por exigência do verbo. Logo, segundo Perini, existem verbos que recusam objeto, outros que exigem e outros ainda que o aceitam livremente. Nesse sentido, “a descrição das transitividades deve ser feita em termos de exigência, recusa e aceitação livre de cada uma das funções relevantes.” (PERINI, 1996, p.164). Ou seja, a classificação de um verbo deve ser feita a partir de um conjunto de traços formais, que se baseia na dicotomia *aceitação x recusa* de elementos sintáticos (objetos) e, ainda, na *livre aceitação* desses complementos verbais. Para exemplificar tomemos as duas sentenças que seguem

- (04) a. Tenho um labrador de 9 meses de idade, ele está com 38 kg, sempre dou 4 porções de ração pedigree junior por dia para ele, duas na parte da manhã, uma na tarde e uma porção na noite. Nessa semana ele não comeu a ração que eu dei...¹⁴
- b. Depois de um bom tempo estou retornando a este fórum pois meu Oscar mais velho de quase 5 anos esta (sic) muito estranho! Ele esta (sic) quase o dia inteiro deitado, literalmente deitado no fundo do aquário a(sic) dois dias e não comeu mais!¹⁵

Sob essa perspectiva, para Perini, o verbo *comer* tanto aceita quanto recusa o objeto direto. Também pode aceitar livremente outros complementos, conforme o autor, como por exemplo, o advérbio (05a) e o adjetivo (05b):

- (05) a. Vestiu-se rapidamente, calçou sua velha sandália, comeu rapidamente e saiu de casa acompanhado de sua mãe..¹⁶
- b. A Mari foi a única que conseguiu ficar light na noite... E o pior é que ela comeu feliz da vida!¹⁷

Nesse sentido, pela abordagem descritiva, *comer* pode ser classificado como um verbo de: livre aceitação do objeto direto (04a); livre recusa do objeto direto (04b) livre aceitação do adjunto (05a); livre aceitação do predicativo do sujeito (05b).

Como podemos perceber, o aparato teórico que sustenta a análise não mais se baseia em perspectivas de ordem semântica e sim de caráter sintático. Mesmo admitindo que a transitividade de um verbo apresente alguma relação semântica, Perini (1995) deixa claro que

¹⁴<http://forum.astradoronline.com/archive/index.php/t5411.html?s=a21282949c33a1173e6988ea1b296196>. Acesso em 04.07.12

¹⁵ <http://www.aquahobby.com/phpBB2/viewtopic.php?t=82600>. Acesso em 04.07.2012

¹⁶ http://textos_legais.sites.uol.com.br/um_sapato.htm. Acesso em 04.07.2012

¹⁷ <http://www.destemperados.com.br/2012/06/11/noite-heavy-no-general-prime-burguer/> Acesso em 04.07.2012

se trata de uma correlação que não é capaz de prever a transitividade de um verbo. Utilizando a sentença

(06) Essa galinha põe todos os dias.

para justificar o funcionamento do verbo *pôr* como um item sintático que recusa objeto direto, o autor oferece a seguinte explicação:

Pôr sem OD só aparece em situações muito particulares, impossíveis de caracterizar gramaticalmente. Trata-se de uma especialização do verbo para determinada situação (no caso, de aves botando ovos), que pode ser considerada gramaticalmente marginal e não levada em conta para efeitos do estudo dos traços sintáticos do verbo. (PERINI, 1996, p.172-173).

É interessante observar que, segundo Perini, alguns verbos como *fazer*, na ocorrência B do diálogo exemplificado em (07), encontram-se em situação anafórica.

(07) A: Você fez o exercício

B: Fiz.

Nesse caso, de acordo com a posição defendida pelo gramático, as situações anafóricas devem ser desconsideradas para o estudo gramatical. Assim, o verbo *fazer*, que só recusaria complemento em situações cujo referente pudesse ser recuperado pelo contexto, continuaria sendo um verbo que exige a presença de um objeto direto. O que parece não encontrar sustentação nessa explicação de Perini é a sentença grifada no exemplo abaixo:

(08) Sabemos que todas as organizações tem (sic) fácil acesso a máquinas, equipamentos, instalações, tecnologia e recursos financeiros. Tudo isso pode ser comprado e a disponibilidade é praticamente ilimitada. Portanto, o diferencial de sucesso das empresas é o ser humano, é gente que faz. Gente que não dá para comprar, não é padronizada e, quando motivada, é altamente comprometida.¹⁸

Na ocorrência acima, o verbo *fazer* não demanda a busca de um referente anafórico para que a estruturação da sentença ganhe efeito de completude. Teríamos aqui, portanto, um exemplo de ocorrência de recusa de objeto por parte desse verbo?

Vale trazermos à tona uma explicação para nossa fala de que o verbo *fazer* não demanda a busca de um referente anafórico em (08). Ao dizermos isso, estamos tomando, a exemplo de Perini em sua exemplificação, o conceito de anáfora como sendo um processo de retomada de referentes previamente introduzidos no texto, ou seja, um processo de reativação de referentes prévios. É importante marcarmos, entretanto, que concordamos com estudos importantes

¹⁸ Disponível em: http://www.rhcentral.com.br/artigos/artigo.asp?cod_tema=2227. Acesso em 04.07.12.

sobre esse fenômeno que “esta visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda a sua complexidade” (MARCUSCHI, 2001, p.220). Outros tipos de anáfora devem ser considerados como, por exemplo, o da anáfora indireta que se trata de uma estratégia de **ativação** e não de **reativação** de referentes, constituindo um processo de referenciação implícita. (MARCUSCHI, 2001).

Retornando às ideias de Perini, verificamos, então, que essa proposta de exigência [Ex-OD], recusa [Rec-OD] e livre ocorrência [L-OD] de cada uma das funções relevantes é fundamental para o estabelecimento das transitividades.

Pensando nisso, Perini admite quatro funções relevantes para o estudo da transitividade: objeto direto (OD), complemento do predicado (CP), predicativo (Pv) e adjunto circunstancial (AC) e, por meio delas, cria onze matrizes de transitividade verbal.

- I. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (57,6%): *comer*
- II. [Ex-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (22,3%): *encontrar*
- III. [Rec-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (5,1%): *acontecer*
- IV. [Rec-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (3,7%): *morar*
- V. [Ex-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (2,1%): *acostumar*
- VI. [Ex-OD, L-AC, L-Pv, Rec-CP] (1,3%): *considerar*
- VII. [L-OD, L-AC, L-Pv, L-CP] (0,7%): *julgar*
- VIII. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, L-CP] (0,6%): *permanecer*
- IX. [Ex-(OD v AC), Rec-Pv, Rec-CP] (5,2%): *lembrar*
- X. [Ex-(CP v AC), Rec-OD, Rec-Pv] (0,7%): *estar*
- XI. [Ex-(CP v Pv), Ex-OD, L-AC] (0,7%): *sentir* (PERINI, 1996, p. 166).

Em um momento anterior à discussão sobre transitividade verbal, Perini projetou em sua obra os traços que as funções de nível oracional apresentam na sentença, de modo a demonstrar o comportamento sintático desses constituintes. Os sete traços distintivos elencados por Perini são os seguintes:

- [CV] – A propriedade de estar em relação de concordância com o NdP.
- [Ant] – A propriedade de poder aparecer no início da oração em uma frase correspondente.
- [Q] – A propriedade de poder ser retomado pelos elementos *que*, *o que* ou *quem*.
- [CN] – A propriedade de estar em relação de concordância (nominal) com outro termo da oração.
- [CI] – A propriedade de poder ocorrer como foco de uma frase clivada correspondente.
- [PA] – A propriedade de poder ocorrer na posição do auxiliar (entre o sujeito e NdP).
- [pNdP] – A propriedade de só poder ocorrer imediatamente antes do NdP. (PERINI, 1996, p.90).

Assim, as quatro funções relevantes para a criação das 11 matrizes de transitividade são diretamente definidas pela capacidade de ocorrer positivamente ou negativamente diante de um dos traços oracionais descritos pelo autor, conforme demonstrado, a seguir:

[...]
 Objeto direto: [-CV, -Ant, +Q, -CN, +CL, -PA]
 Complemento do predicado: [-CV, +Ant, +Q, +CN, +CL, -PA]
 Prdicativo: [-CV, -Ant, +Q, +CN, +CL, -PA]
 Atributo: [-CV, +Ant, +Q, +CN, +CL, +PA]
 [...] (PERINI, 1996, p.90).

Percebemos, pelo exposto, que a transitividade, nas contribuições trazidas por Perini (1995), é vista como um fenômeno definido pela estrutura da sentença que, de maneira reccional, determina os termos que mantêm relação com o verbo.

Segundo Dias (2005a, p.112), outra vez a noção de completude é evidenciada nos conceitos trazidos pelas gramáticas de base reccional já que “a completude, nesse caso, aparece como uma resposta às demandas das propriedades lexicais dos vocábulos que compõem a sentença”.

Ao que nos parece estamos diante, novamente, de uma proposta classificatória que tem no verbo a centralidade de seus fundamentos de análise, no que se refere ao fenômeno da transitividade.

1.3 A transitividade vista como uma questão posicional

Outra maneira de perceber o fenômeno da transitividade é entendendo as possibilidades de existência ou não dos complementos verbais a partir das posições estruturais que os tipos de sintagmas podem ocupar em relação ao verbo. Por essa perspectiva, conforme Ouhalla (1994), os verbos são categorias que chamam por argumentos. Há verbos que pedem um, dois ou mais argumentos. Esse é o fenômeno da subcategorização, que em termos de categorias sintáticas como o núcleo do predicado (NP) nomeia-se como seleção categorial (C-seleção). Mas, para os teóricos que trabalham com esse pressuposto de análise, ainda há outro tipo de seleção realizada pelos verbos. Trata-se da seleção em termos de categorias semânticas a qual descrevem como seleção semântica (S-seleção). A S-seleção é determinante na estrutura conceitual dos itens lexicais, pois ela opera em termos de categorias semânticas chamadas de papéis temáticos. Nesse sentido, na síntese de Cyrino; Nunes; Pagotto (2009, p.50)

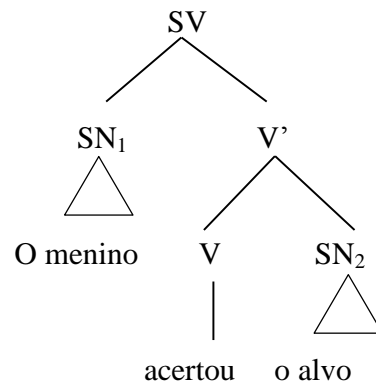
a informação constante na entrada lexical de um verbo envolve, entre outras coisas, três especificações:

1) quantos (de zero a três) são os argumentos que esse verbo requer;

- 2) qual é o papel temático (agente, paciente, experienciador, etc.) desses argumentos;
- 3) qual é a realização sintática (sintagma nominal, sintagma preposicional, etc.) de tais argumentos.

Os termos normalmente usados em relação aos argumentos ou às estruturas temáticas dos verbos são chamados de argumentos internos ou externos. Para entendermos melhor o que se postula como argumento interno ou externo, tomemos o seguinte exemplo:

(09)



Os argumentos considerados externos posicionam-se fora da projeção do núcleo lexical da barra simples (‘), são argumentos em relação imediata com SV e “estabelecem conexão sintática com V”. No caso do exemplo (09), o sintagma *o menino*, corresponde ao argumento externo da forma verbal *acertou*. Já os argumentos internos ocupam uma posição interna à projeção da barra simples do núcleo lexical e “estabelecem uma relação sintática direta com o verbo no interior de V”. (CYRINO; NUNES; PAGOTTO 2009, p. 53). A expressão *o alvo*, representa, portanto, o argumento interno do verbo acertar, no exemplo em análise. Sendo assim, estruturalmente os argumentos internos são irmãos do núcleo lexical que os seleciona, enquanto os argumentos externos não o são.

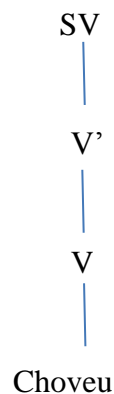
É importante ressaltar que, tomando por base o critério temático, duas especificações precisam ser prontamente marcadas, segundo Ohalla (1994): a de que cada argumento deve receber um papel temático e a de que cada papel temático deverá ser atribuído a um argumento. Dessa forma, e deixando de lado algumas poucas variações, “[...]um argumento vai ocupar a posição de especificador ou de complemento do verbo em função do seu papel temático. Assim, o papel temático de agente será canonicamente atribuído à posição de especificador do verbo e o de paciente, ao seu complemento.” (CYRINO; NUNES; PAGOTTO 2009, p. 54).

Decorre dos fatos expostos anteriormente, ou seja, dos números e tipos de argumentos selecionados pelos verbos e da natureza semântica que esses argumentos apresentam, a classificação dos tipos de verbos existentes na Língua Portuguesa. Para os teóricos que percebem a complementação verbal como uma questão posicional, os verbos podem ser definidos como: verbos sem argumentos, verbos transitivos, verbos bitransitivos, verbos inacusativos e inergativos, verbos de alçamento e verbos leves. (CYRINO; NUNES; PAGOTTO 2009, p. 57-63).

Para efeito de enquadrar as discussões teóricas precisamente no foco de nossa pesquisa, passemos a exemplificar com mais detalhes apenas os quatro primeiros tipos verbais, de modo a localizarmos em nossas análises futuras os distanciamentos e as aproximações que essa sintaxe de base posicional proporciona ao estudo que ora trazemos.

Nas discussões trazidas por Cyrino; Nunes; Pagotto (2009), os verbos sem argumentos, transitivos e bitransitivos apresentam conceitos que não diferem muito da análise feita pela gramática tradicional. Isso lhes permite dizer que verbos sem argumentos são aqueles que expressam fenômenos da natureza e, para ilustrar trazem como exemplo o verbo *chover* que, numa sentença, ainda que diferente da utilizada pelos autores para análise, recebe a seguinte organização estrutural:

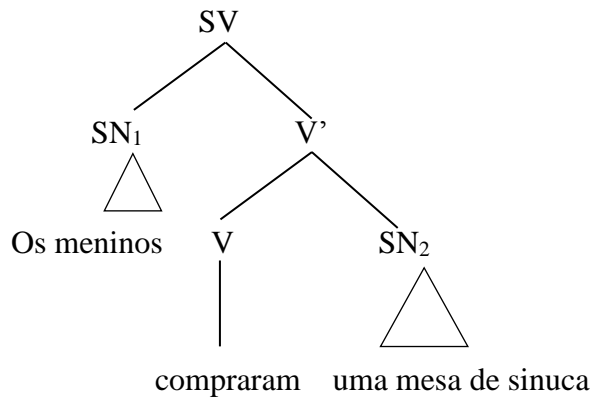
(10) Choveu muito hoje e já está caindo a temperatura.¹⁹



No que se refere aos verbos transitivos, os autores dizem fazer parte desse grupo aqueles de ação na voz ativa. Nesse tipo de construção, a posição de especificador de SV é ocupada pelo agente verbal e a posição de complemento refere-se ao papel temático de paciente do verbo. Vejamos o exemplo que segue:

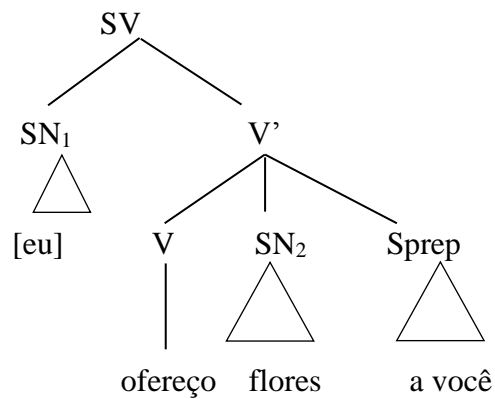
¹⁹ Disponível em: <http://www.climatempo.com.br/olhonotempo/128644/choveu-muito-hoje-e-ja-esta-caindo-a-temperatura>. Acesso em 12.09.12.

(11) [...] os meninos compraram uma mesa de sinuca [...]²⁰



Sobre os bitransitivos, também não há novidades no que já parece estar consensuado nos manuais de gramática tradicional. Trata-se dos verbos que apresentam objeto direto e indireto, ou, na perspectiva posicional, das formas verbais que selecionam três argumentos, um externo e dois internos. Vejamos um exemplo de verbos bitransitivos no esquema apresentado em (12):

(12) [...] ofereço flores a você [...]²¹



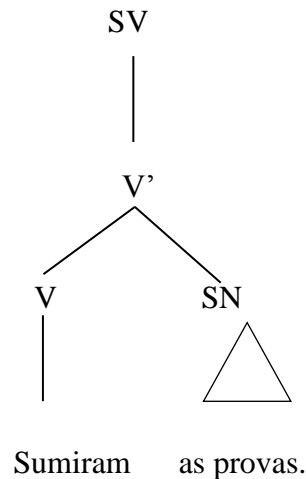
A principal mudança trazida por Cyrino; Nunes; Pagotto (2009) refere-se, entretanto, aos verbos monoargumentais, aqueles considerados intransitivos pela Gramática Tradicional. Essa diferença se estabelece pelo fato de que um verbo monoargumental pode ter, segundo a teoria desenvolvida, um argumento externo ou um argumento interno e isso exige que especificações sejam feitas para delimitar as diferenças sintáticas e as diferentes relações semânticas que esses tipos de argumentos estabelecem com verbo. Decorre desse fato, a separação desses verbos em dois grupos distintos: o grupo dos inacusativos – cujo único

²⁰ Disponível em: <http://leiturasdaausencia.blogspot.com.br/2011/06/housing.html> . Acesso em 12.09.12.

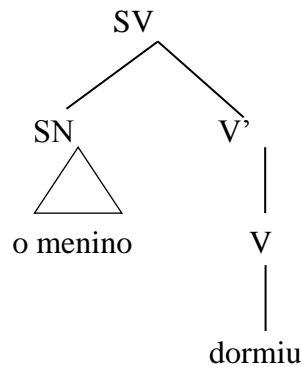
²¹ Disponível em: http://www.falardeflores.blogspot.com.br/2005_10_01_archive.html. Acesso em 12.09.12.

argumento ocupa a posição de complemento verbal – e o grupo dos inergativos – cujo único argumento situa-se na posição de especificador do verbo. Observemos nos exemplos (13) e (14), respectivamente, demonstrações desses dois grupos verbais – os inacusativos e os inergativos:

(13) As provas sumiram²²



(14) Aconteceu, então, que o menino dormiu [...] ²³



Como vimos, para efeitos da divisão dos verbos monoargumentais em inacusativos (13) e inergativos (14) os autores trabalham com a pressuposição de que “os eixos semântico e sintático são complementares e a noção de sujeito está desvinculada do caráter interno ou externo de um argumento...” (CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2009, p.61). Assim, para evidenciar um argumento como externo ou interno, propõem que as sentenças monoargumentais, cujo argumento é interno, apresentam verbos compatíveis com participio

²² Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/196904_AS+PROVAS+SUMIRAM . Acesso em 12.09.12.

²³ Disponível em: <http://arturbic.blogspot.com.br/2010/01/o-menino-que-dormiu-tres-dias.html>. Acesso em 12.09.12.

absoluto e passivas estativas (passivas com o verbo estar) – *Sumidas as provas/As provas estão sumidas*. Os argumentos externos, ao contrário, não se apresentam associados a verbos com essa compatibilidade - **Dormido o menino/*O menino está dormido*.

Além dessa proposta, outros investimentos teóricos foram realizados no sentido de entender os estudos sintáticos sob o ponto de vista posicional, dentre eles destaca-se o trabalho de Milner (1989).

Milner se propôs a desenvolver uma teoria posicional da sintaxe baseada na ideia de lugares-posições e esses lugares-posições da sintaxe apresentam, segundo o autor, propriedades absolutas e relacionais.

Para ele, entre as propriedades absolutas dos lugares, podemos mencionar a etiqueta categorial. Entretanto, a observação dessas propriedades absolutas exige que se realize uma diferenciação importante no que tange aos fenômenos envolvidos no processo: quando se trata de lugares-posições, a terminologia de Milner propõe que o fato seja visto sob o rótulo de *etiquetagem*, e, quando se trata de termos, o teórico sugere que tomemos a questão sob a perspectiva do *pertencimento*.

Após a fixação dessa diferença, o próprio autor realiza alguns questionamentos que sua proposta sintática tenta esclarecer, tais como: quais as etiquetas possíveis no mecanismo de estruturação sintática? Como podemos relacionar a etiquetagem dos lugares-sintáticos e as categorias lexicais?

Caminhando por essa via de análise, Milner nos leva a compreender que uma mesma etiqueta pode abrigar categorias distintas que, por força das regularidades linguísticas combinam com essa etiquetagem.

Assim, trazendo à tona aquilo que o autor denomina propriedades relacionais dos lugares-posições, é possível perceber que, para ele a sintaxe não se configura como uma relação entre itens lexicais, mas como uma associação entre lugares sintáticos. A sintaxe é, portanto, uma articulação entre os lugares-posições. Por isso, há circunstâncias em que a sintaxe usa etiquetas posicionais que não coincidem com o pertencimento categorial do termo ou não pertencem à lista das categorias reconhecidas para os termos em geral. Um exemplo disso é a ocupação do lugar de sujeito com uma oração substantiva. Nesse caso, não há um item lexical para que se possa discutir o pertencimento. A única discussão possível de ser estabelecida, nesse caso, é sobre a etiquetagem da posição sujeito.

Dando prosseguimento à sua pressuposição teórica, o linguista postula, então, a existência de uma geometria sintática que prevê a existência de dois lugares: o *site*, que ele determina como lugar sintático qualificado e *place*, que em sua definição apresenta-se como um lugar sintático não qualificado. Por ser essa uma discussão que consideramos de extrema importância para as reflexões que ora estabelecemos nesta pesquisa, entendemos ser prudente retomar as noções de *site* e *place* no capítulo 3, de modo a situar essas duas perspectivas sintáticas de forma mais analítica, mais ilustrada e, conseqüentemente, mais eficaz aos nossos objetivos.

1.4 Um olhar pragmático sobre a transitividade

A exemplo da postura teórica que vimos assumindo até aqui, entendemos que descrever a concepção de transitividade, assumida pelas gramáticas de perfil pragmático, também se torna necessário para explicitarmos que contornos assume, nessas gramáticas, o fato gramatical tomado como objeto de estudo neste trabalho. Os trabalhos de base pragmática propõem a apreensão da língua como a captação de um uso. Os exemplos, nesse perfil de gramática, são extraídos de um *corpus* construído num processo interlocutivo e que funciona comunicativamente, independente de seu prestígio social. É importante dizer que a proposta de correlacionar forma e função encontra lugar nessa teoria, cujo princípio é de que a estrutura da linguagem não pode ser adequadamente estudada sem referência à função comunicativa, ou seja, sem a incorporação da pragmática na gramática. “Propomo-nos a estudar gramática e discurso em conjunto para entender como a língua vem a ser o que é.”²⁴ (DU BOIS, 2003, p.48).

Nessa corrente de pensamento, a transitividade organiza-se em torno de uma matriz sintática, explicitadas pelas formas linguísticas, e de uma matriz semântica, validada pelos usos a que essas formas foram submetidas. “Dito de outra forma, o que se postula é uma teoria de relação entre gramática e discurso... Entende-se, assim, que o comportamento sintático-semântico pode ser bem mais explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.” (NEVES, 1997, p. 37).

Essa observação se torna um tanto quanto interessante para as reflexões que pretendemos em nossa análise. Muito nos atrai a perspectiva de agregação da semântica aos estudos sintáticos,

²⁴ Tradução livre de: “We propose to study grammar and discourse together in order to understand how language comes to be what is.”

entretanto, como passaremos a descrever, alguns questionamentos emergem da forma como essa relação sintaxe/semântica é tratada nesse perfil de gramática.

Para Hopper e Thompson (1980), que representam a linguística funcional norte-americana, a transitividade não é algo voltado especificamente para o verbo. Na proposta teórica que apresentam há um distanciamento entre as formas verbais e os elementos que compõem a transitividade. Sendo assim, passam a utilizar a expressão *oração transitiva* para especificar o fato gramatical em questão. Segundo os autores, a marcação da transitividade oracional se dá por meio da transferência da ação de um participante para outro participante, afinal

uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um agente que é responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e um paciente que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Esses participantes são chamados de argumentos do verbo. (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p.27).

Decorre desse fato a classificação em orações de alta transitividade e orações de baixa transitividade, uma vez que a transferência da ação acontece em graus, de acordo com a presença positiva ou negativa dos elementos descritos no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Parâmetros da transitividade na perspectiva funcionalista

| Parâmetros | Transitividade Alta | Transitividade Baixa |
|--------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 1. Participantes | dois ou mais | Um |
| 2. Cinese | ação | não-ação |
| 3. Aspecto do verbo | perfectivo | não-perfectivo |
| 4. Pontualidade do verbo | pontual | não-pontual |
| 5. Intencionalidade do sujeito | intencional | não-intencional |
| 6. Polaridade da oração | afirmativa | Negativa |
| 7. Modalidade da oração | modo <i>realis</i> | modo <i>irrealis</i> |
| 8. Agentividade do sujeito | agentivo | não-agentivo |
| 9. Afetamento do sujeito | afetado | não-afetado |
| 10. Individuação do sujeito | individuado | não-individuado |

Fonte: Hopper; Thompson (1980)

Sendo assim, fatores pragmáticos influenciam diretamente na manifestação discursiva do fenômeno da transitividade, uma vez que o posicionamento do falante, bem como as escolhas

que ele fez na estruturação do evento a ser comunicado em dada situação de uso definem, de forma ascendente ou descendente, o quão transitiva se caracteriza uma oração. Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 30) exemplificam esse fato dizendo que uma mesma narrativa pode ser veiculada a partir do ponto de vista do agente responsável pela ação, como em (15) ou do ponto de vista do objeto afetado por essa ação, conforme (16), apresentando, as duas sentenças, dessa forma, níveis de transitividade distintos.

(15) O menino quebrou a vidraça.

(16) A vidraça foi quebrada pelo menino.

É necessário acrescentarmos o fato de que essa perspectiva teórica entende que o grau de transitividade de uma oração é o reflexo da função discursiva que caracteriza determinado uso linguístico. Isso corresponde dizer que as orações com transitividade alta estão ligadas a porções centrais do texto, ou seja, aparecem no plano narrativo *foreground* ou figura e, conseqüentemente, as orações com transitividade baixa organizam as ideias periféricas e aparecem no *background* ou plano de fundo.

O que nos causa desconforto nessa análise, dentre outros aspectos que discutiremos com maior propriedade no decorrer do trabalho ao apresentarmos nossa proposta de estudo da transitividade, é o fato de que há algumas inconsistências na estruturação conceitual dos parâmetros que Hopper e Thompson tomam como classificatórios da transitividade oracional.

Sem a pretensão de nos determos aqui a uma análise de como os autores chegaram aos 10 parâmetros prototípicos de uma oração que apresente o grau máximo de transitividade, passemos a discutir esses parâmetros – ao menos alguns deles. Nossos questionamentos advêm do fato de que, conforme já citamos, parece-nos muito interessante a proposta estabelecida por essa teoria pragmática no que se refere ao deslocamento da centralidade do verbo nos estudos da transitividade. Entretanto, alguns pontos ainda nos causam desconforto em relação aos pressupostos estabelecidos para a análise.

Antes de nos posicionarmos sobre os parâmetros, tomemos emprestado dos autores um exemplo de oração com transitividade alta – grau 10 na escala de análise.

(17) Jerry Knocked Sam down – *Jerry nocauteou Sam.*

QUADRO 2 – Parâmetros da transitividade na perspectiva funcionalista

| Parâmetros | Transitividade | Transitividade |
|--------------------------------|---|----------------------|
| | Alta | Baixa |
| 1. Participantes | dois ou mais (Jerry e Sam) | um |
| 2. Cinese | ação (Knocked) | não-ação |
| 3. Aspecto do verbo | perfectivo (ação completa) | não-perfectivo |
| 4. Pontualidade do verbo | pontual (não-durativo) | não-pontual |
| 5. Intencionalidade do sujeito | intencional (proposital) | não-intencional |
| 6. Polaridade da oração | afirmativa (afirmação) | negativa |
| 7. Modalidade da oração | modo <i>realis</i> (modo indicativo) | modo <i>irrealis</i> |
| 8. Agentividade do sujeito | agentivo (Jerry=autor da ação) | não-agentivo |
| 9. Afetamento do sujeito | afetado (Sam=paciente da ação) | não-afetado |
| 10. Individuação do sujeito | Individuado (referencial, humano, próprio, singular) | não-individuado |

Fonte: Adaptado de Hopper; Thompson (1980).

Quanto ao exemplo (17), não há nenhuma questão a ser levantada no que se refere à alta transitividade que apresenta, segundo os parâmetros propostos. Mas o que dizer sobre a questão, por exemplo da *cinese*, cuja máxima conceitual pressupõe que as ações podem ser transferidas de um participante para outro e os estados não, ao nos depararmos com a seguinte sentença:

(18) Claudio Rezende Direto de Belo Horizonte. O zagueiro Réver pegou um resfriado no fim de semana quando esteve ausente no empate do Atlético-MG por 1 a 1 diante do Tupi.²⁵

Antes de definirmos se houve ou não transferência de ação entre os participantes, há outra análise a ser realizada. O verbo pegar, na sentença grifada em (18) indica mesmo uma ação? Ou se trata de um estado?

E no caso de determinarmos *a intencionalidade do sujeito* em sentenças como

(19) ...bati a porta do carro na ponta do meu de polegar, com muita força. A unha quebrou feio, tive que arrancá-la. Estou pensando em arrancar as outras nove unhas das mãos

²⁵ Disponível em: <http://www.espbr.com/noticias/resfriado-rever-enfrentar-goias-pela-copa-brasil-23-abril-2012-19h29-atualizado-19h31> . Acesso em 05.07.2012

para que fiquem iguais, não estou curtindo ver esse dedo "careca". Como eu deveria prosseguir ?²⁶

- (20) Presa ao cinto de segurança, a criança não conseguiu sair. Um dos assaltantes bateu a porta e os bandidos arrancaram com o veículo em alta velocidade.²⁷

qual a perspectiva deveremos assumir para verificar o nível de volição dos sujeitos (eu e os assaltantes), a fim de detectarmos o efeito da ação sobre o paciente (a porta)? Apenas o aspecto aparentemente involuntário da primeira ação e voluntário da segunda garante um efeito tipicamente mais aparente do paciente em (19) do que em (20)? Para nós, pensamos que, nos exemplos postos em cena, é exatamente o contrário que se estabelece.

Se nos voltamos agora para a proposta de *Individuação do objeto* temos outros tantos porquês a serem levantados, uma vez que “esse componente se refere tanto ao fato de o paciente ser distinto do agente quanto à distinção entre o paciente e o fundo em que ele se encontra.” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 39). As autoras esclarecem essa afirmação dizendo que, na proposta funcionalista é possível criarmos propriedades para marcarmos o processo de individuação, assim os referentes dos substantivos que apresentarem as propriedades à esquerda do quadro 3, a seguir, serão mais altamente individuados do que aqueles com as propriedades à direita:

QUADRO 3 – Propriedades da individuação

| INDIVIDUADO | NÃO-INDIVIDUADO |
|-----------------------|-----------------|
| próprio | comum |
| humano, animado | inanimado |
| concreto | abstrato |
| singular | plural |
| contável | incontável |
| referencial, definido | não-referencial |

Fonte: Furtado da Cunha; Souza, (2007, p. 39)

Mais uma vez estamos diante de uma decisão subjetiva, no mínimo polêmica, para identificar o nível de individuação do objeto da sentença grifada em (21):

²⁶ Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070315042112AAykHVs>. Acesso em 06.07.2012.

²⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Jo%C3%A3o_H%C3%A9lio. Acesso em 06.07.2012.

(21) Diz a Bíblia que ela encontrou o ANJO DO DEUS ETERNO.²⁸

É possível definirmos, com clareza se *anjo* é um ser animado ou inanimado? Concreto ou abstrato? As próprias gramáticas não esclarecem em definitivo essas categorizações. Não raramente, estamos diante de sérias controvérsias acerca desse fato. Vale ressaltar que, ao apresentar essas marcas de individuação e, conseqüentemente, de não-individuação, Hopper e Thompson (1980) não as definem, detendo-se apenas na utilização dos conceitos - que pressupõem, portanto, serem de domínio dos leitores - para determinar esse parâmetro de transitividade.

O parâmetro de *Modalidade da oração* também esbarra em observações comumente subjetivas em sua efetivação. Trabalhar com a prerrogativa de fixar uma codificação *realis* x *irrealis* para os eventos significa pressupor, em muitas instâncias, uma análise do mundo, estabelecendo uma linha que separe a realidade da irrealidade e, como sabemos, não se trata esse de um processo analítico preciso e fechado para todos os sujeitos, em toda e qualquer situação de uso da língua.

Enfim, há que se perceber grande inovação trazida pelas teorias de base pragmática nos estudos de transitividade. Principalmente no que tange a descentralizar da figura do verbo a transitividade e perceber toda a cláusula como responsável pela marcação desse fenômeno.

Entretanto, uma teoria da linguagem que se alicerça em fenômenos do mundo empírico para explicar fatos linguísticos pode, muitas vezes, parecer controversa em seus fundamentos, afinal não se trata de algo simples estudar um fato gramatical cuja exigência de compreensão baseia-se em separações nítidas e decisivas sobre ação intencional/não-intencional, perceptível/não-perceptível; verbos de estado e de ação; mundo real ou irreal, paciente (totalmente ou parcialmente afetado). Enfim, em nossa perspectiva, trata-se de uma teoria importante para o objeto de estudo ora proposto, mas insuficiente para resolver grande parte das polêmicas que envolvem esse fato de linguagem.

²⁸ Disponível em: http://www.sermao.com.br/sermoes/nao_ha_pedras_suficientes/. Acesso em 06.07.12. Grifos do autor.

CAPÍTULO II

Orientação teórica da pesquisa: Semântica da Enunciação

2 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

Discussões sobre como entendemos a noção de “acontecimento” se tornam pertinentes para melhor compreendermos as bases que fundamentam a Semântica da Enunciação, teoria que sustenta nossos propósitos de trabalho aqui estabelecidos. O próprio ato de concebermos “a enunciação enquanto *acontecimento* (grifo nosso) de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p.11) nos aponta a necessidade de explicitarmos melhor esse conceito.

Nesse primeiro capítulo, tentaremos passar por algumas das várias vozes que já se propuseram a discutir **enunciação** e **acontecimento** de modo a propor, por contraste ou por associação, pontos-chaves para uma compreensão um pouco mais detalhada sobre essa perspectiva teórica. Muitas discussões aqui propostas estão embasadas em reflexões realizados no período de 2007 a 2011, por ocasião dos encontros do grupo de Estudos da Enunciação, coordenado pelo Professor Luiz Francisco Dias, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

2.1 Considerações preliminares sobre acontecimento enunciativo

Diante da proposta de refletir a perspectiva sobre acontecimento assumida por uma Semântica de base enunciativa, pensamos ser fundamental iniciar nossa análise com a exposição das ideias defendidas por Émile Benveniste, afinal, em sua enorme contribuição aos estudos linguísticos, destaca-se o conceito de enunciação. Segundo ele, o indivíduo coloca em funcionamento as formas da língua ao utilizá-la. “A enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p.82).

Sua teoria é a de que, quem enuncia, enuncia para alguém, em algum lugar e em algum tempo. É, pois, em torno desses três eixos que se configura a enunciação: as pessoas (eu-tu), o espaço (aqui-lá) e o tempo (agora-depois). O locutor apropria-se da língua, cuja materialidade pertence ao aparelho formal, e a coloca em funcionamento em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, é fácil percebermos que, para Benveniste, o ato de enunciar é de responsabilidade do locutor, sendo ele o centro da enunciação, capaz de constituir o outro como seu interlocutor.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. (...) Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de processos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 1989, p.83-84).

Em outras palavras, nos pressupostos teóricos traçados por Benveniste, a língua prepara marcas para a entrada do sujeito. Sendo assim, enunciar é entrar no aparelho formal da enunciação, apropriar-se da língua, individualizar-se e, ao mesmo tempo, assumir uma intersubjetividade linguística. Vale-se ressaltar que essa intersubjetividade conferida ao sujeito não é percebida pelo autor como um processo de interação. Não se trata de um “eu” e de um “tu” considerados como falantes. O “tu” é invocado pelo “eu”, já no aparelho formal da enunciação. Isso permite afirmar que na própria língua estão os instrumentos de individualização e que eles são pré-existentes ao sujeito.

Diante disso, Benveniste não precisa suscitar a noção de acontecimento em sua teoria. Para ele, acontecimento seria apenas a perspectiva da entrada do sujeito na língua e essa entrada constitui-se como condição inexorável para que o homem ganhe a dimensão de indivíduo e para que as formas linguísticas adquiram *status* de unidade.

Como podemos observar, a teoria de Benveniste é uma teoria subjetivista porque se centra predominantemente em apenas uma das faces do sujeito da enunciação: o locutor. Daí decorre o questionamento de Guimarães (2005) a essa proposta de tratamento da enunciação:

diria que este aspecto faz parte dos problemas do tratamento enunciativo de Benveniste, ao qual se acresce para mim, como para outros linguistas e para a análise de discurso, a questão da centralidade deste sujeito da enunciação. Não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas trata-se de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar. (GUIMARÃES, 2005, p. 47).

Para Guimarães, mesmo sendo esse um posicionamento teórico que prevê no processo de constituição do sentido a presença da exterioridade linguística, ou seja, que prevê a entrada do sujeito²⁹ na língua ainda há um elemento que é excluído dessa constituição, a história. E, segundo o autor, é exatamente a inclusão da história que determinará o sentido.

²⁹ Vale dizer que a concepção de sujeito, proposta por Benveniste, sofrerá alterações e será ampliada em Guimarães (2002).

Nesse momento, ao suscitarmos a presença da história como um dos fundamentos da Semântica da Enunciação é preciso que seja trazido para o campo das discussões aqui estabelecidas, Oswald Ducrot. A retomada das contribuições teóricas propostas pelo autor se justifica porque seu conceito de enunciação como um “acontecimento histórico, isto é, o fato de uma frase ter sido objeto de um enunciado” (DUCROT, 1987, p.369), parece sinalizar não só para o aparecimento da noção de acontecimento no ato enunciativo, como também para a inclusão da história nesse processo. Segundo o autor, uma língua se organiza em torno de um conjunto de frases, que corresponde a um conjunto de estruturas. O acontecimento seria, então, a atualização dessas frases pelo enunciado.

A grande questão a ser analisada, na proposta trazida por Ducrot, é a tese de que o enunciado é individual, ficando o caráter da recorrência circunscrito apenas à frase. O autor considera que “a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá depois.” (DUCROT, 1987, p.168). Assim, a historicidade suscitada no conceito de enunciação se configuraria apenas porque o acontecimento é marcado no tempo e no espaço. Nesse sentido, a mesma frase, atualizada em tempo cronológico diferente, constitui um novo enunciado porque o tempo histórico não é o mesmo. Em outras palavras, o acontecimento é histórico porque o enunciado tem o caráter da irrepetibilidade.

O conceito de história apresentado por Ducrot deve sofrer um deslocamento, uma vez que, conforme delineado, o autor percebe o acontecimento apenas como a efetivação de um ato, ou seja, apenas como a passagem da frase para o enunciado. Sob esse viés de análise “a enunciação é vista como o lugar do sempre novo.” (GUIMARÃES, 1989, p. 73).

Mesmo quando Ducrot, no decorrer de seus trabalhos, apresenta a proposta de que consideremos como anterioridade discursiva o conjunto de enunciados produzidos historicamente, ele pressupõe que esses enunciados anteriores são apenas matéria-prima para direções argumentativas, âncoras de sentido que se fixam para produzir as bases da argumentação, ou seja, há uma recorrência de sentido do passado, que legitima a argumentação presente, no dizer do autor. Esse fato distancia a irrestrita filiação conceitual dessa pesquisa aos pensamentos ducrotianos, uma vez que em nossa perspectiva o acontecimento enunciativo constitui-se, também, da historicidade sintática presente nos enunciados anteriores. Em outras palavras, uma sintaxe de base semântica considera a necessidade de um olhar histórico, também, no que se refere à materialidade linguística.

Sendo assim, o olhar para o passado, na posição enunciativa que assumimos, é um olhar que capta enunciado e sentença; enquanto para Ducrot, a historicidade do enunciado era suficiente no que se referia aos princípios de análise por ele empreendidos. Vale ressaltar que, mesmo na fase inicial de seu trabalho, o autor ao se apropriar do conceito de frase não a percebia como sentença, ou seja, não se preocupava com a análise da configuração sintática daquela materialidade linguística, interessava-lhe apenas o esquema argumentativo aí estabelecido, os marcadores de argumentação que constituíam essa frase.

A proposta à qual se vincula a Semântica da Enunciação pretende, portanto, guardar a relação com as formas linguísticas, conforme propõe Benveniste e a com a inclusão da história, de acordo com as formulações de Ducrot. Entretanto, para uma Semântica de bases histórico-enunciativas, torna-se importante romper com as duas marcações de individualidade que as teorias anteriores postulam: a individualidade do sujeito, que acontece pela entrada do homem no aparelho formal da enunciação e a individualidade do enunciado, que, ao surgir, apaga os enunciados anteriores efetivando-se como singular.

Nesse sentido, nos filiamos à perspectiva de que o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, e sim como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido. Nesse sentido, o acontecimento faz surgir o novo, traz dentro de si uma atualidade porque ele interfere no estado de mundo, com repercussões de maior ou menor magnitude. Entretanto, para que ele realize essa interferência é preciso que se constitua, também, de uma carga de dizer já marcada anteriormente.

Passemos agora a explicitar melhor os pontos que acabamos de sinalizar sobre a perspectiva que adotamos acerca do que seja acontecimento enunciativo.

2.2 Acontecimento enunciativo e história

Para a Semântica da Enunciação, considerar a ausência de linearidade do acontecimento implica percebê-lo em seu aspecto não sequencial e significa, também, recortá-lo em extratos cuja saliência oscila em níveis de visibilidade. Para tanto, é necessário que a própria concepção de história ganhe novas dimensões. Pensar história significa, então, voltar-se para o cruzamento de determinados pontos, ou seja, a história não está em um ponto específico.

Ela constitui-se, antes, pelos elementos que operam sobre esse ponto de relevo e passam, em conjunto, a nomeá-lo. Filiados a essas ideias, analisamos que a nomeação, por exemplo, do acontecimento “Revolução Francesa” é um retratar, um resultado, um efeito do jogo de historicidades que se imbricam e ganham visibilidade. Trata-se, portanto, do encapsulamento de uma série. Sendo assim,

o acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta de que é um acontecimento... . Seja o caso do feminismo...é certo que algum manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento discursivo, em torno do qual se organiza um arquivo (tudo o que se passa a dizer – ou se pode recuperar de datas anteriores – em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas, etc.) Mas há mais: por baixo destes, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade, da saúde; e, ainda da fidelidade, do divórcio, das alternativas sexuais; e, ainda o das creches, do trabalho feminino, do assédio sexual. Não nos esqueçamos de todos os textos de humor que todos esses acontecimentos permitem, por sua vez. (POSSENTI, 2004, p. 23).

Percebemos, assim, que os grandes picos históricos operam com movimentos, às vezes, até maiores do que eles próprios, movimentos esses que, em teia, propiciam o surgimento de uma relevância que se marca socialmente.

Para a efetivação dessa nova concepção de história e, conseqüentemente, de acontecimento histórico, é preciso redimensionar, também, a noção de tempo. O que há de fundamental nessa forma de perceber a história é a proposta de que ao nos voltarmos para o histórico nele encontraremos vestígios de presente, passado e futuro operando concomitantemente. Em todo acontecimento histórico existem ideias germinando e ideias resistindo. Por essa via, saímos da zona de conforto que define história como algo pontual e passamos a percebê-la constituída por uma maior complexidade temporal. Foucault demonstra que um estudo histórico assim caracterizado “permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.” (FOUCAULT, 2000, p.291).

Voltando nossas discussões para o acontecimento enunciativo como um construto histórico, ilustremos nossas reflexões anteriores, considerando o seguinte enunciado:

(22)Perdi meu emprego.

Não podemos imaginar que se trata de um enunciado completo, apenas, por sua característica de organicidade e por seu surgimento no “agora” enunciativo. A relação estabelecida entre os signos que compõe (22) é histórica, ou seja, a agregabilidade dos elementos na língua já acontece armada de significações prévias. Sendo assim, a fim de que esse enunciado ganhe

efeito de completude, é preciso imaginar que outros enunciados o precederam, tais como:

(23) Estou indo para o trabalho.

(24) Vou chegar atrasado hoje na empresa.

Nesse sentido, percebemos que dizeres anteriores, consolidados historicamente, participam da reestruturação de um estágio prévio do dizer (pessoa empregada) para um momento de enunciação atual (pessoa desempregada). Assim, o que faz um campo de enunciados crescer é a possibilidade do acontecimento de outros enunciados dentro desse campo.

Essa perspectiva de análise torna válida a reflexão de que um signo tem relação com o outro na medida em que apresenta também relação com a história das enunciações das quais já participou. Não se tratando, portanto, nem da ideia de “sistema” apontada por Saussure, que concebe os signos apenas em suas relações estritamente linguísticas; tampouco da concepção de micro ato do acontecer, posta em cena por Ducrot, que é apenas uma parte do acontecimento enunciativo porque não leva em conta a repercussão de sentenças e enunciados anteriores na efetivação dos dizeres em acontecimento, não leva em conta que enunciados anteriores deram suporte às relações dos signos que estão em ato.

2.3 Regularidades discursivas x acontecimento enunciativo

Tomando essa direção teórica, parece-nos confortável afirmar, então, que não se pode prescindir das regularidades históricas que constituem organicamente a língua, entretanto, a língua não é capaz de significar apenas a partir de seus elementos estruturais. Somente quando as regras linguísticas ganham acontecimento a língua adquire *status* de dizer. Se assim não fosse, enunciados como o descrito a seguir, amplamente conhecidos e apreciados pelos usuários da língua portuguesa, seriam, compulsoriamente, descartados de nosso sistema linguístico.

(25) O bêbado e as 10 garrafas

Eu tinha lá em casa dez garrafas de cachaça, da boa.

Mas tão boa que resolvi levar dez garrafas para casa, mas, Dona Patroa obrigou-me a jogá-las fora.

Peguei a primeira garrafa, bebi um copo e joguei o resto na pia.

Peguei a segunda garrafa, bebi outro copo e joguei o resto na pia.

Peguei a terceira garrafa, bebi o resto e joguei o copo na pia.

Peguei a quarta garrafa, bebi na pia e joguei o resto no copo.

Peguei o quinto copo, joguei a rolha na pia e bebi a garrafa.
 Peguei a sexta pia, bebi a garrafa e joguei o copo no resto.
 A sétima garrafa eu peguei no resto e bebi a pia.
 Peguei no copo, bebi no resto e joguei a pia na oitava garrafa.
 Joguei a nona pia no copo, peguei na garrafa e bebi o resto.
 O décimo copo, eu peguei a garrafa no resto e me joguei na pia.
 Não me lembro do que eu fiz com a patroa.³⁰

Observemos que até a quinta linha as sentenças que constituem o texto progridem harmoniosamente. O mesmo não acontece a partir da sexta linha. Ou seja, os deslocamentos sintáticos causam estranheza semântica e vão, proporcionalmente, tornando-se mais confusos quanto maior é o estado de embriaguez do sujeito envolvido na história. Dessa forma, pressupõe-se que nesse acontecimento enunciativo a quebra das regras e, ao mesmo tempo, a restituição dessas regras, constituem uma indicação fundamental para a produção de sentido, ou seja, somente a partir de um gesto enunciativo, o sistema linguístico verá restabelecida sua unidade. No entender de Foucault é

inútil procurar o enunciado junto aos agrupamentos unitários de signos. Ele não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem. (FOUCAULT, 1986, p. 100).

Vale ressaltar, entretanto, que os deslocamentos só são possíveis na língua porque apresentam um pano de fundo histórico de significação (quanto mais o sujeito bebe, mais se embriaga; quanto mais se embriaga, mais propenso se encontra para proferir falhas de ordem sintático-semântica). Conforme Pêcheux,

nesta perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, o que toca de mais perto no próprio da língua enquanto ordem simbólica, com a condição de dissimular o corpo das regras sintáticas, construindo aí os efeitos discursivos que o atravessam, os jogos internos destes ‘espelhamentos’ léxico-sintáticos através dos quais toda construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra desliza sobre outra palavra. (PÊCHEUX, 1998, p.28).

Sendo assim, as sentenças só ganham completude na medida em que são regidas pelo enunciado, ou seja, a forma como a regra se constitui depende do jogo que se realiza com ela e sobre ela no próprio acontecimento enunciativo.

³⁰ Disponível em: <http://www.fontedoriso.com.br/piada/588/As-10-garrafas-de-cacha%C3%A7a..html> – Acesso em 01.02.09.

2.4 O acontecimento como lugar de deslocamento das discursividades

O equívoco, trazido pelo acontecimento enunciativo, deve ser considerado, por essa via de análise, como um desvio constitutivo que se alicerça na história, mais precisamente que se alicerça em direções pré-concebidas historicamente. O sentido é errante por natureza porque é permeado pelas diferenças histórico-sociais e recortado no acontecimento enunciativo. Rajagopalan, ao fazer uma releitura de Wittgenstein, diz que

é por este motivo que o famoso argumento de Wittgenstein (1953) contra a possibilidade de uma linguagem privada, ou seja uma linguagem acessível a único usuário, tem como uma das premissas a posição de que o usuário não tem como mencionar entes singulares se não mediante o uso de termos genéricos, isto é, termos que teriam em sua extensão, pelo menos em potência, outros entes. (RAJAGOPALAN, 2000, p.83).

Observemos a utilização do verbo *receber* no enunciado expresso em (26) para ilustrarmos uma das muitas formas em que podemos considerar o equívoco como um desvio constitutivo da linguagem.

(26) Interlocutor 1: Sua mãe tá aí. Você não vai receber?

Interlocutor 2: Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(POSSENTI, 1998, p.32)

Constatamos que se trata de um texto que pertence a um gênero humorístico, logo, sua construção discursiva se estabelece tendo em vista essa finalidade. Percebemos que o verbo *receber* projeta um lugar sintático de objeto que não é ocupado e essa não ocupação permite que esse enunciado seja inserido em dois discursos distintos. Para o interlocutor 1, o termo que orienta o domínio de sentidos de sua interrogação, funcionando como objeto passível de ocupação do lugar projetado pela forma verbal *receber*, é *a sua mãe* ou a forma pronominal anafórica *la*, por exemplo. Já o interlocutor 2, seja por inocência, por ironia, por tentativa de humor, ou por outro motivo qualquer, prevê como possibilidade de preenchimento desse lugar sintático termos cujo domínio referencial seja constituído em torno do campo dos bens, como a expressão *dinheiro*, por exemplo.

O que torna o texto interessante é o fato de que, mesmo tratando-se de extratos de ocorrência distintos, os termos *a sua mãe* e *dinheiro*, constituem-se como possibilidades de sustentação discursiva para a sentença. Porque temos, então, a configuração do aspecto humorístico do enunciado? Isso acontece porque a ocorrência de objetos do verbo *receber*, em uma

enunciação com características daquela proferida pelo interlocutor 1, guarda traços de sentidos muito mais próximos daqueles suscitados pelo item lexical *a sua mãe* do que pelo termo *dinheiro*. Entretanto, é pertinente dizer, ainda, que, ao produzirmos esse tipo de análise, não podemos desconsiderar que estamos realizando um gesto de interpretação do dizer proposto pelo interlocutor 1, uma vez que esse texto poderia até nem se configurar como piada, se ancorássemos em outro domínio referencial a materialidade linguística que poderia ocupar o lugar sintático de objeto. Ao recortar esse efeito de sentido, nos filiamos a uma posição de significação que nos parece mais recorrente, mas não universal. Trata-se, na verdade, de um espaço de memória discursiva que dá ao objeto um caráter de institucionalização. Ao se quebrar essa institucionalização, mas trabalhando no campo das possibilidades, cria-se, então, o humor.

É importante que se considere que entendemos o equívoco como um deslocamento das discursividades postas em ato, deslocamento esse constitutivo do enunciar, e que, por isso, em nada prejudica o acontecimento enunciativo. A perspectiva que adotamos é, pois, entendê-lo como um gesto de análise do impacto do dizer, que apresenta certa fluidez. Sendo assim, o que propomos é olhar essa fluidez e marcá-la como um constituinte linguístico que apresenta pertinência para significar. Isso pode, inclusive, ser percebido no exemplo (25) – *O bêbado e as 10 garrafas* –, aqui apresentado e poderá ser mais bem demonstrado em outras ocorrências que integram o *corpus* desta pesquisa. Dessa forma, o equívoco, o deslocamento, que ora propomos, trata-se, antes, de uma dinâmica de análise e não de uma avaliação de desconcerto linguístico.

Por essa via, para que haja novas direções de sentido é preciso que outras direções tenham ocorrido em acontecimentos enunciativos anteriores, a fim de que sejam deslocadas no acontecimento em cena. “Desse modo, o equívoco não atua como uma operação posterior e desviante sobre o signo, mas ao contrário, ele está sempre-já-lá no funcionamento da linguagem. E devemos agregar: qualquer fixação significante-significado é discursiva.” (MILÁN-RAMOS, BALDINI, 2000, p. 62).

É nesse sentido que uma semântica de base enunciativa parte do pressuposto segundo o qual é na relação entre a dimensão material e a dimensão simbólica que se realiza o funcionamento linguístico. Na verdade, na tentativa de aproximarmos questões orgânicas e enunciativas, partimos da existência de dois planos para os estudos linguísticos: o plano da organicidade e o plano da enunciação. Quanto ao primeiro, situa-se no limite do material e não funciona de

maneira autônoma, é o plano das formas. Já o segundo, se faz pelo funcionamento da língua, pelo uso efetivo da materialidade linguística em determinado acontecimento enunciativo.

Nessa perspectiva de trabalho, a materialidade é um constituinte linguístico a partir do qual se lida com a simbologia. Dessa maneira, as duas dimensões - orgânica (material) e simbólica (enunciativa) - sustentam o acontecimento do dizer, que se instala em torno da mobilidade trazida pelo deslocamento constitutivo das discursividades.

2.5 Acontecimento enunciativo: a atualização de uma virtualidade

Os pressupostos teóricos trazidos até aqui apontam para o fato de que não há como desvincular o acontecimento enunciativo da estrutura que sustenta a língua, bem como das redes de memória e dos percursos sociais que o trazem à tona. Vislumbramos, então, que na medida em que a língua produz acontecimento já nos oferece um passado em suas próprias formas e essas formas são capazes de nos inserir na corrente da memória, fazendo com que presente e passado se instalem nesse acontecimento de modo a fazê-lo figurar em acontecimentos futuros.

Isso posto, é possível afirmar que no acontecimento há um reconhecimento do passado e uma projeção do futuro, que se concretizam na realização enunciativa presente. Futuro, porque produz as bases de ancoragem para que outros acontecimentos surjam. “O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.” (GUIMARÃES, 2002, p.12). E passado, porque se ancora em fatos anteriormente constituídos, “esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.” (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Trabalhamos, pois, com a concepção de que “...um acontecimento não existe fora das suas efectuações. Mas também não se esgota nelas, não ‘está’ apenas no seu existir atual.” (SOUSA DIAS, 1995, p.89). Esse fato nos impulsiona a dizer que “o acontecimento é virtual.” (SOUSA DIAS, 1995, p.89). É preciso esclarecer que trabalhamos com a perspectiva segundo a qual o virtual é a instância em que age a memória sócio-histórica.

Essa proposta de perceber o acontecimento como uma virtualidade em latência de atualização pode ser notada, por exemplo, na sentença descrita em (27):

(27) FIGURA 1 - Propaganda UNIMED



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google³¹

Na propaganda da UNIMED, temos claramente a não ocupação linguística do lugar sintático de objeto como um recurso fundamental para a funcionalidade do texto. Não há a ocupação material do lugar sintático projetado pelo verbo *alongar*, mas isso não afeta a unidade da sentença, porque há uma “memória de seu lugar que advém de outros extratos de ocorrência que são constitutivos do espaço sintático” (Dias, 2007b, p.197). Expliquemos melhor. Se as sentenças

(28) A vida é curta.

(29) Alongue.

fossem analisadas independente de relação que estabelecem com o acontecimento enunciativo no qual se inserem, facilmente seria proposto, por uma análise de perspectivas tradicionais, que o sujeito da 1ª sentença também ocuparia o lugar sintático de objeto acionado pelo verbo *Alongue* na sentença 2. Entretanto, percebemos que os outros enunciados que compõem o anúncio funcionam como um domínio referencial que possibilita a entrada de um novo item lexical, capaz de ocupar o lugar posto em cena pela predicação de que participa

³¹ Disponível em: <http://www3.propmark.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=54755&sid=7>. Acesso em 12.02.09.

o verbo *alongar*. Ou seja, quando a propaganda produz uma linha do tempo cujos enunciados afirmam que

(30) Aos 8 anos, eu me esticava para pegar frutas no pé.

e

(31) Aos 36, continuo adorando frutas depois do alongamento.

é acionada a possibilidade de que a formação nominal *o corpo* também funcione como um referente capaz de oferecer efeito de completude a (29) *Alongue*. É importante dizermos que trabalhamos com o conceito de formação nominal proposto por Dias (2011). Segundo o autor; a formação nominal

se constitui em centro de articulação temática. Na medida em que constituímos um tema, ou um foco de interesse na enunciação, estamos trazendo a memória de sentidos que se agregam aos nomes. As determinações contraídas pelos nomes, constituindo um grupo ou sintagma nominal, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo.[...] A constituição desse centro de referência pode ser captado pela língua em formato concêntrico, tendo um substantivo na nucleação, de forma a encapsular um conceito historicamente constituído[...] (DIAS, 2011, p.275).

Retomando a análise da propaganda (27), percebemos que ela ganha pertinência quando, sem realizar muito esforço, podemos captar, na memória dos dizeres em que se inscrevem sentenças com o verbo *esticar-se* e com o substantivo *alongamento*, um domínio de referência que inclui também o substantivo *corpo*. Portanto, é esperado que os enunciados (28) e (29) recebam as seguintes formulações:

(32) A vida é curta. Alongue a vida.

(33) A vida é curta. Alongue o corpo.

Ou ainda

(34) A vida é curta. Alongue o corpo, [para alongar] a vida.

A cada vez que a peça publicitária da UNIMED-BH é recebida por um leitor, o lugar sintático de objeto está em causa, isto é, ganha uma mobilidade; a mobilidade da oscilação entre ser ocupado pelos itens *a vida e o corpo*. O espaço do lugar sintático de objeto é o espaço da relação entre: uma **regularidade**, consubstanciada em (32) e marcada estruturalmente pelo

domínio referencial da sentença anterior (*A vida é curta*), bem como pelo objetivo da propaganda que é valorizar a aquisição de um plano de saúde, logo, valorizar a *vida* e; uma **atualidade**, consubstanciada em (33), atualidade essa que só pôde ser configurada mediante o cruzamento de dizeres historicamente produzidos em outros acontecimentos enunciativos, que foram acionados pelas demais sentenças (“*Aos 8 anos, eu me esticava para pegar frutas no pé.*” e “*Aos 36, continuo adorando frutas depois do alongamento.*”) constitutivas de (27). A enunciação, portanto, é o acontecimento do dizer no qual uma atualidade cruza com uma memória (GUIMARÃES, 2002). Em se tratando dos propósitos dessa pesquisa, o lugar sintático de objeto é o palco desse cruzamento. Não há que se pensar, portanto, em falta de complemento em (29), mesmo porque a funcionalidade do texto é devida ao fulcro do olhar sobre a mobilidade da saída e entrada no domínio de referência do lugar sintático de objeto.

A utilização desse exemplo para ilustrar a virtualidade, que acreditamos constituir o acontecimento, deve-se ao fato de que percebemos que há uma regularidade de preenchimento para o lugar sintático projetado pelo verbo *alongar* sendo afetada por novas forças referenciais, que acreditamos estar em estágio virtual, latentes de atualização. Diante disso, como já sinalizamos, nos instiga verificar como o acontecimento enunciativo opera com essa regularidade, de modo a que outras regularidades surjam e sejam postas em cena, ou seja, questionamos que virtualidade é essa que há nesse lugar e que elementos dos enunciados ou dos modos de enunciação podem determinar a atualização de outras regularidades a partir das já existentes.

É importante destacar que, ao nos referirmos a uma atualização do sentido não a imaginamos como uma simples retomada, como uma mera repetição de enunciações anteriores aptas a participar de novos acontecimentos enunciativos. Sendo assim, o acontecimento atual não é um simples colocar em cena a virtualidade porque, ao se realizar, ele já é afetado pelo diferente. Sua formulação já recebe a possibilidade de um escapar do já-posto, assim, quando enunciamos, estamos operando no mundo da diferença porque estamos na relação do que foi e do que é, com possibilidade de diferir sempre o que é do que foi.

Levemos em conta outro exemplo para esclarecer um pouco melhor esse ponto de nossa análise.

(35) FIGURA 2 - Propaganda Havaianas Wave



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google³²

Em (35), temos novamente uma sentença que apresenta o lugar sintático de objeto aberto a duas possibilidades referenciais de ocupação. Entretanto, recorrendo à memória de dizeres que perpassa o enunciado

(36) Sandálias e mulheres, os homens preferem com curvas.

notamos que o sentido marcado sócio-historicamente e, portanto, previsto para se efetivar, ganha atualização. Assim, a sentença

(37) Os homens preferem mulheres com curvas.

passa a veicular um novo sentido devido à cena enunciativa de que faz parte. Ou seja, trata-se de uma ampliação referencial, que visa captar uma característica específica do tipo de produto que a Marca Havaianas apresenta ao mercado consumidor masculino. Para tanto, é preciso que o sentido do enunciado também figure da seguinte forma:

(38) Os homens preferem sandálias com curvas.

Sendo assim, percebemos que a expressividade do anúncio não poderá ser captada

³²Disponível em: http://www.google.com.br/search?num=10&hl=ptBR&site=imghp&tbm=isch&source=hp&q=homens+e+sand%C3%A1lias%2C+os+homens+preferem+com+curvas&oq=homens+e+sand%C3%A1lias%2C+os+homens+preferem+com+curvas&gs_l=img.3...1870.11407.0.11776.49.13.0.35.0.0.611.2570.4j4j3j0j1j1.13.0...0.0.Cdc0vnO7ZA8. Acesso em 09.07.2012.

espontaneamente, ela só será estabelecida na relação com um já-dito. Isso corresponde a dizer que quando estamos no acontecimento enunciativo nos encontramos no virtual, no mundo da indeterminação dos sentidos – conforme (38) - mas, ao mesmo tempo, nos valem das distinções históricas – exemplificada em (37). Por isso, ao atualizarmos o virtual, somos afetados pela repetição e pela diferença. “No virtual, a diferença e a repetição fundam o movimento da atualização, da diferença como criação... .” (DELEUZE, 2006, p. 299).

Nessa perspectiva, o acontecimento enunciativo é permeado por determinações de sentido, conforme detalharemos melhor ao discutirmos sentido e referência. Determinar é, portanto, atualizar uma virtualidade. Sendo assim, para que uma enunciação ganhe efeito de completude é preciso que haja delineamentos de sentidos, que se encontram em estágio virtual e são da ordem do orgânico e do simbólico.

2.6 A memória enunciativa

É importante ressaltar que, para a Semântica da Enunciação, memória não representa a “sede” de conhecimentos psicológicos, porque entendemos que a apreensão da memória não é algo apenas individual. Em nossa perspectiva de análise, essa apreensão opera com o individual – correspondente ao sujeito que apreende – e com o social – aquilo que se põe em foco para ser apreendido – e passa necessariamente pela linguagem para se realizar. Ou seja, o caminho da memória que vai do social para o individual é o mesmo que vai do individual para o social e não há como prescindir da linguagem para que esse caminho se realize.

Não queremos, com isso, desconsiderar o processo explicativo que a memória assume para os neurocientistas, tampouco negar a importância dessa teoria para os estudos científicos. O que queremos dizer é que o lugar de explicação da memória para a neurociência é diferente do lugar de análise assumido pela semântica da enunciação.

Como construto puramente psicológico, a memória se organiza em torno da armazenagem e do acionamento das informações, ou seja, é vista como aquilo que cada um guardou do que é comum, social.

Existem certas experiências que vivenciamos, as quais não esquecemos. Por exemplo, uma visita às Cataratas do Iguazu. A exuberância da natureza combinada com a abundância e a fúria das águas, sem falar que o ambiente mais parece uma “Torre de Babel”, tal é a diversidade de línguas...inglês, espanhol, japonês, russo, português...Cada uma daquelas pessoas guardará

aquelas imagens de forma particular, pois a memória mescla experiências vividas no ambiente com as nossas vivências interiores. **Assim somos seres “únicos” porque aprendemos e lembramos das (sic) nossas próprias experiências.** (BARROS, 2004, s/p. Grifo nosso.).

Por essa via de pensamento, a memória seria uma passagem do que é exterior aos sujeitos - no caso em foco, as Cataratas do Iguaçu - como uma referência de todos; para uma individualidade - como aquilo que cada um guardou individualmente daquela experimentação referencial. Nossa proposta é a de que possamos legitimar, também, uma percepção não inversa, mas intermediária a essa, de modo a percebermos que é possível conceber a memória como uma via de mão dupla advinda tanto do exterior para o interior quanto do interior para o exterior. Ou seja, partimos do pressuposto segundo o qual as captações de memória são sociais e, ao mesmo tempo, mediadas pela individualidade de sujeitos históricos. Esse caminho teórico não desconsidera a existência de um “lá fora” igual para todos, e também não revoga a ideia de individualização realizada pelos mecanismos fisiológicos no processo de memorização. A questão posta aqui é que essa passagem não se dá de forma tão direta e imediata assim, afinal, tomamos como fundamento que o olhar para o mundo é um olhar necessariamente compartilhado porque se trata de um olhar descortinado pela linguagem.

Se a memória corresponde a guardar, o que estaríamos, de fato, guardando? Será que guardamos algo tão individual assim? Não estamos negando, com isso, que não há algo de individual nesse armazenamento, o que estamos dizendo é que há outro elemento envolvido nesse processo que tem relação com o fato de que esse olhar memorizador do mundo é um olhar linguajeiro, é um olhar semântico. Ao continuar nossa análise, fazendo remissão ao exemplo mencionado por Barros (2004), trabalhamos com o pressuposto de que as cataratas não dizem o que deve ser captado na memória acerca delas mesmas, o que nós guardamos é uma experiência de apreensão de linguagem sobre as Cataratas. Nós estamos expostos, então, a uma leitura do real e, dessa forma, a matéria-prima da memória já nos vem sob a forma da contradição, da heterogenidade.

Nessa direção, para a neurociência, a memória é vista como uma função do sistema nervoso e, por essa via, os neurocientistas não têm a pretensão de trabalhar com a visão do homem histórico, a eles cabe perceber esse homem apenas na organicidade que o constitui. Já para os estudos de linguagem desenvolvidos pela semântica da enunciação, a memória não representa uma função, ela constitui-se, antes, como um dos elementos fundadores da significação, uma vez que significar é colocar em ato dizeres virtuais que, pela memória enunciativa, ganham atualização. Dito de outra forma, falar é, portanto, significar, a partir do que já foi significado,

e não há como significar sem que se opere com uma atualidade instalada pela pertinência histórico-social que advém da memória.

Na literatura, a memória também se apresenta como elemento importante de análise. Ainda que não se manifeste explicitamente como um dos fundamentos literários, não raro encontramos discussões bem fundamentadas acerca do assunto, que em muito se assemelham à posição teórica que assumimos neste trabalho. Afinal, é da natureza do texto literário o intervalo e a lacuna e isso exige do sujeito o exercício de uma simbiose com esse texto, a fim de que possa preencher o vazio constitutivo, para fazer a obra significar. Trata-se, portanto, de um exercício de memória. Há algo no dizer literário que chama a memória convocando-a a colaborar com esse gesto de preenchimento. A memória é, pois, estruturada pelo jogo presença-ausência. Ou seja, pela presença de algo que evoca e pela ausência de algo que se constitui como intervalo. Para Vogt (2004)

a semantização da linguagem dá-se por este jogo de *claro-escuro*, de *presença-ausência*, de *presente-passado*, de *aqui-lá* que constitui, nesse sentido, não apenas o paradigma de oposições que estrutura a memória mas que, na verdade, é por ela estruturado como condição essencial do ato de dizer e de significar, tanto nas suas explicitudes como nos implícitos próprios do não-dito e nos infinitos jogos de preenchimento de lacunas... (VOGT, 2004, s/p).

Parece-nos evidente que perceber a memória sob esse ponto de vista equivale a situá-la numa perspectiva histórica de constituição uma vez que a literatura alimenta a memória e, ao mesmo tempo, serve-se dela para significar.

As palavras do poeta, justamente por serem palavras, são suas e alheias. Por um lado são históricas: pertencem a um povo e a um momento da fala desse povo: são algo datável. Por outro lado, são anteriores a toda data: são um começo absoluto. Sem o conjunto de circunstâncias a que chamamos Grécia não existiriam nem a *Ilíada* nem a *Odisséia*; mas sem esses poemas tampouco teria existido a realidade histórica do que foi a Grécia. (PAZ, 1972, p.52).

Entendemos que as palavras de Octavio Paz conferem ênfase à afirmação que ora defendemos de que a linguagem participa da estruturação da memória e vice-versa, sem que se possa inaugurar a origem de uma ou de outra nesse processo.

Se enveredarmos pelas discussões que alguns historiadores propõem sobre a memória, encontraremos também nelas importantes teorizações acerca da relação entre linguagem e memória. Na verdade, essa relação é notada no momento em que percebemos que a memória, para os estudos históricos, assume a acepção de representação do passado e, como tal, precisa,

necessariamente, passar pelo fulcro do dizer.

Jacques Le Goff (1990) traça caminhos de intersecção entre os atos mnemônicos e a linguagem, demonstrando em épocas e culturas distintas como essa associação se realizou. Para o autor, um primeiro suporte de memória seria o comportamento narrativo, pelo qual, sociedades antigas, consubstanciavam a relação entre o presente e uma anterioridade. Esse 1º suporte era mais linear porque se tratava de uma marcação de sucessividades mas, embora estivesse apenas no campo da oralidade, esse comportamento exigia uma organização de formas, não apenas de conteúdo. Exigia ordem, preenchimentos, cronologia que eram marcados por atualizações de linguagem evocadas em um processo mnemônico.

Com o surgimento da escrita, como segundo suporte da memória, entram em cena os documentos e os monumentos. Nesse sentido, a memória ganha uma força ainda maior de reestruturação histórica uma vez que a escrita apresenta duas funções principais:

uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro; a outra, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas. (GOODY, 1977, p. 78 *apud* LE GOFF, 1990, p.433).

O que vale a pena trazer novamente à tona é que também sob a perspectiva histórica da memória há uma dialética envolvendo as discussões, afinal, tanto o ato de narrar o passado, quanto o de escrevê-lo, organiza-se em torno de uma dimensão individual e social. Ou seja, a história oralizada, ou impressa em registros escritos já deve ser percebida como tempo refletido, como objeto de análise que passa, necessariamente, por um filtro dos acontecimentos. Ela já seria, portanto, um recorte, uma perspectiva. Assim, a história precisa superar o individual - sem, contudo, prescindir dele - para se configurar. Precisa sair do nível da lembrança e alojar-se no campo da memória coletiva, ou seja, precisa transcender. Isso faz com que a identidade individual desapareça porque ela é marcada por uma entidade social. Na verdade, se parte de nós constrói-se por assemelhamento ao que o outro nos traz, somos individuais, então, na medida em que lidamos com uma identidade social. Os gestos históricos individuais, seriam, por essa via de consideração, gestos de uma comunidade. Isso vai privilegiar, inclusive, o que se rememora, o que se constitui como memória histórica.

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma

quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBAWACHS, 1990, p.26 *apud* MARTINS, 2007, p.40-41).

Toda essa reflexão sobre memória coletiva viabiliza que seja trazido para as discussões aqui estabelecidas um conceito, utilizado por alguns historiadores, que em muito se aproxima do posicionamento teórico assumido pela semântica da enunciação no que se refere aos pressupostos científicos sobre memória. Trata-se da teoria sobre *Lugares de Memória* desenvolvida por Pierre Nora (1984). Para ele, a memória, em termos de individualidade, representa a relação que o individual tem com o seu lugar. Sendo assim, algo só é lembrado na medida em que haja um suporte de lugar para que ele seja lembrado.

Os lugares de memória corroboram, também, para que não se pense a memória como um simples depositário do passado. Trata-se, antes, de um lugar perpassado por significações produzidas por direcionamentos e esquecimentos sociais. É possível ousarmos dizer, assim, que pensar a memória como lugar construído sócio-historicamente é qualificá-la a ponto de percebê-la como algo dinâmico e não estático, que funciona em ritmo de formulação e não de armazenamento.

Nessa direção, a memória não é autossuficiente. Ela só é captável se for pensada em comunhão com os lugares em que está abrigada. Portanto, é preciso haver a participação histórico-social para que os lugares de memória ganhem visibilidade. E essa participação tem que ser dinâmica uma vez que a história precisa da formulação para se movimentar na interposição da resistência e da mudança que a caracterizam. Assim, os lugares de memória são configurados por esse movimento de formulação do passado que, como as conchas é trazido à praia pelo mar e novamente é recolhido pela próxima onda, a fim de que ao reaparecer apresente-se com aspectos iguais e diferentes daqueles percebidos no último registro.

[...] se a história não se cercar de memória, deformando e transformando-a, penetrando e petrificando-a, não haverá lugares de memória. Na verdade, é esse intenso empurrar e puxar, que produz lugares de memória - momentos da história arrancados do movimento da história retornam, sem vida suficiente; no entanto, sem morte ainda, como conchas na praia quando o mar da memória viva recuou. (NORA, 1989, p. 12).³³

³³ Tradução livre de: “[...] if history did not besiege memory, deforming and transforming it, penetrating and petrifying it, there would be no lieux de mémoire. Indeed, it is this very push and pull that produces lieux de mémoire – moments of history torn away from the movement of history, then returned; no longer quite life, not yet death, like shells on the shore when the sea of living memory has receded.”

Decorre desse fato nossa simpatia ao conceito de lugares de memória para as análises futuras que empreenderemos nesse nosso trabalho. Ainda que continuemos a tomar como fundamento teórico para nossas discussões o conceito de *memória enunciativa*, gostaríamos de reafirmar a aproximação desta perspectiva com aquela que acabamos de apresentar como construto teórico da historiografia. Afinal, nos pautamos na tese de que estar na língua é ocupar lugares de significação, pois acreditamos que, ao compartilharmos determinados percursos de sentido, estamos, na verdade, compartilhando lugares de memória, nos quais se ancora o acontecimento do dizer. Portanto, não há significações desprendidas, individuais porque a história gerencia a constituição do sentido.

Isso posto, cabe incluímos em nossas discussões o conceito de cena enunciativa. Afinal, ao pressupor que compartilhamos lugares de memória confirmamos a teoria de que “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico” (GUIMARÃES, 2002, p.11), enunciamos enquanto seres afetados pelo simbólico. Nessa direção, trabalhamos com o ponto de vista segundo o qual no acontecimento é criada uma cena enunciativa, ou seja, constitui-se um cenário dentro do qual o acontecimento da linguagem faz a língua funcionar.

“Na cena enunciativa, ‘aquele que fala’ ou ‘aquele para quem se fala’ não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo.” (GUIMARÃES, 2002, p.23). A cena constitui-se, portanto, de lugares de dizer temporalizados e especificados no acontecimento. Por esse pressuposto, a língua funciona no/pelo acontecimento.

Sendo assim, trabalhamos na perspectiva de que a constituição da cena enunciativa acontece em espaços de enunciação, que são espaços de funcionamento da língua “que se dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante.” (GUIMARÃES, 2002, p.18). Esses espaços de disputa, que se configuram por equívocos próprios do dizer, proporcionam aos falantes identificarem-se e dividirem-se hierarquicamente de acordo com os dizeres que utilizam nas enunciações de que fazem parte. É esse aspecto da língua que garante aos usuários “dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.” (GUIMARÃES, 2002, p.21).

O dizível corresponde, portanto, a formulações passíveis de serem realizadas, por meio de atualizações de memória, e filiadas a regiões de significação historicamente pertinentes.

Trabalhamos, pois, com a ideia de que a produção de sentido de um enunciado não se inscreve na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside, de fato, na existência de um corpo

sócio-histórico de traços discursivos que constituem o espaço de memória da sequência. (PÊCHEUX, 1990). Tentemos exemplificar o que acabamos de dizer.

(39) FIGURA 3 – Charge sobre a violência no Rio de Janeiro



Fonte: Charge obtida por meio do Google³⁴

Em um limite de produção de sentido, entendido por Orlandi (1993) como parafrástico, se deveria produzir, em relação a (39), minimamente, a leitura de que se trata de uma crítica à situação de violência vivida, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Isso pode ser comprovado pela presença do Corcovado; de pessoas armadas, com aparência de assaltantes e/ou criminosos; de favelas, enfim por diversos recursos não-verbais. O aspecto verbal complementa a ideia de violência quando naturaliza o mérito daquele que agiu de forma mais ousada. Entretanto, vale ressaltar que essa *aparente* evidência, só encontra sustentação porque ao lado de toda materialidade, descrita anteriormente, está posta em cena uma memória histórica de dizeres que aponta estatísticas de violências das mais diversas ordens naquele local. Na verdade, considerar esse como um nível parafrástico de efeito de sentido, se justifica porque percebemos uma regularização de memória tão marcada historicamente que faz com que as instruções de sentido das sequências verbais e não-verbais se efetivem de forma imediata.

³⁴ Disponível em: http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&tbm=isch&sa=1&q=sinvaldo+charges&oq=sinvaldo+charges&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=601817400101778211215101110111332168412.0.1.114 . Acesso em 20.07.11.

Para além desse efeito de sentido, outros também podem ser possíveis uma vez que entram em jogo novas cenas históricas de significação, evocadas pela memória do enunciado. Cenas essas que permitem um deslizamento de sentido e regulam o limite da leitura mínima e da leitura máxima do texto.

Por exemplo, é perfeitamente aceitável que se amplie a crítica sobre a violência no Rio de Janeiro com a associação do episódio verídico da derrubada do helicóptero da polícia militar, por bandidos, no Morro dos Macacos, em outubro de 2009. A sentença: *Pô, mano!!! Ouro só pra quem derruba helicóptero!!* funciona como traço que aciona a instrução de tornar pertinente esse jogo de memória. Outra forma de ampliação de sentido é trazer à cena os Jogos Olímpicos que acontecerão no Rio de Janeiro, em 2016. O pódio, as medalhas, os atletas e a premiação legitimam essa leitura.

Não se pode negar, entretanto, que os acontecimentos históricos *derrubada do helicóptero* e *Olimpíadas* apresentam uma regularidade discursiva menos marcada na memória dos leitores. Ou seja, trata-se de um construto de sentido que opera com relações de memória menos imediatas, sendo necessário, portanto, a construção de uma teia relacional de sentido, fazendo surgir novos dizeres acerca do acontecimento enunciativo (39). Essa seria uma aproximação daquilo que Orlandi (1993) considera o limite máximo de sentido de uma leitura polissêmica, que se caracteriza como a marcação de uma diferença em relação a uma regularidade.

Decorre desse fato consideramos, na perspectiva de Pêcheux (1999, p.56), a memória como um “...espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”, um espaço, portanto, heterogêneo e dinâmico que regula a repetição e a diferença dos acontecimentos postos em ato pelo dizer.

Ao mesmo tempo, ainda nas palavras de Pêcheux, em referência a Pierre Achard, o acontecimento enunciativo novo

vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção pode desmanchar essa regularização e produzir respectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída como tal, e que é assim o produto do acontecimento. (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Tomemos emprestado um exemplo de Dias (2011) para ilustrarmos com maior evidência o que estamos dizendo. O autor propõe a análise da formação nominal (FN) *enciclopédia livre* no slogan da Wikipédia: “a enciclopédia livre que todos podem editar”. Para Dias, o acontecimento enunciativo “se constitui na relação da memória enquanto traço da anterioridade advinda do nome e uma perspectivização que se instala na FN com o adjetivo livre.” (DIAS, 2011, p.276). Por essa via de análise, há uma ampliação do escopo de memória do nome enciclopédia, proporcionada pela agregação da ideia de liberdade. Ou seja, há uma desregulação dos implícitos que são trazidos por esse nome, ocasionando um deslocamento do domínio referencial de enciclopédia. “Em outros termos, afirmar o traço livre de uma enciclopédia é uma forma de distingui-la de outras, associadas à memória de enciclopédia. Essa memória de enciclopédia se apresenta como traço de privação de liberdade.” (DIAS, 2011, p.276-277).

Sendo assim, essa análise demonstra que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados” apresenta “pontos de deriva possíveis”, “oferecendo lugar à interpretação” do sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.53). Um enunciado que apresenta uma regularidade de memória muito marcada tende a ficar invisível à interpretação. Decorre desse fato, ter havido uma perturbação do mesmo, do igual, ao ser produzida a formação nominal *enciclopédia livre*. A inserção do adjetivo desregula a memória e faz com que seja criada a necessidade de interpretação de enciclopédia por instalar a percepção do diferente. Dessa forma, “o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível... para que seja interpretável.” (ORLANDI, 2004, p.48).

Pelo percurso que acabamos de elaborar, é possível afirmar que todo acontecimento é captado por uma memória de dizer e esse dizer, que já vinha passando por um processo de discursivização, produz efeitos de sentido e também provoca outras discursividades.

dessa maneira, um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo de enunciar. Nessa direção, os traços do que significou em outro tempo e lugar passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. (DIAS, 2012, p. 03).

Todas essas proposições acerca da memória, elencadas até aqui, visam analisar, neste trabalho, a estruturação do linguístico, mais especificamente do lugar sintático objeto verbal, e participação dos efeitos de memória nesse processo. Isto é, uma de nossas pretensões é descortinar como a constituição da memória produz efeitos na constituição da sentença e do enunciado e vice-versa, bem como demonstrar que o tratamento dos lugares sintáticos sofrem

esse efeito da constituição dos lugares de memória. Lugares esses (sintáticos e de memória) que arrematam a singularidade e a recorrência do dizer.

2.7 Onde o acontecimento enunciativo se instala – o entremeio da singularidade e da recorrência

Tendo por base as análises anteriores, percebemos o acontecimento como um ato de construção e reconstrução processadas concomitantemente. Ou seja, acreditamos que há um conjunto de discursividades no qual a atualidade produz um movimento de ancoragem para estabelecer o novo. Em outras palavras, as discursividades vão operando entre a resistência e a mudança. Por esse dizer é possível situarmos o acontecimento no *entremeio* da *singularidade* (marcada pelo novo) e do *recorrente* (expresso pelo que é igual).

Decorre da afirmação anterior a necessidade de frisarmos que a concepção aqui assumida sobre *entremeio* não representa um intervalo “o espaço entre dois fatos ou duas épocas, por exemplo...algo situado entre o depois e o antes, ou entre o acima e o abaixo.” (DIAS, 2001, p. 191). Trata-se, antes, do *ao mesmo tempo* da “...dimensão do simultâneo, do fechamento e da abertura operando em concomitância.” (DIAS, 2001, p.198).

Advém de todas as análises já realizadas, portanto, imaginarmos o acontecimento não apenas como a confirmação de uma recorrência pré-estabelecida, tampouco somente como o exaltar de uma singularidade.

Se fosse apenas o recorrente teríamos um acontecimento absoluto; singular; livre das relações; único, no sentido de que se aplicaria aos dizeres independente das discursividades. No campo da referência, um acontecimento desse tipo poderia ser vislumbrado sob a ótica de ter dentro dele o que Russel (1911) denomina de nomes logicamente próprios, ou seja, nomes perfeitos, acoplados diretamente à unicidade de um objeto, que estabelecem uma relação imediata com o mundo. Essa concepção concebe o acontecimento como sendo apenas um porta-palavras e vê as palavras como algo à reboque de objetos que pré-existem ao próprio acontecimento. Não há, portanto, uma implicação do acontecimento na identidade dos objetos. Rajagopalan, ao comentar esse modo de conhecer os objetos no mundo, proposto por Russel, defende que

quais são, então, os nomes logicamente próprios? Diz-se que, ao ser confrontado com tal indagação, Russel sempre achava um jeito de mudar de assunto, ao invés de ter que fornecer um exemplo concreto. O fato é que acreditar em nomes logicamente próprios, como recomenda Russel, é um ato

de fé. Um ato de fé que necessitaria de um conjunto de idéias preconcebidas sobre o mundo, a linguagem, a precedência e independência do primeiro em relação à segunda, etc. Um ato de fé, acima de tudo, na existência de singularidades, como também na possibilidade de a elas se referir sem desacertos. (RAJAGOPALAN, 2000, p.81).

Por outro lado, postular o acontecimento como algo histórico, virtual e marcado pela diferença, não é imaginá-lo, entretanto, como espaço da eterna diferença, do sempre novo, como algo puro no tempo e no espaço, irrepetível. Ao contrário

não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. (PÉCHEUX, 1997, p.56).

Podemos, pois, dizer que o acontecimento é um gesto de busca da singularidade afetado por toda regularidade que a esse gesto precede. Conforme já mencionado, o acontecimento é, nessa perspectiva, um ato relacional.

Situados, pois, sob esse posicionamento teórico, caminhamos para validar a afirmação de que a configuração de um acontecimento exige que o dizer em ato ganhe pertinência de significação. E, se essa pertinência é produzida, o acontecimento não pode apresentar singularidade absoluta. Nesse sentido, o caminhar para a singularidade é um caminhar sempre ancorado. Então, decorre desse fato pensarmos no acontecimento como algo que habita o entremeio do dizer. Por isso, reafirmamos nossa percepção de que o entremeio não é um antes separando um depois, ele representa a própria constitutividade da existência enunciativa. Não é possível, dessa forma, descortinar a inauguração de um acontecimento dentro de uma rede, porque quando o percebemos ele já é histórico, quando o captamos nós estamos captando, na verdade, a recorrência de um dizer atualizado no presente enunciativo.

Esse posicionamento teórico vê o acontecimento como algo parcial, algo que nunca representará uma integralidade. O que será é parcialmente, em maior ou menor escala, o que foi. Daí o acontecimento poder ser percebido em um contínuo sem pontas. Isso se explica pelo fato de que as pontas seriam, por um lado, um repetir, pura e simplesmente, ou seja, um ritual sem falhas, o que será sempre foi; e, por outro uma singularidade perfeita, o que será em nada se relaciona ao que foi.³⁵ O acontecimento se instala, portanto, no entremeio desse contínuo, perpassado por duas forças: uma sugerindo que tudo se mantenha como é e outra incitando o

³⁵ Nessa reflexão, propomos uma comparação com o contínuo de paráfrase/polissemia suscitado nas discussões de Orlandi (1993).

surgimento do novo.

A partir das discussões estabelecidas, constatamos que a emergência do acontecimento tem força propulsora de sentido. Assim, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido...não há enunciação.” (GUIMARÃES, 2002, p.12). Em outras palavras: acreditamos que a significação constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo.

2.8 Como o sentido e a referência se manifestam em um acontecimento enunciativo

Como encerramento das discussões desse primeiro capítulo reservamos um espaço específico para discutirmos como percebemos sentido e referência, por entendermos esses dois elementos como pontos fundamentais para a análise que aqui empreenderemos.

2.8.1 *Um breve percurso histórico*

Tentemos, antes de explicitar diretamente a perspectiva que adotamos sobre a significação, demonstrar como se organizaram, ao longo da história, as várias percepções sobre esse fato. Na intenção de pretendermos esclarecer o percurso histórico das relações que foram estabelecidas entre as representações e o que é representado, ou seja, entre as palavras e as coisas, trazemos como teórico balizador desse ponto de nossa análise, Michael Foucault (1999).

Para o filósofo, a representação apresenta nuances que dizem respeito à própria historicidade, ou seja, à *epistêmê* onde está inserida. Sendo assim, Foucault captou três *epistêmês* com características bem definidas (e distintas) no que diz respeito à relação entre as palavras e as coisas.

Segundo ele, a semelhança desempenhou um papel fundamental na constituição do saber, até finais do século XVI. Era através da semelhança que se realizavam o conhecimento das coisas e a forma de representá-las, ou seja, estabeleceu-se no mundo a ordem do mesmo. O mundo era regido por um sistema de similitudes capaz de conferir a todas as coisas, desde a mais simples à mais complexa, um certo grau de proximidade. Dessa forma, cabia à linguagem, funcionar como repetição. Segundo Foucault (1999, p.39), nesse período, a forma que

constituía o signo no seu singular valor de signo era a semelhança. A palavra significava à medida que tinha semelhança com o que indicava. Aquilo que se oferecia nas coisas estava arraigado na linguagem. Os dizeres eram para as coisas como marcas presentes em sua superfície. Palavras eram, portanto, coisas a serem decifradas por um comentário, que aparecia quando alguém tinha a capacidade de estabelecer uma relação perfeita entre o signo e o mundo através da decifração das assinalações.

Pensar a linguagem dessa maneira é realizar um quase apagamento do seu existir, é desprezar a materialidade do linguístico, é ter “a pretensão de fazer falar a linguagem por sob ela própria e o mais perto possível do que, sem ela, nela se diz.” (FOUCAULT, 1999, p. 414).

A grande questão proposta pelo autor é como captar o sinal daquilo que um signo é? Para ele, “tudo seria imediato e evidente se a hermenêutica da semelhança e a semiologia das assinalações coincidissem sem a menor oscilação” (1999, p. 41), mas sabemos que isso não é possível, afinal, os enunciados não nos fazem ver as coisas, assim como o que é visto não pode se tornar algo perfeitamente legível. Essa posição assumida por Foucault aparece, por exemplo, quando afirma que

[...] por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aqueles que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 1999, p. 12).

No período clássico – segunda *epistèmê* elencada por Foucault – a representação começa a ser pensada. O signo, que antes era visto como a relação entre a palavra e coisa passa a ter seu valor pela possibilidade de representar. O século XVII começa a prestar atenção na linguagem separada do mundo. Os dizeres ganham força de observação, o olhar volta-se para o signo por se entender que ele é o controlador da relação entre as palavras e as coisas, uma vez que a linguagem pode ser manipulada e a coisa, não.

Se até o século XVI a ideia central era a semelhança, o que percebemos agora é a descontinuidade desse pensar. A palavra-chave para os clássicos é a diferença. O processo de observação é meticuloso, não mais geral e, para tanto, instala-se o método. Antes, as semelhanças eram constatadas por crenças e não por cientificidade. Pensar na diferença significa admitir que a relação entre as palavras e as coisas está sujeita ao erro e ao acerto e é por isso que, na época, o pensar se funda na teoria de que o conhecimento estava marcado pela representação das coisas numa ciência geral da ordem (*mathésis*). A matemática

funcionava como recurso de que dispunham os clássicos para chegarem ao acerto na esfera da representação. O teste, a experimentação, o método, garantiriam que no ato de dizer que o signo representa as coisas do mundo, se tivesse certeza disso. Na concepção clássica, a ausência de verificação faz das similitudes o lugar do erro.

Na *epistêmê* do século XVII, “o limite do saber seria a transparência perfeita das representações nos signos que as ordenam” (FOUCAULT, 1999, p.105). O enunciado funciona por uma espécie de mecanismo próprio e é caracterizado pela evidência. Ou seja, o que se realiza é um trabalho de percepção das evidências por meio da utilização de maquinaria formal que não desprende atenção às particularidades da significação e desconsidera aquilo que não pode ser inserido no universal. Segundo Foucault (1999, p.419), “...para os que querem formalizar, a linguagem deve despojar-se de seu conteúdo concreto e só deixar aparecer as formas universalmente válidas do discurso...”

O surgimento da *epistêmê* moderna é causado pela constatação de que há coisas que existem além dos limites da representação. O mundo agora é visto como exterior e apresenta contornos muito mais profundos do que aqueles propostos pelas técnicas de formalização.

A passagem do mundo clássico para o moderno se dá quando o homem passa a perceber que a língua tem forma, ou seja, que a ligação da representação de um sentido à representação de uma palavra deve ser feita observando-se os aspectos linguísticos que se apresentam. Segundo o autor, “as disposições gramaticais de uma língua são o *a priori* do que aí se pode enunciar.” (FOUCAULT, 1999, p.412).

Ampliando esse processo de análise, Foucault afirma, ainda, que as palavras não são só formas porque “grupos e indivíduos se representam nas palavras.” (FOUCAULT, 1999, p. 488). Nesse sentido, o que as coisas nos oferecem como verdade interior é apenas uma aparência. “Dessa forma, o lugar dos objetos não está inscrito neles mesmos. Há algo de externo a eles que nos informa o seu lugar, que os torna visíveis, que os torna objetos de discurso, vale dizer, objetos de História.” (DIAS, 2001, p.193).

Isso posto, caminhamos para a concepção de que, se queremos ver sentido na linguagem, precisamos olhar para ela, mas não imaginá-la transparente, afinal, as palavras estão habitadas por sentidos que advém de grupos e constituem-se até mesmo à revelia deles. O espaço do linguístico é habitado por recortes de significação advindos de vários sujeitos, o que impossibilita à língua a captação do que o sujeito pensa, uma vez que as palavras não são

propriedade só dele. Nessa perspectiva, admite-se que antes de se chegar ao mundo há um conjunto de discursividades perpassando-o e o valor referencial que esse mundo apresenta corresponde aos efeitos de sentidos que esse conjunto de discursos nomear.

Esse fato permite admitir que mesmo não havendo equivalência entre as palavras e as coisas, as duas formas se insinuam uma na outra, extrapolando a mera função de refletirem-se para assumirem, finalmente, sua capacidade de (re)construir e (re)dimensionar o enunciável.

2.8.2 Especificidades e entrecruzamentos semânticos

Perceber essas *epitêmês* é importante, em nossa análise, para que possamos entender melhor como, nos estudos linguísticos, as semânticas se constituem, em que base de sustentação se fixam. Na verdade, consideramos que as semânticas se diferenciam porque nelas podem ser incluídos ou excluídos certos aspectos que as fundam. Aspectos, esses que, guardadas as devidas reformulações e entrelaçamentos, orientam-se por uma ou outra perspectiva de significação.

É possível, por exemplo, que um teórico utilize, na perspectiva semântica que adota, o conceito de acontecimento, a exemplo do que propomos aqui. Entretanto, é possível, também, que esse conceito esteja associado ao da Pragmática. Ou seja, para esse grupo de analistas a significação se dá no acontecimento da linguagem tendo em vista quem se fala, para quem se fala e em que condições se fala. As estruturas linguísticas funcionam como pistas para a reconstrução, por parte do interlocutor, daquilo que foi dito. Assim, o sentido está na relação entre sujeitos, e se constitui como algo que transita entre os dizeres do sujeito a e do sujeito b. Produzir sentido passa a ser uma questão do querer significar. Ou seja, o sentido que transita na sentença toma como seu fundamento a intenção de quem a produz, associada à situação em que a frase é proferida.

Outra forma de pensar aspectos pragmáticos como determinantes do processo de significação, associado ao conceito de acontecimento, corresponde admitir que produzir sentido não se trata mais de uma questão de interação entre esse e aquele sujeito. O sujeito em si é a fonte dos sentidos, mas não o contém. O próprio ato contém a significação. Logo, o sentido é o ato de um locutor que exerce função social. Assim, toda essa subjetividade está amarrada em questões de ordem pragmática.

...o uso não é aqui comportamento de quem fala, é o uso da palavra na linguagem. O sentido de uma palavra são seus usos nos jogos de linguagem de que participa. Neste campo deu-se a construção da teoria dos atos de fala, que tem em Austin o seu primeiro e principal formulador. (GUIMARÃES, 2005, p.37).

A semântica da enunciação, que inclui, de forma saliente, a ideia de acontecimento em seu campo de trabalho reformula as nuances da pragmática por meio dos construtos teóricos que assume, chegando, inclusive, a não adotar essa nomenclatura de análise. Portanto, se estivéssemos nos propondo a uma comparação entre essas duas formas de pensar a significação (Semântica da Enunciação e Pragmática), não obstante, diríamos que se trata de maneiras distintas de lidar com a produção de sentido.

Em contrapartida, quando ampliamos o ângulo de análise, e incluímos outras perspectivas de estudos semânticos, a pragmática e a semântica da enunciação se associam em defesa de pressupostos científicos que as categorizam. Estariam de mãos dadas e em direção oposta ao que propõem, por exemplo, os lógicos da linguagem, para os quais o que rege toda significação é uma ordem lógica do dizer, que independe de quem fala, para quem se fala e em que contexto se fala. Essa é a perspectiva de análise que orienta uma semântica de base formal.

...as semânticas formais colocam a questão do sentido como uma relação com o mundo, com os objetos. Ou seja, são semânticas que consideram que o sentido de um enunciado lingüístico é o que ele representa do mundo, dos objetos, de um estado de coisas. (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

Em suma, perceber como a interioridade e a exterioridade lingüística se efetivam, em dada manifestação discursiva ou - para nos apropriamos da terminologia lingüística que ora propomos – em dado acontecimento enunciativo, parece-nos o ponto chave para situarmos especificamente como trabalharemos com sentido e referência nessa proposta de pesquisa.

2.8.3 O sentido e a referência como construtos enunciativos

De acordo com a proposta teórica que assumimos “tanto a significação quanto sua relação com ‘o que acontece’ são construídas lingüisticamente”. (GUIMARÃES, 2007, p. 77).

A significação não se dá anterior à enunciação, não é algo que está fora da linguagem, tampouco está dormente no sistema lingüístico, cabendo ao sujeito apenas apropriar-se dela.

Não se trata, ainda, de que as palavras sejam cheias ou vazias de sentido, entendemos que elas ganham efeitos no acontecimento do dizer.

Quanto ao referente, este deve ser considerado como um construto discursivo, ou seja, nessa acepção o discurso é quem vai propiciar condições para que a referência seja produzida. Isso quer dizer que o referente não está circunscrito no mundo. É a linguagem que vai produzir a constituição da referência. É importante esclarecer que não podemos afirmar que a linguagem fala do mundo e nem que o mundo está na linguagem, mas nos parece interessante a afirmação de que, se existe um conhecimento sobre o mundo, ele passa necessariamente pela linguagem. Isso nos faz considerar que as coisas do mundo só ganham pertinência no discurso.

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista... a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra. (GUIMARÃES, 2007, p. 77).

Portanto, não é possível pensar no sentido das palavras isoladas da enunciação. A esse respeito entendemos, conforme Guimarães (2007), que para se produzir sentido é preciso que se olhe para o enunciado tendo em vista seu conjunto de determinação. “A relação de uma expressão com as coisas não é classificação de objetos, é relação de sentido entre as palavras. É nesta medida que vimos considerando o que chamamos de Domínio Semântico de Determinação...” (DSD). (GUIMARÃES, 2007, p. 78).

Para ilustrar o DSD, o autor utiliza como exemplo as seguintes sentenças:

(40) As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe.

(41) As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade.

Nessas duas sentenças, o sentido da palavra *residência* se configura na relação que uma palavra mantém com a outra no acontecimento enunciativo. Guimarães (2007, p.80) afirma que em (40) “há uma relação de oposição, que é preciso especificar, entre residência e barraco”, já em (41) “podemos dizer que *as casas e os barracos* são ‘retomados’ por totalização por *as residências*... Deste modo podemos dizer que *residência* determina *casa e barraco*. Ou seja, casa é residência e barraco é residência.”

Na intenção de ampliarmos nossos esclarecimentos sobre como entendemos a produção de efeitos de sentido em determinada enunciação, tomemos como exemplo mais um enunciado:

(42) Em sua *cadeira*, cuidadosamente esculpida, se punha, todas as tardes, a ver o mar.

Em uma análise referencialista, a atribuição de sentido dada à palavra *cadeira* em (42), assumiria valor de verdade na medida em que a referência fosse considerada na relação da linguagem com o objeto. Ou seja, *cadeira* passará a significar como verdade em (42) se o objeto para o qual ela aponta realmente existir no mundo. Dito de outra forma,

FIGURA 4 - Referente do substantivo *cadeira*



(43) *cadeira* =

Fonte: Imagem obtida por meio do Google³⁶

Dessa forma, há certo desconforto para tomarmos, diante dessa perspectiva teórica, como referentes da palavra *cadeira* os exemplos a seguir:

FIGURA 5 - Referente do substantivo *cadeira*



(44) *cadeira* =

Fonte: Imagem obtida por meio do Google³⁷

³⁶ Disponível em: http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira&oq=cadeira&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=e&gs_upl=777461791311017937017171010101013151127510.3.2.116. Acesso em 15.10.11.

FIGURA 6: Referente do substantivo cadeira

(45) cadeira =



Fonte: Imagem obtida por meio do Google³⁸

Desconforto maior seria causado se considerarmos para a definição do par sentido-referência o exemplo (46).

FIGURA 7: Referente do substantivo cadeira

(46) cadeira =



Fonte: Imagem obtida através do Google³⁹

Entretanto, como já explicitado aqui, não podemos negar que as semânticas de base formal consideram na concepção de sentido certo aspecto de exterioridade. Mas, não se trata de uma

³⁷Disponível em: http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira&oq=cadeira&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=e&gs_upl=777461791311017937017171010101013151127510.3.2.116. Acesso em 15.10.11.

Disponível em ³⁸ http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira&oq=cadeira&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=e&gs_upl=777461791311017937017171010101013151127510.3.2.116. Acesso em 15.10.11.

³⁹Disponível em: [5http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira+de+pedra&oq=cadeira+de+pedra&aq=f&aqi=g1&aql=&gs_sm=e&gs_upl=26462512660101012662251919101111012191124711.5.218](http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira+de+pedra&oq=cadeira+de+pedra&aq=f&aqi=g1&aql=&gs_sm=e&gs_upl=26462512660101012662251919101111012191124711.5.218). Acesso em 20.07.11. Acesso em 15.10.11.

exterioridade que se faz presente de maneira definitiva no processo de significação, já que para os lógicos o sentido está no linguístico e, apenas se for necessário, aspectos externos à língua são convocados a participar do processo de significação.

Em (42) - *Em sua cadeira, cuidadosamente esculpida, se punha, todas as tardes, a ver o mar*, a palavra *cadeira*, em sua acepção estritamente linguística, não poderia associar-se referencialmente a (46). Para atribuição de sentido à palavra *cadeira* em (42), tomando como seu referente o local onde a pessoa se assenta em (46) é necessário, para os lógicos, trazer à cena aspectos externos à língua. Sendo assim, essa associação da interioridade e da exterioridade linguísticas, percebidas nesse modo de se considerar a significação, não é suficiente para descaracterizar a transparência do sentido dos signos, uma vez que o sentido, nessa concepção, é uma imagem mental coletiva, patrimônio, portanto, de mais de um, é aquilo que se faz independente das representações das individualidades.

Para nós, conforme vimos defendendo, o sentido de um enunciado são os efeitos de suas enunciações. Retomemos o exemplo (42). A palavra *cadeira*, como parte integrante daquele enunciado poderia, em uma perspectiva enunciativa, assumir os contornos referenciais propostos tanto em (43) (44) e (45), quanto em (46), sem que para isso fossem convocadas entidades externas à materialidade linguística. É, pois, na relação com a história de suas enunciações e com os outros elementos constitutivos do próprio enunciado, que *cadeira* encontra escopo referencial capaz de proporcionar a ela os efeitos de sentido necessários à condição de significar em diversos acontecimentos enunciativos. Ou seja, no domínio sócio-histórico de suas regularidades de sentido, *cadeira* é significada como *lugar onde se assenta*, conforme ocorre em (46). No que se refere à relação entre a palavra *cadeira* e os elementos linguísticos presentes em (42), como os segmentos *esculpida cuidadosamente* e *se punha a ver o mar*, é possível dizer que essa relação amplia o domínio referencial de *cadeira* de modo que, o que é demonstrado em (46) seja considerado possível enquanto efeito de sentido.

O sentido está posto, portanto, como uma questão enunciativa e se constitui sócio-historicamente a partir de um acontecimento do dizer, tornando-se, dessa forma, uma realização discursiva. “Não se trata, assim, da historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.” (ORLANDI, 2004, p.55).

Pelo estabelecido, percebemos que as palavras sofrem determinações semânticas e esse fato não está circunscrito apenas a determinações imediatas do tipo núcleo/adjunto. Mesmo que as palavras estejam dispersas no enunciado há relação de determinação entre elas.

A palavra traz em si um potencial de significação. A enunciação lança um olhar sobre essa possibilidade e recorta os sentidos que esse potencial autoriza acontecer.

Isso pressupõe dizer que o sentido de uma palavra não será o mesmo em todas as enunciações, tampouco será diferente a cada acontecimento enunciativo. Dessa forma, as palavras trazem histórias de suas enunciações e, quando entram na história do enunciado que está sendo construído, elas participam da trama linguística desse enunciado e então são capazes de designar. A designação é, portanto, “uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real.” (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

Assim, as palavras passam pela enunciação e são responsáveis pelos recortes referenciais do mundo. Não há que se supor, com isso, que a cada enunciação estamos criando um mundo diferente porque a palavra já esteve em cena em outras enunciações e, dessa maneira, vai adquirindo relações nas atualidades de que participa.

Vale ressaltar, com isso, que “...embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, há um real que a palavra significa. E as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado.” (GUIMARÃES, 2007, p.81). É importante esclarecer que o real para nós corresponde a traços de recorrências históricas que se fixam na memória coletiva.

Nesse caso, a designação aponta para a referência. Ou seja, uma vez que a palavra *cadeira* em (42) está sendo designada pelos outros elementos do enunciado como *lugar em que se assenta* e que essa designação ganha pertinência de sentido pela recorrência histórica que assume em outros enunciados, pode se referir ao objeto em questão na figura (46). A referência depende, portanto, da designação e a designação é algo da enunciação, ou seja, as relações linguísticas que designam o efeito de sentido de determinada palavra proporcionam a construção referencial dessa palavra. O que nos leva a crer que o mundo não fala por si. É necessário, antes, que se configure o processo de designações para que o mundo possa ser.

Em suma, ao entrar em uma enunciação, os elementos linguísticos se põem em relação com outros elementos e, nesse ato relacional, acontece a determinação de sentidos. Trata-se, dessa

forma, e por todo o exposto aqui, de uma determinação interna, feita pela atualidade e de uma determinação externa, posta em cena pela memória.

CAPÍTULO III

Orientação teórica da pesquisa – Por uma sintaxe de base semântica

3 CONDIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO DO FATO GRAMATICAL

Neste capítulo, pretendemos apresentar os pressupostos teóricos segundo os quais empreenderemos nossas análises. Na verdade, almeja-se, aqui, realizar uma associação entre o capítulo 1 e o capítulo 2, ou seja, desejamos agregar os conceitos que trouxemos sobre Sintaxe àqueles que apresentamos sobre Semântica da Enunciação. Vale ressaltar que, no que diz respeito aos referenciais sintáticos sobre transitividade verbal, já descritos no capítulo 1, serão propostas outras perspectivas, de modo a que essas novas reflexões configurem, acopladas ao caminho teórico percorrido no segundo capítulo, a sustentação do que nomeamos uma sintaxe de base semântica.

Sendo assim, como exigência do caminho teórico selecionado para sustentar nosso trabalho, afirmamos que é através de como escolhemos abordar o fato gramatical que podemos ou não realizar uma sintaxe para a semântica da enunciação.

A exemplo do que dissemos em Dalmaschio (2008), as condições que sustentam o fato gramatical são, no mínimo, três e caracterizam-se de forma diversa, de modo a direcionar o foco de análise para uma ou outra vertente de língua, podendo, algumas vezes, agirem juntas dentro de uma mesma orientação de gramática. Essas condições foram nomeadas por Dias (2007a) como distributivas, atributivas e operativas. Passemos agora a falar com detalhes de cada uma delas, a fim de começarmos a esboçar um perfil de como a transitividade verbal se manifesta na língua, segundo nossa fundamentação sintático/semântica.

3.1 Condições distributivas: uma concepção empírica e articulatória

Ao propor a existência das condições distributivas, Dias (2007a) se baseia no fato de que há gramáticas, conforme descrito no capítulo anterior, que fazem análise sintática elegendo como alvo de olhar a distribuição dos itens lexicais na sentença e a interdependência que esses itens estabelecem entre si e/ou com as cenas do mundo. São as gramáticas de base regional, cujo foco de discussão centra-se no estudo dos mecanismos de ligação sentencial. Trata-se, portanto, da análise das unidades a partir do processo de articulação dos elementos na sentença. Isso configura o que o autor afirma ser um trabalho com as condições distributivas do fato gramatical.

Assim, para que seja atribuída função sintática a algum elemento, será necessário ligar esse elemento ao que os gramáticos chamam de *ser* ou de *termo*. Expliquemos melhor:

Se pensarmos na função sintática *objeto*, foco de pesquisa desse trabalho, não obstante o encontrarmos nomeado como *ser*. Rocha Lima (1968, p.232) diz que o objeto direto indica: “a) o ser sobre o qual recai ação: Castigar *o filho*./Louvar *os bons*.” Na perspectiva assumida por Dias (2007a), classificar “*o filho*” e “*os bons*” como objetos dos verbos “castigar” e “louvar”, conforme propõe a conceituação de Rocha Lima, é assumir que esses dois complementos – participantes da estrutura linguística da sentença - apresentam-se como seres sobre os quais as ações originárias dos verbos castigar e louvar recaíram. Interessante é observar que o mesmo autor, também se refere ao objeto como “o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” (ROCHA LIMA, 1968, p.231). Parece-nos confuso compreender que em sentenças como

(47) Isso o entristeceu tanto que ele chorou lágrimas amargas.⁴⁰

lágrimas amargas possa ser considerada um ser, tampouco o paciente da ação verbal.

O gramático percebe essas incongruências e oscila a classificação do complemento verbal em ser, produto, conteúdo, enfim... na tentativa de generalizações sobre a identidade do que ele tenta nomear como objeto, vê-se na obrigação de estabelecer diversas condensações nominais que abarquem os traços empíricos daquela função sintática.

Ainda conforme Dias, essa necessidade de se agregar elementos externos ao linguístico (*ser*) aos componentes orgânicos da cadeia (“*o filho*” e “*os bons*”) possibilita afirmar que, conhecer o item sintático objeto “implica a aprendizagem que produz a confluência de duas ordens, envolve, portanto, aprender o movimento de convergência, através do qual o mundo exterior adquire pertinência no discurso sobre linguagem.”⁴¹. (DIAS, 2007a, p.85).

Em algumas gramáticas, principalmente as de base formal, a função sintática “objeto” adquire o *status* de “termo”, como, por exemplo, em Macambira (1987) que, a princípio, enquadra essa categoria gramatical sob a definição de *termo integrante*, o que a coloca inicialmente na mesma conceituação de outras estruturas como agente da passiva e complemento nominal.

⁴⁰ Disponível em : <http://www.ipbguacui.org.br/?pg=show®istro=215&util=1>. Acesso em 08.07.12.

⁴¹ Tradução livre de: “implique l’apprentissage de ce que produit la confluence de deux ordres, donc implique l’apprentissage du mouvement de convergence, à travers lequel le monde extérieur acquiert de la pertinence dans le discours sur le langage.”

Logo em seguida, atribui ao objeto três definições, todas elas oferecendo ao elemento sintático a acepção de *termo*. Diz Macambira:

- ... - Primeira definição de objeto: é o termo em que recai a significação o verbo. ...
- Segunda definição: é o termo que completa a significação de verbo transitivo...
- Terceira definição: é o termo...que esclarece o que se deseja saber do sintagma-predicado.... (MACAMBIRA, 1987, p.223-224).

Para Perini (1995) o objeto também é definido como um dos constituintes que organizam a estrutura hierárquica da oração. A esses constituintes, o autor nomeia como termos, itens lexicais ou sintagmas.

Os perfis de gramáticas citados exemplificam as condições distributivas do fato gramatical. “Sob essas condições, o sujeito e o objeto adquirirem o estatuto de seres (pela confluência entre o pensamento e a realidade) ou de termos (pela distribuição das unidades na estrutura).”⁴² (DIAS, 2007a, p.86). Essa análise nos faz perceber que, levar em conta apenas as condições distributivas do fato gramatical, significa produzir um achatamento da noção de língua cujas regras são constituídas apenas organicamente ou apenas levando em conta a organização semântica do mundo extralinguístico.

3.2 Os lugares sintáticos como marcas das condições atributivas

A segunda condição de abordagem do fato gramatical, proposta por Dias (2007a), é a condição atributiva. A passagem das condições distributivas para as atributivas pode ser considerada, segundo o autor, o ponto central para o desenvolvimento da sintaxe, uma vez que estas preveem a existência não mais de termos ou de seres na configuração da cadeia e sim de lugares sintáticos.

Essa noção de “lugares-suporte” equivale àquela proposta pela teoria gerativa que se refere a essas projeções sintáticas como “posição”. Nas palavras de Silva (1996, p.19) “...se se insere um verbo transitivo como *encontrar* na estrutura, sabe-se que na Estrutura-P, por conta do léxico, ele deve ter uma posição de objeto para a inserção lexical do complemento interno deste verbo.” A diferença é que para os gerativistas o interesse no estabelecimento dessas posições na estrutura sintática da sentença se deve ao fato de que eles entendem a linguagem

⁴² Tradução livre de: “Sous ces conditions, le sujet et l’objet acquièrent le statut d’êtres (par la confluence entre la pensée et le réel) ou de termes (par la distribution d’unités dans la structure).”

como uma “faculdade humana, um sistema biologicamente determinado, organizado de maneira precisa, localizado em alguma parte do cérebro humano.” (SILVA, 1996, p.17). Daí o interesse da gramática gerativa em buscar estabelecer quais são os meios utilizados pelo cérebro humano para produzir o que se chama linguagem. O investimento teórico que realizam para esse fim encontra sustentação no pressuposto de que

a faculdade da linguagem se encaixa dentro da arquitetura maior da mente/cérebro. Ela interage com outros sistemas, que impõem condições que a linguagem deve satisfazer se for para ser de todo usável. Estas poderiam ser pensadas como ‘condições de legibilidade’, no sentido que outros sistemas precisam ser capazes de ‘ler’ as expressões da língua e delas fazer uso para o pensamento e ação. (CHOMSKY, 1997, p. 57).

Sendo assim, a postura assumida pelo gerativismo em relação a um dos focos de análise dessa pesquisa – objeto verbal projetado pelo verbo e não explícito no enunciado - seria a de ignorá-lo, uma vez que para a teoria gerativa não interessa vislumbrar a ocupação dessa posição, desse lugar sintático, basta marcá-lo como categoria vazia. As análises gerativistas têm tratado os casos de objetos nulos por meio de perspectivas diversas. Mas, em sua maioria, os estudos realizados sobre esse assunto, como, por exemplo, os trabalhos de Rizzi (1994) e Raposo (1992) caracterizam os objetos nulos como categorias vazias.

Na verdade, as condições atributivas bastam aos gerativistas para o estudo que a teoria adotada por esses pesquisadores estabelece. Trata-se de um estudo posicional em que os lugares são estudados a partir de seus preenchimentos ou de seus não-preenchimentos na cadeia que se estabelece na sentença.

Algumas gramáticas de perfil tradicional como a de Evanildo Bechara (1999) e aquelas de concepção pragmática também concebem o fato gramatical sob a ótica das condições atributivas. Revisando Bechara (1999, p.416), Dias (2007a, p.86) afirma em seu trabalho que “o signo verbal de natureza substantiva que ocupa o lugar sintático de objeto é, na verdade, um representante do lugar-argumento”⁴³ e, retomando as ideias de Borba (1996, p.21) diz que “posição paralela toma a linha da gramática funcionalista: os actantes são itens lexicais que preenchem os argumentos.” Por essa concepção, percebemos que é possível atribuir-se função sintática sem que ela esteja ligada a *ser* ou a *ter*, como proposto nas condições distributivas.

É importante reafirmarmos que nas condições atributivas os lugares sintáticos são projetados

⁴³ Tradução livre de: “le signe lexical de nature substantive » qui occupe la place de l’objet est, en vérité, un représentant de la place-argument. ”

e podem ou não serem ocupados. No caso específico desse trabalho, será analisada uma projeção que foi realizada pelo verbo, o lugar sintático de objeto, mas que não se materializou linguisticamente no enunciado e, mesmo assim, foi saturada a fim de que a enunciação ganhasse eficácia a partir de um efeito de completude, conforme veremos ao discutir o que chamamos silêncio sintático.

3.3 Ocupação dos lugares sintáticos – foco de análise das condições operativas

A terceira e última condição de estudo do fato gramatical, conforme pensado em Dias (2007a), corresponde ao que o autor chamou de condição operativa. Essas condições, além de preverem a existência dos lugares sintáticos, debruçam-se sobre a busca das exigências de ocupação de tais lugares, aceitando, inclusive, a possibilidade de que essa ocupação não efetive e que isso não traga nenhum prejuízo à produção de efeito de sentido do enunciado.

Os perfis de gramática que não incluem as condições atributivas em sua concepção, conseqüentemente, não admitem também as operativas, uma vez que não propõem a existência de lugares sintáticos na organização da sentença.

As condições operativas nos levam a entender que o sentido de um enunciado não tem relação só com a sua estrutura, mas também com a história de sentidos do próprio enunciado, com outros sentidos de outros enunciados, com a relação dos enunciados com as coisas sobre as quais ele fala, etc. (GUIMARÃES, 2006, p.120). Ou seja, conforme já mencionado no capítulo 2, o sentido está no potencial das enunciações nas quais essa sentença foi proferida.

Tomando por base um aparato teórico que, observados os devidos distanciamentos, muito se aproxima dessa forma de análise linguística, traremos, agora, para nosso trabalho dois fundamentos que pensamos ser importantes para os objetivos que almejamos alcançar com essa pesquisa e que, em nossa concepção, se ligam ao que Dias (2007a) caracteriza como condições atributivas e operativas do fato gramatical, de modo a tentarmos esclarecer, como essas condições se efetivam em um estudo linguístico.

3.3.1 *Site e place – a teoria das posições*

Um aspecto que nos parece fundamental elucidar é o que até agora nomeamos lugar sintático. Para esclarecermos melhor esse conceito tomaremos por base as definições trazidas por Milner (1989) acerca da concepção de *place* e *site*.

Em suas discussões, o autor propõe que *place* deve ser estudado sintaticamente como um conceito relativo à localização de um item lexical na sentença, apresentando, portanto, uma noção mais concreta, dada a prerrogativa de poder ser visualizado organicamente. Isso o faria ser percebido como um lugar não qualificado. *Site*, por sua vez, corresponde a um lugar qualificado. Seu conceito é mais abstrato e precisa ser estudado tendo em vista um arcabouço teórico que o caracterize. *Site* é o que nomeamos lugar sintático.

Essa diferenciação nos impulsiona a alguns questionamentos fundamentais para o desenvolvimento dos objetivos propostos por esse trabalho, como por exemplo: se o lugar sintático com o qual nos propomos a trabalhar é um lugar qualificado – e representa o que Milner chama de *site* – como se dá a qualificação do lugar sintático de objeto em dado acontecimento enunciativo? Dito de outra forma, se o lugar sintático de objeto, tomado como *place*, corresponde a um lugar projetado pelo verbo e, normalmente, localizado nas sentenças da Língua Portuguesa depois das formas verbais, que elementos orgânicos e enunciativos permitem estudá-lo sob o ponto de vista do *site*, ou seja, que aspectos influenciam a ocupação e/ou a não ocupação desse lugar na sentença?

Para exemplificar nossa análise, tomemos o exemplo (35), já discutido nesse trabalho, no segundo capítulo, e o exemplo (48), construído como exemplo-colmeia para efeito de saturação da explicação que pretendemos a esse aspecto da teoria.

(35) FIGURA 2 – Propaganda Havaianas



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google⁴⁴

(48) Os homens preferem mulheres e sandálias com curvas.

Em (48), o sintagma “mulheres e sandálias” ocupa o *place* objeto e está no posicionamento regular da Língua Portuguesa, ou seja, situa-se organicamente após o verbo *preferir*. Já em (35) houve uma mudança do lugar não qualificado, ou seja, um deslocamento da formação nominal para o início da sentença. Para nossa pesquisa é esse um dos pontos que atraem a atenção: ao observarmos os dois enunciados, é possível dizer que, mesmo com localizações distintas, a expressão “mulheres e sandálias” continua exercendo a função de objeto. Decorre desse fato, acreditarmos que o deslocamento foi realizado em função do *site*. Na verdade, trabalhamos com a perspectiva de que é essa ação de atrair o sintagma para dentro de uma nova localização sintática que faz com que esse lugar receba o título de *qualificado*. Nas palavras de Dias “os lugares sintáticos, por sua vez, não são relativos aos locais em que os termos estão alojados na sentença, mas aos lugares que qualificam os termos lexicais para contraírem funções.” (DIAS, 2009, p.15) O *site* não precisa, portanto, de um lugar fixo. E, na perspectiva de estudo que adotamos, pode, inclusive, não aparecer configurado materialmente na sentença.

Vale ressaltar que, se trabalhássemos apenas com a noção de *place*, sentenças como

(29) Alongue.

⁴⁴Disponível em : http://www.google.com.br/search?num=10&hl=ptBR&site=img&tbm=isch&source=hp&q=homens+e+sand%C3%A1lias%2C+os+homens+preferem+com+curvas&oq=homens+e+sand%C3%A1lias%2C+os+homens+preferem+com+curvas&gs_l=img.3...1870.11407.0.11776.49.13.0.35.0.0.611.2570.4j4j3j0j1j1.13.0...0.0.Cdc0vnO7ZA8. Acesso em 09.07.2012.

integradoras da cena enunciativa produzida pela UNIMED/BH,

(27) FIGURA 1 - Propaganda UNIMED



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google⁴⁵

deveriam ser estudadas como construções em que o lugar sintático de objeto não se configura. Entretanto, o nível de abstração teórica que Milner propõe com a noção de *site*, alicerça a análise aqui já realizada sobre as possibilidades de ocupação sustentadas pelo acontecimento enunciativo de que participa o verbo alongar no anúncio publicitário.

3.3.2 A macrossintaxe e a pressuposição de dois níveis combinatórios em uma relação de apontamento

Ao lado de todos os pressupostos já explicitados, pretendemos, também, utilizar como base teórica de nossas análises fundamentos trazidos pelos estudos da macrossintaxe. Sobre esse assunto, utilizaremos, a princípio, as discussões estabelecidas por Berrendonner (1990, 2002a e 2002b), por se tratar de um dos pesquisadores que mais esforços têm empreendido no desenvolvimento desse conceito.

⁴⁵ Disponível em: <http://www3.propmark.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=54755&sid=7>. Acesso em 12.02.09.

O autor trabalha com a tese segundo a qual a sintaxe pode ser analisada sob a ótica da micro e da macrossintaxe.

De acordo com sua proposta, a microssintaxe se caracteriza pelas relações de ligação estabelecidas na sentença, que assumem a característica de concatenação e recção. Ligações do tipo concatenação dizem respeito à posição dos constituintes sentenciais, dito de outra forma, postulam à hierarquia dos espaços a serem ocupados por cada termo na organização do enunciado. Já as relações de recção se fundamentam no processo de determinação que um termo exerce sobre o outro. Essas relações se configuram, portanto, como sistemas de dependência regidos pelas especificidades de cada constituinte. Como podemos notar, os estudos da microssintaxe se realizam em apenas um nível: o nível da ligação interna constitutiva da sentença.

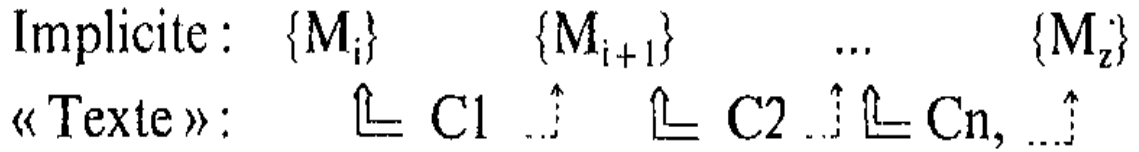
Por aproximação conceitual, adotamos em nosso trabalho o conceito de macrossintaxe como um dos balizadores das discussões que ora propomos. Esclareçamos melhor de que forma entendemos que a macrossintaxe se aproxima do que nomeamos como condições operativas do fato gramatical. Na macrossintaxe, Berrendonner propõe dois níveis de combinatória, sendo que um dos níveis mantém uma relação de apontamento em relação ao outro. Em outras palavras, enquanto a microssintaxe se assenta apenas no nível das ligações internas, o que fazem, por exemplo, as condições atributivas e distributivas, a macrossintaxe ganha forma quando trabalhamos com dois níveis distintos e complementares: o nível do texto, que diz respeito aos mecanismos sentenciais e o nível dos implícitos, que se fundamenta na memória discursiva⁴⁶, cujos extratos de existência não estão marcados apenas nas formas.

Dessa forma, a macrossintaxe leva em consideração a necessidade de se estabelecer uma sintaxe mais complexa, que trabalhe com um elemento marcado na horizontalidade da sentença, seria o que Berrendonner denomina *liage*, ou seja ligação, como pressupõem os estudos reccionais; mas que garanta, ao mesmo tempo, a presença de outras marcas situadas no nível da verticalidade, no nível da memória, é o que o autor descreve como *pointage*, ou apontamento.

Assim, Berrendonner (1990) propõe um esquema do que se configura como macrossintaxe em sua proposta de trabalho.

⁴⁶ É importante dizer que Berrendonner entende o conceito de memória enunciativa de maneira distinta daquela já abordada nesse trabalho. Entretanto, é possível que associemos o conceito por nós estabelecido a essa proposta do autor.

FIGURA 8 – Esquema da Macrossintaxe

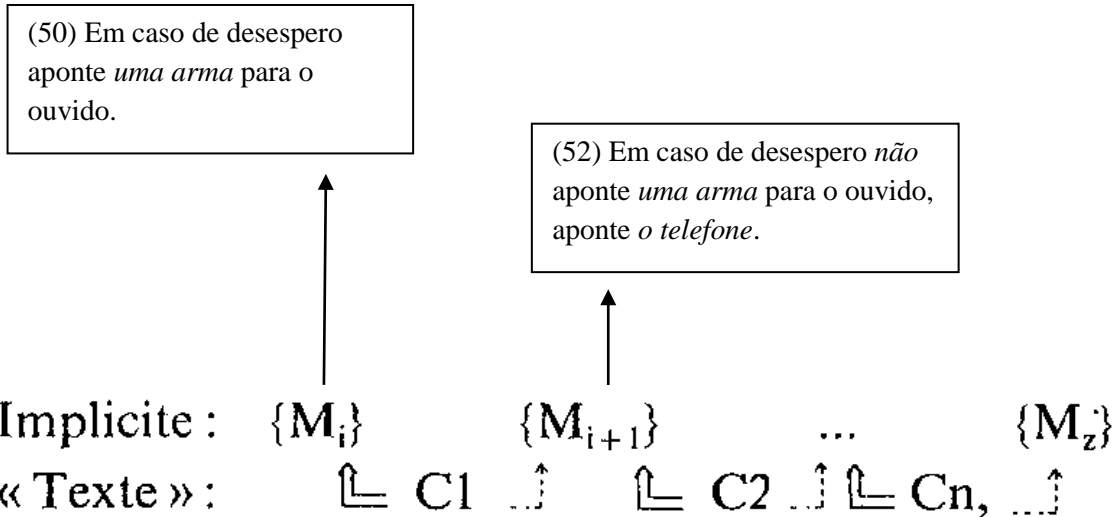


Fonte: Berrendonner (1990)

Como explicação do esquema proposto acima, podemos dizer que a dimensão da memória discursiva (M) é evocada por operações de apontamento, realizadas por elementos internos da sentença - *Clause* (C), que visam estabilizar, dar regularidade as informações de (M). Dessa forma, (M) existe em um estado de virtualidade que, ao ser convocada pelo fio do discurso passa por um processo de atualização e, de maneira equivalente, é de novo posta em cena para ser acionada em enunciados futuros.

Passemos a exemplificar melhor os pressupostos suscitados no parágrafo anterior, por meio da utilização de um dos exemplos que substanciam a análise proposta nesta pesquisa:

(49)



(51)



(GUIMARÃES, 1997, p.336)

O que podemos observar em (49) é que a sentença (51) – *Em caso de desespero, aponte para o ouvido.* - marcada por lacunas suscitou a necessidade do acontecimento enunciativo lidar com operações de apontamento, que estão no nível da memória discursiva (M1), aqui representada pelo enunciado (50). Ou seja, há um compartilhamento sócio-histórico que possibilita que a ocupação do lugar sintático de objeto, projetado pelo verbo *apontar*, seja realizado pelo substantivo *arma*. Entretanto, a relação que (C1), no caso do exemplo em análise (51), mantém com o apontamento (M1), ou (50) - *Em caso de desespero aponte uma arma para o ouvido.* - gera um novo estado de memória (M1 + 1), possibilitando, dessa forma, que o enunciado ganhe em atualidade e em ampliação referencial, consubstanciada em (52) - *Em caso de desespero não aponte uma arma para o ouvido, aponte o telefone.*

O que se propõe, portanto, é que ao se produzir uma sentença a memória se atualiza, ou seja, para além dela lhes são agregados outros recortes de sentido postos em acontecimento pela enunciação. Diante disso, é possível afirmarmos que dois enunciados apresentam indiretamente um caráter relacional por intermédio de um apontamento de (M). Assim, as sentenças dialogam com (M) e, ao realizar esse diálogo se configuram duas direções: a direção de retomar (M) e a direção de devolvê-la diferente para uma virtualidade passível de nova atualização.

Para Dias (2009)⁴⁷, tomando por base as ideias de Berrendonner (2002a), o fio do discurso é marcado por incompletudes, não ditos, discrepâncias diversas, sem que isso se configure como uma ausência configurada como falta, como defeito, justamente porque ele se constitui como um diálogo com (M) por meio de relações de apontamento.

Isso descaracteriza a noção do linguístico como uma construção compacta de elementos sentenciais e o coloca no patamar de algo afetado pela dispersão própria da força de atualidade que emerge do acontecimento enunciativo.

Nesse sentido, pretendemos trabalhar em nossa pesquisa com a perspectiva de que não é suficiente considerarmos apenas as relações de ligação internas na sentença, se quisermos nos pautar em um estudo sintático de bases enunciativas. Faz-se necessário, antes, levarmos em consideração os elementos marcados pelos mecanismos sentenciais, associando-os aos apontamentos inscritos na memória do dizer.

⁴⁷ Reflexão realizada durante reunião do Grupo de Estudos da Enunciação, em 25/08/09, na Faculdade de Letras da UFMG.

3.3.3 O lugar sintático de objeto pelo viés da semântica da enunciação

Diante do exposto, nos direcionamos, então, para descrever como a Semântica da Enunciação concebe o fato gramatical transitividade verbal e de que forma é possível perceber a manifestação desse fenômeno linguístico como sendo constituído, concomitantemente, por elementos sintáticos e elementos semânticos que agem em conjunto para sua integralização.

Trata-se, portanto, de pensarmos a linguagem como sendo produzida, na perspectiva de Dias (2007b), por meio da relação entre a dimensão material e a dimensão simbólica.

Na tentativa de entendermos melhor essa relação que Dias propõe entre a dimensão material e a dimensão simbólica talvez pudéssemos associá-la ao que Foucault (1986, p. 124) utiliza para descrever o enunciado. Para ele, “o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto.” Ou seja, coexistem duas instâncias na sua constituição. E,

sobre esse cenário da coexistência enunciativa se destacam...as relações gramaticais entre as frases, as relações lógicas entre as proposições, as relações metalinguísticas entre uma linguagem-objeto e aquela que lhe define as regras, as relações retóricas entre grupos (ou elementos) de frases. (FOUCAULT, 1986, p.112).

Esse nível seria o que Dias estabelece como dimensão material do linguístico, ou seja, aquela não oculta, passível de descrições e marcada organicamente na sentença. Mas, essas relações, propostas por Foucault

só podem existir e só são suscetíveis de análise na medida em que as frases tenham sido ‘enunciadas’; em outros termos, na medida em que se desenrolem em um campo enunciativo que permita que elas se sucedam, se ordenem, coexistam e desempenhem um papel umas em relação às outras. O enunciado, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes (o ‘átomo’ significativo, o mínimo a partir do qual existe sentido), é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam. (FOUCAULT, 1986, p.112)

Ao trazer a ideia de campo enunciativo, estaria sendo posta em cena a dimensão simbólica do dizer. Afinal, mesmo sem força de visibilidade descritiva, o campo enunciativo é o responsável por atribuir mobilidade de significação à materialidade linguística, a fim de que ela possa marcar um domínio referencial em determinado tempo e espaço. Ou seja, o simbólico e o material se requerem concomitantemente na constituição do linguístico, a fim de que juntos produzam o nexo das regularidades que regem sua dispersão.

Dessa forma, Dias (2007b) afirma que essa “demanda de saturação” entre as duas dimensões apresentadas suscita que os estudos sintáticos fundamentem seu trabalho em torno da relação de dois planos: o plano da organicidade e o plano da enunciação.

A abordagem proposta pela teoria utilizada nesse estudo baseia-se na construção de uma sintaxe de base orgânica e enunciativa que opere com as condições então apresentadas de modo a definir o fato linguístico

a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade (condições distributivas e atributivas) da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade (condições operativas) própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro. (DIAS, 2002, p.53).

Isso nos leva a postular que, para a Semântica da Enunciação, fatores de natureza enunciativa são pertinentes à constituição do fato gramatical, ou seja, na posição teórica que assumimos não cabe à gramática apagar esses fatores. As categorias enunciativas são constitutivas da linguagem e, portanto, pertinentes, também, à constituição do fato gramatical. Isso impulsiona a gramática a reconhecê-las, e não apagar sua pertinência, tampouco tratá-las como fatores externos à estruturação sintática do enunciado com o qual se relacionam. Sobre esse assunto Dias (2007b) argumenta em favor da tese de que

o fato linguístico é afetado por uma tensão entre a constituição do arranjo sintático (no plano da organicidade), e a verticalidade advinda de uma demanda de saturação (no plano da enunciação), produzindo como resultado uma injunção à unidade desse arranjo. É por essa verticalidade que são ‘veiculados’ os extratos de ocorrência que afetam a articulação. A constituição do espaço sintático seria constitutivamente permeado pelo semântico, portanto. (DIAS, 2007b, p.198).

Sendo assim, assumir uma “perspectiva segundo a qual unidades se organizam em núcleos organicamente estruturados é apenas o ponto de partida de um estudo de língua na área da gramática.” (DIAS, 2003, p.59).

Em suma, para Dias (2013)

uma língua adquire sua identidade na relação entre a dimensão do enunciável e a dimensão do materialmente articulável...Aquilo que é enunciável só é apreendido como tal em caso de unidades que se articulam de maneira a construir formulações socialmente pertinentes. Por sua vez, a articulação de unidades só cumpre o seu papel de apreender o enunciável se ela se assenta em formas regulares, combinadas segundo padrões relativamente estáveis (DIAS, 2013, s/p.).

Percebemos, então, que não podemos negar a aproximação entre os pressupostos de Milner

(1989), tampouco entre a perspectiva de Berrendonner (1990, 2002a, 2002b) e Dias (2007b). Afinal, parece-nos possível efetivarmos uma análise da transitividade verbal na qual seja empreendida uma marca de horizontalidade, que engloba o place, o fio do discurso, o plano da organicidade; e uma força da verticalidade que contenha o site, o apontamento à memória, o plano da enunciação.

Sendo assim, se temos como proposta de trabalho constituir uma interface entre o enunciado e a sentença (DIAS, 2013), não podemos abrir mão de discutir mais efetivamente de que forma entendemos a organização dos lugares sentenciais, bem como qual o papel das condições enunciativas na ocupação do que estamos nomeando lugar sintático objeto verbal. Agindo assim, estaremos produzindo “o espaço do entremeio que buscamos para um conhecimento mais apurado do enunciado, a partir de uma visão dinâmica da sentença.” (DIAS, 2013, s/p).

Trabalhando com olhar voltado para a transitividade por esse viés, temos a possibilidade de ampliar as discussões sobre o assunto e incluir elementos na análise desse fato gramatical.

Tentaremos agora elucidar alguns pontos acerca de como entendemos a constituição do lugar sintático objeto verbal.

Logo em seguida, passaremos, então, a analisar os dois tipos de predicação (centrada e dirigida) e os dois modos de enunciação (específico e genérico) que se configuram como pontos fundamentais dessa pesquisa, de modo a melhor entendê-los teoricamente para, de maneira mais eficaz, podermos aplicá-los aos dados que selecionamos para análise.

3.3.3.1 Discussões sobre a projeção do lugar sintático objeto verbal

Por meio de todo aparato teórico que tentamos descrever até aqui, caminhamos na tentativa de propor um conceito de transitividade que nos guiará na análise que apresentaremos.

Para nós, transitividade verbal representa a projeção de lugares sintáticos, realizada pelos verbos da língua portuguesa, cujas condições de ocupação (e de não ocupação) são determinadas pelo acontecimento enunciativo, que se fundamenta nos domínios referenciais sócio-históricos do dizer.

Começamos a detalhar a afirmação anterior que pretende conceituar o que vimos delimitando até então como transitividade verbal. Ao dizermos que “**transitividade verbal representa a projeção de lugares sintáticos, realizada pelos verbos da língua portuguesa**”, precisamos

reafirmar o que estamos trazendo como definição de “lugares sintáticos” e ainda, apontar em que evidências nos baseamos para afirmar que cabe aos verbos da língua portuguesa (a todos, por assim dizer) o papel de projeção desses lugares.

Conforme apresentado no item 3.3.1 (Site e place – a teoria das posições), para nós, apoiados na perspectiva de Milner (1989), lugar sintático é um lugar qualificado na sentença. A esse lugar o autor nomeou *site*. Entendamos melhor o que Milner quer dizer ao se referir a um lugar qualificado (site) em oposição a um lugar que se refere apenas à localização dos termos na sentença (place). Observemos os exemplos que seguem

(53) Eu não bebo essa cerveja nem grátis (sic).⁴⁸

(54) ...essa cerveja eu não bebo nem de graça.⁴⁹

(53) e (54) apresentam em sua estrutura sentencial os mesmos termos, entretanto, há uma mudança de posicionamento da formação nominal ocupante do lugar sintático de objeto, mudança essa que em nada influencia na sintaxe da sentença. Isso se justifica pelo fato de que para o autor a sintaxe não se configura como uma associação entre itens lexicais, mas como uma associação entre lugares sintáticos. A sintaxe é, portanto, uma articulação entre os lugares qualificados da sentença. A respeito desse fato, Dias (2013, s/p), diz que “consideramos o lugar sintático como ‘lugar qualificado’, uma vez que ele se define, na Língua Portuguesa, com relativa independência em relação à localização na sentença.”

Por essa via, Dias (2013) afirma que não há como pensar a dimensão do materialmente articulável, aquela que se alicerça nas articulações entre as unidades formais de ordem sintática, sem que se discuta o conceito de materialidade qualificada, ou seja, de lugar sintático.

Sendo assim, no caso específico desta pesquisa, qual papel cabe ao verbo na constituição do lugar sintático objeto verbal? Defendemos que o papel assumido pelo verbo é o de projetar o lugar sintático de objeto, cuja ocupação passa a ser regulada pelas condições operativas, não estando o objeto, portanto, circunscrito a uma necessidade de complementação do sentido desse verbo. Assim, o verbo reveste-se da capacidade de projeção do lugar sintático objeto verbal e as condições de produção, que constituem o acontecimento enunciativo, orientam o

⁴⁸ Disponível em: http://entretenimento.r7.com/blogs/fabiola-reipert/?comments_popup=16767. Acesso em 31.12.2012.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.donapedrinha.com/2006/08/26/cerveja-de-graca/>. Acesso em 31.12.2012.

enunciado de que esse verbo participa, para configurar-se em torno de uma predicação centrada ou dirigida.

Assumida essa perspectiva, outro questionamento se torna passível de consideração: todos os verbos da Língua Portuguesa apresentam potencial de projeção desse lugar sintático? E quanto àqueles cujas ocorrências com o lugar sintático de objeto ocupado não se efetivam em extratos captáveis pela Língua em uso? Como comprovar a existência desse lugar? Tentativas de respostas a essas relevantes questões serão desenvolvidas a partir de agora.

Se levarmos em consideração, por exemplo, os verbos *morrer* e *falecer*, cujos efeitos de sentido orientam para um mesmo domínio referencial, perceberemos que existem vários enunciados, produzidos com a participação dessas duas formas verbais, em que não há a ocupação de lugar sintático de objeto. Isso pode ser notado facilmente em diversos acontecimentos enunciativos. Apenas para exemplificar nossa afirmação selecionamos os exemplos que seguem:

(55) Membro da equipe técnica de 'Batman' *morre* nas filmagens⁵⁰

(56) A Morte no hospital de Aveiro vai ser investigada. A Inspeção Geral de Saúde abriu um inquérito ao caso do idoso que morreu em Aveiro. O homem *faleceu* após a queda de uma maca no corredor do Hospital da cidade.⁵¹

Analisando agora outro tipo de exemplo, concluímos que em relação ao verbo *morrer* encontramos sentenças em que ele se faz presente, também, orientado para um objeto. Como, por exemplo em:

(57) Cristo não *morreu uma morte de mártir*; mas Ele provou a morte na sua ligação penal com pecado.⁵²

Parece oportuno, então, considerarmos a capacidade de projeção do lugar sintático de objeto no que se refere à forma verbal *morrer*.

É tarefa mais difícil, entretanto, encontrarmos ocorrências em que o verbo *falecer* apresente-se como integrante de uma predicação cujo lugar sintático de objeto esteja lexicamente

⁵⁰Disponível em: http://news.ubbi.com.br/view.asp?http://www.estadao.com.br/arteelazer/not_art56638,0.htm. Acesso em 03/01/2012.

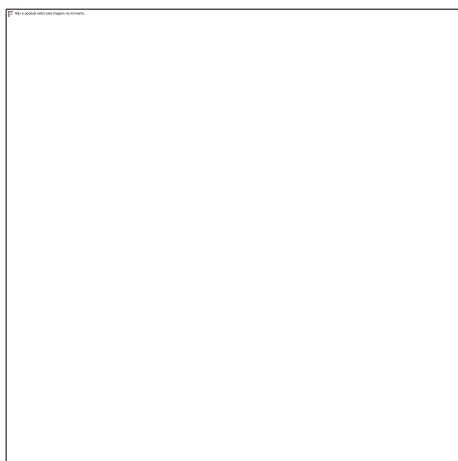
⁵¹ Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?headline=98&visual=25&article=321927&tema=37>. Acesso em 03/01/2012.

⁵² Disponível em: <http://cms.sadourina.com/content/view/95/65/>. Acesso em 03/01/2012.

materializado. Acreditamos que esse fato encontre sustentação na menor produtividade enunciativa que esse verbo apresenta. Dito de outra forma, o plano do enunciável é o que regula a mobilidade de efeitos de sentidos das formas verbais, portanto, quanto mais extratos de ocorrência um verbo apresentar, maior será a possibilidade desse verbo participar de predicções que apresentam os lugares de objetos ocupados e/ou não-ocupados⁵³. Logo, o verbo *morrer*, por apresentar-se mais produtivo enunciativamente, torna-se capaz de integrar os dois tipos de predicções, ao passo que *falecer* – forma verbal de baixa regularidade enunciativa – constitui-se como participante apenas de predicções em que o lugar sintático de objeto não se encontra ocupado.

Outra forma verbal, não citada anteriormente, mas que apresenta correspondência de sentido com os verbos *morrer* e *falecer* é *perecer*. Esse verbo reafirma a análise realizada, afinal, por apresentar um caráter de erudição maior do que *falecer*, *perecer* demonstra uma capacidade ainda menor de participar de uma predicção cujo lugar sintático de objeto seja ocupado. Disso resulta a facilidade de encontramos predicções centradas com esse verbo, como na charge:

(58) FIGURA 9 - Luto nacional – a ética pereceu ⁵⁴



Nesse sentido, acreditamos que a ocupação do lugar sintático de objeto se processa ancorada na produtividade enunciativa apresentada pelas formas verbais. Na medida em que as

⁵³ É importante dizer que a afirmação de que quanto maior a produtividade enunciativa de um verbo, maior será a possibilidade desse verbo participar dos dois tipos de predicção (centrada e dirigida), sustenta-se na observação do funcionamento desse verbo nos acontecimentos enunciativos de que participa, constituindo o que podemos chamar de princípio da regularidade linguística.

⁵⁴ A tirinha se refere à CPI que julgou o caso “Renan Calheiros”. Disponível em: <http://educando.wordpress.com/2007/09/13/luto-nacional-a-etica-pereceu/> - Acesso em 03.01.10.

ocorrências historicamente produzidas com determinado verbo se acham escassas, há um favorecimento para que esse verbo participe apenas de um tipo de predicação.

Como tentamos descrever, ao demonstrar exemplos em que a mesma forma verbal pode ocorrer com ou sem a ocupação do lugar sintático de objeto, sem que isso cause prejuízo à unidade sentencial, pensamos estar evidenciando que a projeção desse lugar sintático é uma atribuição do verbo, ainda que o objeto não se lexicalize na materialidade da sentença. Entretanto, outro fato gramatical já bastante analisado pelos estudos linguísticos, parece, a nosso ver, reforçar a tese de projeção, pelo verbo, do lugar sintático de objeto. Estamos nos referindo ao fenômeno da causatividade.

Sem nos aprofundarmos muito nessa conceituação, estamos tomando causatividade de acordo com os pressupostos defendidos por Bittencourt (2001), para quem

[...] a causatividade é um processo que compreende: a) dois eventos (ou uma situação e um evento) – causador e causado – que podem ser expressos separadamente em duas orações distintas, ou, num evento único, superposto, ou não, a uma outra relação causativa; b) dois protagonistas, Causador e Causado, que, qualificados como [\pm animado], apresentam um grau variável de participação da ação, processo ou acontecimento. (BITTENCOURT, 2001, p.172,173).

É o caso, por exemplo, dos enunciados a seguir:

(59) FIGURA 10 – Capa do livro de Graça Ramos ⁵⁵



⁵⁵ Capa do livro da autora Graça Ramos, publicado pela Editora Autêntica. A história fala sobre “um menino, uma menina de longos cabelos trançados, a rua, o vento. Parceiros, se davam as mãos, se equilibravam... e estava formado o túnel da alegria, no jogo de voar as trancinhas que os fazia flutuar como pipas e confiar um no outro.” Disponível em: http://grupoautentica.com.br/autentica/vamos_voar_as_trancinhas/614. Acesso em 02.01.2013.

(60) Cuida bem de mim
 Então misture tudo
 Dentro de nós
 Porque ninguém vai dormir
Nosso sonho...⁵⁶

(61) O professor sumiu minha prova.⁵⁷

Os exemplos (59), (60) e (61) representam sentenças causativas sintéticas, uma vez que, ao contrário das causativas analíticas, não explicitam, como elemento de articulação, um verbo de natureza causativa como *fazer/mandar/causar*, por exemplo. (BITTENCOURT, 2001). A organização sintática se efetiva por meio de um verbo lexical, nos casos em análise *voar*, *dormir* e *sumir*, respectivamente.

Assim,

(59) Vamos voar as trancinhas? (causativa sintética)

tem como contrapartida a seguinte estrutura analítica:

(62) Vamos *fazer* voar as trancinhas?

Se retomarmos a definição trazida por Bittencourt (2001) de que a causatividade é um processo que compreende dois eventos, perceberemos que nas causativas sintéticas há uma condensação desses eventos realizada pelo mesmo verbo, cujo desdobramento poderia ser feito da seguinte forma:

(63) Evento 1: O professor fez alguma coisa para minha provar sumir.

Evento 2: Minha prova sumiu.

Evento 1 + Evento 2: O professor sumiu minha prova.

O vemos acontecer em (63) é que o verbo causativizado desencadeia um processo de agregação das duas cenas. Para isso, a sentença se estrutura sintaticamente de modo a dar visibilidade e ocupação aos lugares sintáticos de sujeito e objeto, principalmente, para efeito do estudo que ora propomos, ao lugar sintático de objeto.

⁵⁶ Fragmento da música: Muito Estranho (Cuida Bem de Mim), composta por Dalto. Disponível em: <http://letras.mus.br/dalto/45379/>. Acesso em 02.01.2013

⁵⁷ Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=6961461390>. Acesso em 02.01.13.

Parece-nos que exemplos como esses demonstram que mesmo aqueles verbos, cujos estudos tradicionais denominam como intransitivos, abrem-se para participar de predicções em que a presença de um item lexical ocupando o lugar sintático de objeto se faz necessária.

É importante que se diga que não estamos mais nos referindo a predicções cujos objetos são cognatos, como seria o caso, por exemplo de:

(64) João voou sem ter escolta, nenhuma ave o seguiu. Voou um voo sem volta. João partiu e se partiu!⁵⁸

No exemplo (64) *voar* e *voo* caracterizam-se como vocábulos cognatos porque se filiam ao mesmo radical. (MACAMBIRA, 1987).

Tampouco nos pautamos para demonstrar a ocupação do lugar do objeto naquela predicção que pressupõe a presença de objetos internos⁵⁹, ou seja, aquela cujo campo semântico do objeto equivalente ao do verbo (MACAMBIRA, 1987), como em (65), por exemplo:

(65) E ela dormiu o sono dos justos...

O que vemos acontecer nas orações causativas é uma organização sintática capaz de mobilizar-se em prol da significação. Para isso, os verbos ditos intransitivos, monoargumentais, orientam o que era instância de possibilidade (ocupação do lugar sintático de objeto por eles projetados) para instância de realização.

Decorre desse fato assumirmos a perspectiva de que

enquanto unidades formais, os lugares sintáticos de sujeito e de objeto se qualificam na medida em que funcionam como portos de passagem na rota de circulação de sentidos, de discursos para o enunciado, e deste para os espaços futuros da discursividade, que por sua vez serão bases para novos enunciados. (DIAS, 2013, s/p).

Sendo assim, entendemos que ao verbo cabe projetar o lugar sintático de objeto e ao acontecimento enunciativo regular a ocupação (ou não ocupação) desse lugar por meio de fatores que se configuram historicamente a partir de uma tensão entre domínios de memória e atualidade de uso.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.talentosdamaturidade.com.br/trabalho/23498/o-voo-de-joao>. Acesso em 03.01.13.

⁵⁹ Vale ressaltar que tanto as predicções com objetos cognatos quanto as predicções com objetos internos, também representam, em nossa perspectiva teórica, exemplos capazes de demonstrar o potencial do verbo, no que se refere à projeção do lugar sintático objeto verbal. O que estamos tentando fazer é trabalhar com outras possibilidades de justificativa desse papel do verbo, por meio da discussão sobre as orações causativas.

3.3.3.2 Predicações centrada x dirigida e os modos de enunciação

Uma vez apresentada a explicação da primeira parte do conceito de transitividade que estamos adotando neste trabalho - **transitividade verbal representa a projeção de lugares sintáticos, realizada pelos verbos da língua portuguesa** - passemos agora a discutir o segundo pressuposto desse conceito cuja fundamentação se baseia no fato de que **as condições de ocupação (e de não ocupação) são determinadas pelo acontecimento enunciativo, que se fundamenta nos domínios referenciais sócio-históricos do dizer.**

Levando em conta todas as considerações já produzidas até aqui, acreditamos, então, que a transitividade deve ser analisada a partir da ótica da predicação que se estabelece em determinado acontecimento enunciativo. O objeto é, portanto, mais um elemento que integra essa predicação e possibilita que ela apresente efeito de completude.

Sendo assim, trabalhamos com a hipótese sugerida por Dias (2006a) de que há dois tipos de predicação: *a predicação dirigida*, que se realiza quando seu efeito de completude é orientado para um objeto marcado organicamente na sentença e a *predicação centrada* que ocorre quando apresenta uma significação orientada para o próprio verbo. Dessa forma:

na medida em que nos afastamos da necessidade de classificar os verbos em transitivos ou intransitivos, segundo a completude ou incompletude de significação a ele inerente, podemos ampliar o campo de abordagem da transitividade, recorrendo às condições enunciativas de ocupação do lugar sintático de objeto, segundo o grau de amplitude dos domínios de referências que se instalam no plano do enunciável. E isso é determinante para que tenhamos a possibilidade de predicação centrada e predicação dirigida. (DIAS, 2006a, p.65).

A utilizarmos essa hipótese, estabelecemos, então, a possibilidade de termos predicados cuja presença do objeto se faz necessária e predicados em que essa presença é dispensável, uma vez que o efeito de sentido se configura mesmo sem a participação desse termo.

Reutilizemos o exemplo (03), posto em cena no capítulo 1, para ilustrarmos esses dois tipos de predicação:

(03) MAMÃE MORREU

Dois amigos se encontram. Um deles, único herdeiro da mãe, está cabisbaixo. O primeiro pergunta:

Interlocutor 1: — O que aconteceu?

Interlocutor 2: — Minha mãe morreu. Fiquei muito triste.

Interlocutor 1: — Que pena! Meus pêsames. Ela sofreu muito antes de morrer?

Interlocutor 2: — Muito. Infelizmente: sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um sequestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...

É possível dizer que a forma verbal *sofrer*, em (03), apresenta-se como participante dos dois tipos de predicação (centrada e dirigida), passando muito próximo daquilo que Maximino Maciel (1931) definiu como fenômeno da transpredicação, já descrito no capítulo 1.

Dessa forma, tomando por base as reflexões de Dias (2006a), é o caso de afirmarmos que na piada utilizada como exemplo, o verbo *sofrer* integra duas predicções: uma dirigida, aquela proferida pelo interlocutor 2, e uma centrada, aquela dita pelo interlocutor 1. É importante dizer que a participação do verbo *sofrer* nesses dois tipos de predicação só é possível devido à memória de regularidades que esse verbo traz dos trajetos enunciativos por ele percorridos, conforme já mencionado neste trabalho, ao discutirmos como se realiza a projeção do lugar sintático de objeto. Logo, *sofrer* projeta o lugar sintático de objeto que pode ou não ser ocupado no texto anterior porque outros extratos de ocorrência desse mesmo verbo permitem (ou não) a ocupação desse lugar.

Assim como discutimos no exemplo (26)

(26) Interlocutor 1: Sua mãe tá aí. Você não vai receber?

Interlocutor 2: Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(POSSENTI, 1998, p.32)

constatamos que (03) também se constitui em torno da característica de humor. Assim, a não ocupação do lugar sintático de objeto projetado pelo verbo *sofrer*, na fala do interlocutor 1 – ...*Ela sofreu muito antes de morrer?*– seguida da ocupação desse mesmo lugar, na fala do

interlocutor 2 - *Infelizmente: sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um sequestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...* - produz um efeito de sentido que (re)formula a constituição referencial gerada pela ausência/presença de elementos materiais passíveis de ocupar o lugar projetado. O interessante é percebermos que, silenciar a ocupação do lugar sintático de objeto, na fala do interlocutor 1, não se vincula, portanto, a uma exigência verbal. Não se trata de um aspecto de completude do próprio verbo. Refere-se, antes, a um traço de memória discursiva que dá ao verbo *sofrer* a possibilidade de efetivar-se, em enunciações cuja temática é a morte, sem a presença orgânica de itens lexicais no lugar sintático de objeto por ele projetado. Dito de outra forma, o verbo *sofrer* guarda trajetões de sentido que, em função da regularidade em que ocorrem, institucionalizam a participação desse verbo em predicacões centradas. Dessa forma, por se tratar de uma regularidade e não de uma regra, ao se quebrar essa institucionalização, com a ocupação do lugar sintático de objeto, na fala do interlocutor 2, por meio da delimitação da predicacão dirigida, produz-se, nesse enunciado, um efeito humorístico.

O que vemos na proposta de Dias é que predicacões dirigidas se relacionam, portanto, a modos de enunciação mais especificadores em que o lugar sintático de objeto é delimitado por um campo de referência específico e recorta, dessa forma, um domínio de sentido marcado por uma pontualidade referencial. Pontualidade essa que, dependendo da amplitude do domínio de referência que circunda a formação nominal ocupante desse lugar pode, inclusive, sinalizar uma multirreferenciação, ou uma multiancoragem referencial, como veremos adiante nas análises. Por outro lado, predicacões centradas se ligam, com maior evidência, a modos de enunciação genéricos, por serem as bases sobre as quais se configuram predicacões cujos campos de referência do lugar sintático de objeto são generalizadores. Vale ressaltar que não se trata apenas de uma ampliação referencial, como pode acontecer no processo de multirreferenciação elencado como parte integrante de algumas predicacões dirigidas. No caso das predicacões centradas, os lugares de objeto mostram-se abertos para abrigarem ocorrências referenciais diversas. Dessa forma, o objeto apresenta características generalizantes, que não precisam ser marcadas organicamente nas sentenças. Essa generalização ganha pertinência no entrelaçamento da atualidade da enunciação com uma memória de ordem histórica, representada pelas recorrências das enunciações de que os verbos participam.

Partimos, pois, do princípio de que há estreita relação entre o modo de enunciação e a lexicalização (predicação dirigida) ou a não-lexicalização (predicação centrada) do lugar sintático de objeto. Esse é, portanto, um dos pontos centrais da análise que pretende estabelecer, a partir dos conceitos de predicação centrada e dirigida, um contínuo de predicação, evidenciando como as condições enunciativas regulam a ocupação ou a não ocupação dos lugares sintáticos projetados pelos verbos na constituição das sentenças.

3.3.3.3 A presença do silêncio sintático no processo de predicação

O lugar teórico de onde analisamos o fenômeno transitividade verbal, conforme definição apresentada nos dois itens anteriores, nos possibilitou delimitar algumas questões distintas do tratamento que esse fato gramatical vem recebendo ao longo dos estudos linguísticos. Uma deles diz respeito à criação do que nomeamos, em Dalmaschio (2008), como silêncio sintático.

O que apresentamos como definição de silêncio sintático teve por base o fato de considerarmos que a língua é permeada por silêncios das mais diversas ordens. Por não-ditos que se inscrevem no próprio dizer e se manifestam como efeitos de sentido em determinados acontecimentos enunciativos.

Nessa perspectiva, e alicerçados no que Orlandi (1995) define como silêncio constitutivo, ousamos empreender um trabalho teórico de associação semântico-sintática de modo a afirmarmos que os estudos linguísticos precisam considerar que, também na organicidade da sentença, às vezes, “para dizer é preciso não-dizer.” (ORLANDI, 1995, p.24).

Sendo assim, passamos a considerar que só a projeção do lugar sintático do objeto verbal, vinculada a dado acontecimento enunciativo já pode ser percebida como índice de completude. Diferente da perspectiva tradicional, para nós, não é necessário um termo ocupante do lugar sintático de objeto, para que haja completude semântica.

Voltemos ao exemplo (03) para tentarmos ilustrar o que dizemos. O verbo *sofrer*, presente na fala dos dois interlocutores, se fosse passar por um processo de classificação por alguns dos tipos de gramática aqui já apresentados, seria classificado em relação à pergunta do interlocutor 1 (*Ela sofreu muito antes de morrer?*) como intransitivo e, em relação à resposta do interlocutor 2 (*...sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um sequestro*

que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...), como verbo intransitivo que funciona transitivamente nessa situação de uso.

Na perspectiva que assumimos, o verbo *sofrer*, projeta o lugar sintático de objeto nas suas sentenças, mas, no exemplo em questão, a ocupação desse lugar só se efetiva na fala do interlocutor 2, que direciona a predicação de que o verbo participa para um domínio de referência mais delimitado e pontual. Entretanto, o silêncio sintático, estabelecido na fala do interlocutor 1, ou a falta de um elemento léxico não afeta a unidade da sentença, porque há uma memória de seu lugar que advém de outros extratos de ocorrência que são constitutivos do espaço sintático. Tal é a força da regularidade referencial apresentada pela memória de utilização desse verbo que, ao serem recortados os extratos para ocupação do lugar sintático de objeto na fala de 2 (...*um assalto...*, ...*um sequestro...* e ...*um golpe...*) o acontecimento enunciativo em ato se estabelece como texto humorístico, uma vez que a ocupação na fala de 2 realiza um deslocamento da ocupação silenciosamente marcada na fala de 1. Vale ressaltar que só podemos trabalhar a noção de deslocamento em função da repetição, do hábito. Afinal, acreditamos que é “recorrendo ao já-dito que o sujeito ressignifica. E se significa” (ORLANDI, 1995, p.90). O que podemos perceber é que os diferentes percursos de sentido do verbo *sofrer* geram elementos que possibilitam a construção de domínios de referência também distintos para a ocupação do lugar sintático de objeto. Trata-se de um intervalo entre uma memória de recorrências - no caso em análise, recorrências de silêncios sintáticos em predicções de que esse verbo participa, orientadas para a ideia de sofrimentos físicos propiciados por uma doença – e uma atualidade de uso – que lida com o verbo *sofrer* como algo relacionado à perda de bens materiais. Esse seria, então, o espaço do equívoco, espaço esse em que “os sentidos não se imobilizam...não perdem seu caráter errático: deslocamentos, equívocos e mudanças se produzem. E não param de produzir seus efeitos.” (ORLANDI, 1995, p.94).

O silêncio sintático seria, portanto, um lugar na organicidade da sentença, aqui especificamente o lugar sintático de objeto, que permite a possibilidade do movimento dos dizeres. Movimento esse que se constitui sócio-historicamente a partir de uma tensão entre memória e atualidade.

Não podemos considerá-lo, sob esse ponto de vista, como uma categoria vazia. É dessa forma, então, que entendemos o silêncio como um dos eixos responsáveis pela fluência da interpretação. “Ele é o ponto de apoio do giro interpretativo” (ORLANDI, 1995, p.164),

sendo “para o falante (...) lugar de elaboração de outros sentidos (...); para o analista uma pista de um modo de funcionamento discursivo.” (ORLANDI, 1995, p.130).

Essa forma de nos posicionarmos diante da transitividade verbal, ou seja, essa proposta de que o objeto é um lugar sintático projetado pelos verbos parece generalizar a explicação para o fenômeno orgânico da relação entre verbo e objeto. Some-se a isso, ainda, que a possibilidade de explicar a ocupação ou a não ocupação como sendo algo condicionado a um acontecimento enunciativo mostra que as explicações para o fenômeno da transitividade não podem ser centralizadas no verbo, nem nos sentidos que ele pode assumir e nem, ainda, num contexto de uso que ele possa apresentar.

Conforme já mencionado nesse trabalho, o que nos cabe agora é tentar explicitar, por meio de um processo de análise mais efetivo, qual o papel do verbo nos estudos da transitividade, de modo a verificar qual o nível de participação das formas verbais no processo de ocupação e não ocupação do lugar sintático de objeto; bem como esclarecer em que espaços da cena enunciativa se encontram os elementos geradores do domínio referencial para a ocupação do lugar sintático de objeto e analisar em que medida a ocupação e a não ocupação desse lugar se relacionam à construção temática e à progressão textual. Além, é claro, de criar, conforme mencionado, um contínuo de predicação que evidencie como as condições enunciativas influenciam no fenômeno da transitividade verbal.

CAPÍTULO IV

Ampliando a discussão: a (não)ocupação do lugar sintático de objeto

4 PELO ESTABELECIMENTO DE UM CONTÍNUO DE PREDICAÇÃO

Para iniciarmos esse capítulo, entendemos ser importante reafirmarmos em forma de síntese, dois preceitos que tentamos moldar até aqui e que se tornarão balizadores da análise que agora se desenha em nosso trabalho.

Primeiro é importante marcarmos que não trabalharemos nessa pesquisa com a ideia de transitividade ligada à necessidade de complementação do sentido do verbo, tampouco de delimitação da amplitude semântica que determinada forma verbal possa apresentar. Ainda, não utilizaremos, de forma isolada, o conceito de recção e de posicionamento para o tratamento que daremos à transitividade. E também, mesmo entendendo como importantes os estudos pragmáticos, não adotaremos, na íntegra, a ideia que esses estudos postulam sobre o fato gramatical que apresentamos para análise. O que tentaremos fazer, como vimos esclarecendo, é trazer para nossas discussões o deslocamento de uma tipologia de verbos (transitivos/intransitivos) tradicionalmente marcada nos trabalhos linguísticos e colocar em cena um estudo sobre a predicação verbal, a fim de incluirmos, além do plano das formas, o plano do enunciável nos estudos de transitividade.

Segundo, faz-se necessário frisar que para a realização desse deslocamento, inserimos no estudo do fato gramatical em questão a noção de lugar-sintático. E esse lugar - no caso específico desse trabalho, o lugar sintático de objeto - é um dos lugares de configuração de referência. Dessa forma, dizemos que

o objeto, enquanto forma linguística, é um recorte de significação historicamente delimitado que ganha uma forma na língua através desse lugar projetado. Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injeção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma linguística. (DIAS, 2006a, p.58).

Decorre desse fato nossa pretensão em realizar um trabalho de análise da lexicalização (ou da não-lexicalização) e da amplitude referencial desse lugar sintático, de modo a demonstrar que os dois grandes grupos de predicação (dirigida e centrada), defendidos por Dias, se estabelecem em torno de nuances sintáticas e semânticas que os caracterizam como não-pontuais em suas constituições enunciativas.

Começemos, então, com um olhar em torno da predicação dirigida.

4.1 O início do contínuo: a predicação dirigida e sua escala referencial

A predicação dirigida, de acordo com as definições já oferecidas no capítulo anterior, se fundamenta na característica de ser construída em torno de uma ocupação material, orgânica do lugar sintático de objeto. Decorre desse fato, ela estar associada a modos de enunciação mais específicos, cujo recorte de sentido vem pontuado pelo item lexical responsável pela saturação daquele lugar.

Vejamos:

(66) ... Comer o Milho ou comer a Galinha que Comeu o Milho?⁶⁰

O que temos em (66), em relação à sentença destacada, é uma predicação de que participa o verbo *comer* caracterizada como predicação dirigida. Trata-se de uma cena em que há um interlocutor-professor oferecendo explicações sobre qual alimento nos dá maior aproveitamento de energia. Sendo assim, os itens lexicais que ocupam o lugar sintático de objeto projetado pelo verbo *comer* tornam o modo de enunciação mais direcionado e especificador. Isto é, os objetos da pergunta do professor não podem ser pensados em um amplo domínio discursivo, pois a predicação do enunciado em causa está pontuada e definida pela seguinte ocupação do lugar sintático de objeto: *comer o milho [a galinha]*⁶¹.

Observemos agora a seguinte sentença:

(67) ...Quem não se lembra do ditado: Papagaio come milho, periquito leva fama?
Então! Muitos, hoje em dia ainda agem como se fossem papagaios.
Fazem coisas erradas, e colocam a culpa nos outros.⁶²

Novamente nos encontramos, em (67), diante de um enunciado (*Papagaio come milho*), que se constrói em torno de uma predicação dirigida. E, mais uma vez, o lugar sintático de objeto do verbo *comer* é lexicalizado pelo substantivo *milho*⁶³. O que não nos parece tão semelhante assim é a forma como a cena enunciativa se constrói no que se refere à especificidade do modo de enunciação produzido por essa predicação dirigida. Isso acontece porque *milho*

⁶⁰ Disponível em: http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=t2k&cod=_biologia_bio30. Acesso em 07.01.13.

⁶¹ Utilizaremos como fonte de análise apenas a formação nominal *o milho*, a fim de compará-la com o item lexical milho, presente na predicação destacada em (67).

⁶² Disponível em: <http://lanesamaro.blogspot.com.br/2012/01/papagaio-come-milho.html>. Acesso em 12.07.12.

⁶³ Para mantermos um paralelismo na análise que pretendemos empreender entre os exemplos, vamos nos ater apenas a essa forma verbal em nossas discussões. Deixando à margem da análise o verbo *levar*, que também poderia, perfeitamente, funcionar como *corpus* para nossas discussões.

apresenta um efeito de referência ampliado e, portanto, menos especificador.⁶⁴ Ou seja, propaga uma verdade a ser utilizada em diversas enunciações: há pessoas que tiram a responsabilidade dos seus ombros e a colocam nos ombros alheios.

O mesmo fenômeno parece acontecer em sentenças como:

(68) Cachorro come a carne do seu dono e preguiçoso dorme sentado.⁶⁵

(69) A regra é clara! Onde se ganha o pão, não se come a carne!⁶⁶

Nesses casos, também houve uma ocupação do lugar sintático de objeto do verbo comer com as formações nominais *a carne do seu dono* e *a carne*, respectivamente, que delimitaram, portanto, o campo referencial estabelecido nessas predicacões. Entretanto, nos parece, assim como em (66) e (67), que o item lexical *carne* apresenta efeitos de sentidos de diferentes proporções em cada uma das sentenças. Enquanto em (68), apenas uma direção enunciativa é construída, em (69) o substantivo *carne* funciona como uma palavra-âncora que, mesmo especificando o campo referencial do lugar sintático que ocupa, abre possibilidades de ampliação dessa referência. Isso está ligado ao que descrevemos como deslocamento de sentido. Deslocamento esse que, acionando uma memória de dizeres (*carne* = parte mole e comestível do corpo de certos animais), atualiza o dizer atual (*carne* = corpo no sentido sexual), colocando em cena regularidades de sentido a que essa enunciação já tenha sido submetida.

Esse fato parece ser ainda mais evidenciado quando nos deparamos com o seguinte enunciado:

(70) Onde se ganha o pão não se come a carne. A menos que você trabalhe de garçom numa churrascaria rodízio.⁶⁷

Em (70), há um jogo enunciativo, jogo esse que se realiza por meio da mesma predicacão. A sentença *não se come a carne* é impulsionada a apresentar um recorte de memória para o item lexical *carne*, se lida até o fim do primeiro enunciado e outro recorte, se a enunciação for completamente proferida. Ou seja, a injunção de dois domínios distintos para a configuração referencial dessa cena enunciativa é fundamental, uma vez que, ao trabalhar com o equívoco,

⁶⁴ A explicação sintática para esse fenômeno será abordado no tópico “Em análise: o caso do objeto incorporado”

⁶⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nwerXb4y130>. Acesso em 12.07.12.

⁶⁶ Disponível em: http://www.acidezmental.xpg.com.br/como_paquerar_no_trabalho.html. Acesso em 12.07.12

⁶⁷ Disponível em: <http://www.zebisteca.com.br/4605/piadas/rapidinhas/onde-se-ganha-o-pao-nao>. Acesso em 12.07.12.

Como vimos, o modo de enunciação específico não se configura em torno de um domínio referencial fechado. Especificar, por essa via de análise, pressupõe marcar na sequencialidade da sentença a lexicalização de um elemento que garanta uma orientação referencial, balizada por regularidades de memória. Orientação essa que pode ser mais ou menos específica, dependendo das condições enunciativas em que se insere o acontecimento em ato.

4.1.1 Em análise: o caso do objeto incorporado

Nesta etapa da pesquisa vamos apresentar um tipo de ocupação do lugar sintático de objeto que merece destaque dadas as peculiaridades que o constituem. Estamos nos referindo ao caso do objeto incorporado ao verbo, desenvolvido por Saraiva (1996). Num primeiro momento, nos predispomos a discutir os motivos que nos levaram a considerar importante a inclusão dessa categoria de análise em nosso estudo, bem como quais características definem a ocupação do lugar sintático de objeto tomada com base nesse pressuposto teórico. Logo em seguida, delimitamos um espaço no contínuo de predicação que ora propomos, de modo a situar em que intervalo desse contínuo se localizam as sentenças cujas predicações se realizam por meio de objetos incorporados.

Saraiva (1997) ao manifestar a intenção de que as questões por ela suscitadas, sobre o caso do objeto incorporado no Português, estimulassem novas pesquisas sobre um assunto cujos “mistérios” só a partir de então começavam a ser desvendados, parece ter evidenciado o que certamente se realizaria, em virtude da importante contribuição que sua tese traz aos estudos linguísticos, especificamente, aos estudos da transitividade verbal.

Seria possível elencar diversos motivos pelos quais escolhemos incluir essa tipologia de objetos verbais em nossa pesquisa, entretanto, dois deles já nos parecem suficientes para justificar nossa escolha. Primeiro, porque se trata de uma abordagem que prevê a participação da contraparte semântica nos estudos sintáticos e, para uma perspectiva como a que adotamos neste trabalho, que considera que a análise do fato gramatical deve se realizar por meio de uma sintaxe de base enunciativa, esse posicionamento teórico nos parece muito significativo para ser desconsiderado. Nas palavras de Saraiva (1997, p. 17), discutir o objeto incorporado representa “descrever e analisar o comportamento gramatical do **SN nu objeto em português**, considerando-o sob o prisma de suas faces sintática e semântica.” O segundo motivo encontra sustentação no fato de que o objeto incorporado se efetiva como um fenômeno de grande

regularidade linguística. “A emergência da interpretação incorporada do SN nu objeto é um fenômeno sistemático em português, ou seja, é independente de conhecimentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome.” (SARAIVA, 1997, p. 68). Para comprovar essa regularidade, a autora utiliza diversos exemplos de laboratório, seguindo a lista variada de verbos, pertencentes a diferentes campos semânticos, apresentada por Whitaker Franchi (1989) e o levantamento estatístico feito por Perini (1995), com base nas possibilidades de exigência, recusa ou aceitação livre de determinadas funções sintáticas, definidas por Barros (1992, 1993).

Começamos então com a análise da seguinte tese: para nós, os objetos incorporados constituem-se como elementos lexicais participantes de predicções dirigidas. Como desdobramento dessa afirmação é possível dizer que toda incorporação de objeto se realiza em enunciações efetivadas por meio de predicções dirigidas, mas, nem toda predicção dirigida apresenta como elemento constitutivo um objeto incorporado. Sendo assim, que marcas lexicais, orgânicas, diferenciam um objeto incorporado de um objeto não-incorporado? Tomando as definições de Saraiva (1996) essa diferenciação deve ser balizada pelo par de sintagmas passíveis de ocupar o lugar sintático de objeto: *SN nu x SN pleno*. Por **SN nu** a autora entende “o SN constituído somente do nome comum (núcleo) na sua forma básica, sem marca de plural. Já o **SN pleno** refere-se a SNs constituídos do nome no singular ou plural, acompanhado de determinantes e/ou modificadores diversos.” (SARAIVA, 1997, p. 17). Como exemplo, a autora utiliza as seguintes sentenças:

(71) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

(72) Fui buscar **a minha filha** no colégio às cinco horas.

Trazendo dois exemplos já trabalhados por nós nesta pesquisa retomamos os enunciados (66) e (67) para mais uma ilustração em que temos estabelecidas predicções dirigidas com SN pleno e SN nu, respectivamente:

(66) ... Comer o Milho ou comer a Galinha que Comeu o Milho?⁶⁸

(67) ...Quem não se lembra do ditado: Papagaio come milho, periquito leva fama?
Então! Muitos, hoje em dia ainda agem como se fossem papagaios.
Fazem coisas erradas, e colocam a culpa nos outros.⁶⁹

⁶⁸ Disponível em: http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=t2k&cod=_biologia_bio30. Acesso em 07.01.2013.

⁶⁹ Disponível em: <http://lanesamaro.blogspot.com.br/2012/01/papagaio-come-milho.html>. Acesso em 12.07.12

Em relação aos traços posicionais assumidos pelos SNs plenos e nus, a pesquisadora realiza diversos testes demonstrando que, seja no processo de clivagem, topicalização ou distanciamento do verbo, esses dois tipos de sintagmas caracterizam-se de forma diversa. Assim, os SNs nus, marcadores de objetos incorporados,

ao ocuparem a posição de argumento interno do verbo, têm uma distribuição diferente da de SNs plenos: elegem a posição adjacente ao verbo como a única natural para a sua ocorrência, não manifestando a mesma autonomia de deslocamento observada com relação aos SNs plenos. (SARAIVA, 1997, p.47).

É importante que se registre que, entre os SNs nus, Saraiva (1997) detectou dois grupos de construções: aquelas caracterizadas como expressões idiomáticas, estereotipadas e aquelas que a autora denomina como produtivas. O exemplo (73) representa o primeiro tipo e o (74) ilustra o segundo:

(73) Gente, to triste, ele não me deu bola.....⁷⁰

(74)...ele lia jornal o tempo todo da aula...⁷¹

Para confrontar os dois grupos e realizar um corte no *corpus* a ser utilizado, Saraiva (1996) vale-se de um critério semântico, afirmando ser metafórica a interpretação do conjunto verbo/nome em (73) e não metafórica em (74). Ou seja, o significado de (74) “é previsível, dadas as regras semânticas existentes no português.” Já o significado de (73) “é idiossincrático, não se generaliza para outros casos.” (SARAIVA, 1997, p.18).

No que se refere ao aspecto sintático, a autora toma por base que é possível “notar a seguinte distinção no comportamento gramatical dos dois tipos de estruturas: as construções produtivas admitem com mais facilidade um contraste entre SNs objetos nus x plenos, enquanto nas expressões cristalizadas tal fato se mostra mais restrito.” (SARAIVA, 1997, p.19).

A autora ainda justifica a diferença entre os dois grupos de construção de SNs nus por meio de outros testes como o posicionamento desses itens lexicais na sentença, demonstrando os traços que marcam as expressões idiomáticas e as expressões produtivas. Todavia, entendemos que as duas diferenças sintático-semânticas reproduzidas aqui são suficientes para definirmos que nosso estudo, a exemplo daquele desenvolvido pela pesquisadora,

⁷⁰ Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20120328183439AASg0GS>. Acesso em 07.01.13

⁷¹ Disponível em: http://www.apontador.com.br/local/rs/cachoeirinha/auto_escolas/C405956228424N4247/cfc_ritter.html. Acesso em 07.01.13.

também tomará como fonte de discussão apenas os SNs nus formados por expressões produtivas da língua.

Assim, a definição de que os objetos incorporados se realizam por meio de SNs nus demonstra em que arcabouço sintático se fundamenta esse tipo de incorporação em Português. Passemos, agora, a descrever qual funcionamento semântico assume esse fato gramatical.

Para Saraiva (1996), o conjunto de traços que caracterizam o nome na posição de objeto incorporado ao verbo pode ser definido da seguinte forma: [- I, - M, - Pr]. No conjunto anterior, I deve ser lido como o princípio da Identificabilidade, ou seja, a identidade do nome em questão, não pode ser averiguada, uma vez que há um sinal de negação precedendo o traço. Isso pressupõe que não é “possível discriminar um subconjunto em particular do conjunto total dos membros constitutivos dessa classe” de nome (SARAIVA, 1997, p. 33). Quanto à marcação [- M], o que se quer é demonstrar que, no caso de objeto incorporado, não há foco nos membros integrantes de determinada classe. Ao explicar esse fato, Saraiva, utilizando o exemplo (1), aqui já citado diz que

na verdade, no exemplo em pauta, não interessa se o falante buscou um menino apenas, uma menina e um menino, vários meninos e meninas, etc. Em quaisquer dessas circunstâncias, continuaria sendo apropriado o uso da referida estrutura, uma vez que...focaliza-se **o que foi feito** – o evento – e não a entidade **menino**. (SARAIVA, 1997, p. 49).

No que se refere ao traço [- Pr], é demonstrado, por meio de inúmeros exemplos que “o objeto representado por SN nu não é recuperável, no texto subsequente, por **pronome pessoal (nominativo ou acusativo) de mesmo gênero e número do SN**”. (SARAIVA, 1997, p. 55). Essa afirmação, em consonância com a marcação [- M] traz o desdobramento analítico de que SNs nus não são capazes de codificar participantes do discurso. Isso decorre do fato de que “para que um elemento seja interpretado como tópico do discurso é necessário que se continue a falar dele no texto ulterior, que ele seja passível de retomadas...” (SARAIVA, 1997, p.55-56) e ainda é necessário que ele destaque os membros constitutivos de sua classe, devendo ser marcando portanto como [+ M, +Pr], ao invés de [- M, -Pr].

Pelo exposto, as sentenças grifadas no exemplo (75) representam predicções dirigidas, cujos lugares de objeto encontram-se ocupados por SN nus que se caracterizam como objetos incorporados ao verbo:

(75)Sou destro, mas tenho boa coordenação com lado esquerdo por causa dos anos de boxe. Volta e meia eu gosto de fazer coisas com a mão esquerda, como escovar dente, pentear cabelo e etc, pois parece que dá uma sensação gostosa no corpo.⁷²

O que podemos perceber é que há uma íntima associação entre o nome e o verbo. Associação essa efetivada de tal forma a ponto de que verbo e nome componham um só bloco, organizado em torno de um todo semântico. Assim, *escovar dente* e *pentear cabelo*, ainda que não representem um único item léxico, não podem ser lidos sem que se leve em conta que eles constituem uma unidade de incorporação semântica. Há casos, inclusive, apresentados por Saraiva (1997, p. 78-79), em que o conjunto Verbo + SN nu expressa um tipo de ação capaz de ser captado pela verbalização do nome. Assim,

(76)Estes meninos estão sempre acertando pedra nos transeuntes.

(77)Zeca colocou adubo nas minhas plantas.

(78)Pedrinho pôs etiqueta em todos os seus cadernos.

podem ser reescritas, respectivamente, pelas sentenças:

(76a) Estes meninos estão sempre apedrejando os transeuntes.

(77a) Zeca adubou as minhas plantas.

(78a) Pedrinho etiquetou todos os seus cadernos.

Essa é, portanto, na proposta da autora, uma evidência a favor de que o objeto seja lido, nesses casos, como um item lexical incorporado ao verbo.

Por tudo que descrevemos até aqui, não há como ignorar a importância de tomarmos as predicções constituídas por SN nus, marcadores de objetos incorporados, na arquitetura do contínuo de predicção dirigida que iniciamos nesta pesquisa anteriormente.

Sendo assim, com a finalidade de ampliar os níveis de predicção dirigida expressos no contínuo descrito pela Figura 11:

⁷²Disponível em: <http://forum.portaldovt.com.br/forum/index.php?showtopic=137929>. Acesso em 08.01.13.

Nos três exemplos que selecionamos para discutir, estamos diante de predicacões dirigidas que têm como participante o verbo *comer*, ou seja, estamos diante de sentenças em que os lugares de objetos projetados pelo verbo *comer*, foram ocupados, respectivamente, pelos itens lexicais *carne* e *a carne*. Entretanto, como podemos perceber, essas predicacões dirigidas não se efetivam em torno do mesmo domínio referencial.

Em (79a), ocorre um caso de objeto incorporado, cujas características vimos delimitando até aqui. Ao se realizar a pergunta *Comer carne faz bem?* a dúvida que se quer pôr em cena focaliza o evento constituído por V (comer) + SN nu (*carne*). Assim, não interessa saber se *doad sangue/roubar manga/pedir esmola faz bem*. O desejo de resposta recai sobre uma modalidade de ação específica representada pelo bloco semântico *comer carne*.

Já em (79b), como explicamos anteriormente, a formação nominal *a carne* funciona como uma âncora que recorta o domínio de referência responsável pelos efeitos de sentido que se manifestam no lugar sintático de objeto do verbo *comer*. É interessante perceber que mesmo especificando o campo referencial do lugar sintático que ocupa, essa formação nominal abre possibilidades de ampliação de sentido, uma vez que se consubstancia por meio da multireferenciação (*a carne* = parte mole e comestível do corpo de certos animais e/ou *a carne* = corpo no sentido sexual). Assim, o nível da predicacão dirigida em (79b) é, em nossa perspectiva, mais elevado do que em (79a), uma vez que a constituicão referencial do item *a carne*, mesmo que de forma fluída por ancorar-se em dois domínios de memória distintos, se realiza de forma mais evidente do que a do elemento *carne* em *Comer carne faz bem?*

Analisemos agora a sentença (79c). O que acontece com a formação nominal *a carne*, como elemento léxico que se materializa no lugar sintático de objeto do verbo *comer*, é que esse elemento quebra a multiancoragem estabelecida em (79b) e imprime ao enunciado *Comer a carne seria perfeitamente aceitável* uma única direçã argumentativa em que se estabelece como referência para *a carne* apenas o efeito de sentido de alimento biológico. Sendo assim, é possível afirmarmos que (79c) localiza-se na escala de predicacão dirigida em um nível ainda mais alto do que (79a) e (79b), uma vez que no lugar sintático de objeto de (79c) há uma referência muito mais pontual do que aquelas apresentadas nas outras sentenças.

Sendo assim, um novo contínuo de predicacão dirigida passa a ser possível, uma vez que naquele apresentado pela Figura 11, apenas dois níveis de predicacão foram levados em conta: o nível de predicacão dirigida alta e o nível de predicacão dirigida baixa.

(79) Comer carne faz bem?

Onde se ganha o pão não se come a carne. A menos que você trabalhe de garçom numa churrascaria rodízio. Nesse caso, comer a carne seria perfeitamente aceitável.

ou se é discutida como participante de acontecimentos enunciativos distintos, conforme demonstrado em (66) e (67)

(66) ... Comer o Milho ou a Galinha que Comeu o Milho?⁷⁴

(67) ...Quem não se lembra do ditado: Papagaio come milho, periquito leva fama? Então! Muitos, hoje em dia ainda agem como se fossem papagaios. Fazem coisas erradas, e colocam a culpa nos outros.⁷⁵

O que é claramente determinante para a proposta de um contínuo de predicação dirigida, a exemplo do que demonstraremos na predicação centrada, é que devemos levar em conta que a transitividade verbal se efetiva por meio de dois planos que se entrecruzam: o plano das formas e o plano do enunciável.

4.2 Outro ponto do contínuo: a predicação centrada e seus níveis de ocupação

De acordo com o que expusemos no capítulo anterior acerca da predicação centrada, entendemos esse tipo de predicação como uma construção enunciativa que orienta para o verbo a direção do sentido e que, portanto, não produz a necessidade de uma ocupação explícita do lugar sintático de objeto.

Entretanto, conforme explicitado também, a esse movimento que a língua realiza quando projeta um lugar sintático não-ocupado organicamente no enunciado nomearemos como silêncio sintático, que não se constitui, em nosso fundamento teórico, como a falta linguística. Isso nos leva a afirmar que o silêncio sintático não se constitui como o nada. “Silêncio não é o vazio, o sem-sentido.” (ORLANDI, 1995, p.70). Tampouco ele deve ser visto como o senhor absoluto da significação. “O silêncio não é, pois, em nossa perspectiva, o ‘tudo’ da linguagem.” (ORLANDI, 1995, p.23). Trata-se, antes, de um lugar que garante o “movimento dos sentidos.” (ORLANDI, 1995, p.23).

⁷⁴ Disponível em: http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=t2k&cod=_biologia_bio30. Acesso em 07.01.13.

⁷⁵ Disponível em: <http://lanesamaro.blogspot.com.br/2012/01/papagaio-come-milho.html>. Acesso em 12.07.12.

Dessa forma, alguns questionamentos emergem das duas afirmações defendidas nos parágrafos anteriores: a) Se o silêncio sintático não pode ser marcado como um reservatório de dizeres tampouco pode apresentar um *status* de esvaziamento de sentido, qual a participação dos elementos fundantes do acontecimento enunciativo nessa delimitação referencial? b) O domínio referencial da predicação centrada, a exemplo do que ilustramos na predicação dirigida, também se apresenta de forma gradiente e escalar? c) Qual a influência dessa (não) ocupação do lugar sintático de objeto na construção temática e na progressão textual? Essas e outras questões adjacentes constituirão o alvo do que analisaremos a partir de agora nos próximos itens sobre predicação centrada.

4.2.1 A influência da cena enunciativa e de outros fundamentos da semântica da enunciação na (não) ocupação do lugar sintático de objeto

Com base na construção teórica que vimos tecendo, utilizaremos para análise dos enunciados que se seguirão duas modalidades de amplitude referencial postuladas por Dias (2012): a retrospecção e a prospecção.

Para o autor, a retrospecção referencial está ligada a um alto nível de definitude, no que se refere às formações nominais propensas a ocupar o lugar sintático de objeto projetado em certo enunciado. Já a prospecção se refere à atualização de uma virtualidade referencial.

Retomemos o exemplo (27) para explicarmos melhor o que entendemos por retrospecção e prospecção e quais parâmetros contornam essas modalidades referenciais de ocupação do lugar sintático de objeto.

(27) FIGURA 1 - Propaganda UNIMED/BH



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google⁷⁶

(28) A vida é curta.

(29) Alongue.

(30) Aos 8 anos, eu me esticava para pegar frutas no pé.

(31) Aos 36, continuo adorando frutas depois do alongamento.

(32) A vida é curta. Alongue a vida.

(33) A vida é curta. Alongue o corpo.

(34) A vida é curta. Alongue o corpo, [para alongar] a vida.

Os enunciados (28) a (34) compõem a cena enunciativa criada por ocasião do anúncio publicitário da UNIMED/BH. Como podemos perceber, a sentença (29) compõe-se por meio de uma predicação centrada que, tomando por base o que produzimos em (32) e (33), pode ter um domínio referencial ampliado em sua constituição.

Vale observarmos, entretanto, que em (32) - *A vida é curta. Alongue a vida.* - a ocupação do lugar sintático de objeto foi instalada por um movimento de retrospecção e ancorou-se na

⁷⁶ Disponível em: <http://www3.propmark.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=54755&sid=7>. Acesso em 12.02.09.

formação nominal que ocupa o lugar de sujeito de (28) - *A vida é curta*. Assim, podemos dizer que em (32) há uma força de retrospecção, que capta a referência em (28), e cria o fenômeno tradicionalmente conhecido como elipse. Caso queira ocupar o lugar objeto, usa-se o pronome oblíquo *a*, numa variante linguística formal, ou *ela*, numa variante informal.

Fato distinto acontece em (33) - *A vida é curta. Alongue o corpo*. A cena em construção traz uma atualidade temática quando coloca em foco os dizeres (30) - *Aos 8 anos, eu me esticava para pegar frutas no pé* - e (31) - *Aos 36, continuo adorando frutas depois do alongamento*. -, que ganham em pertinência semântica por se tratar de uma propaganda voltada à saúde e, portanto, à valorização do corpo. Entretanto, ocupar o lugar sintático de objeto do verbo *alongar* com a formação nominal *o corpo* não se trata de realizar um processo de retrospecção, conforme aqui já especificado. Afinal, o que se põe em causa para se produzir esse efeito de sentido é a relação entre traços de memória que são acionados em uma atualidade de uso; relação essa pontuada, seja pelos elementos verbais (*esticava, alongamento*), seja pelas marcas não verbais (*peças alongando o corpo*) do enunciado (27). Dessa forma, na relação entre memória e atualidade, a enunciação atualiza a formulação como um todo e produz prospecções de referência nos espaços de memória em que circula essa formulação. Esse fato nos permite pressupor, inclusive, a reorganização de (28) - *A vida é curta*. - e (29) - *Alongue* - e, num movimento de retrospecção e prospecção, que se processam concomitantemente, propor para (27), um efeito de sentido sintético que poderia ser consubstanciado em (34) - *A vida é curta. Alongue o corpo, [para alongar] a vida*.

Quando percebemos o agenciamento da cena enunciativa como forma de imprimir direção de sentido à ocupação de lugar sintático de objeto, entendemos que a saturação desse lugar é marcada pelo simbólico, pelo histórico, e, ao mesmo tempo, pelo orgânico, que, em convergência autorizam que o dizer, mesmo sob a influência do deslocamento e do equívoco, não produza efeitos aleatoriamente.

Para darmos continuidade à análise, utilizemos agora outro exemplo produzido pela mesma empresa - *Lápis Raro: Agência de Comunicação* - como peça publicitária da mesma campanha para a UNIMED/BH.⁷⁷

⁷⁷ “Explorando o conceito ‘O tempo passa. Os motivos para viver, não’, a ... campanha da Unimed BH mostra que a saúde é o melhor aliado para a passagem do tempo... Compondo a estratégia da campanha, anúncios foram criados dentro da mesma linha, além de peças para rádio e mídia exterior.” Disponível em: <http://www.lapisraro.com.br/blog/2009/09/campanha-unimed-bh-a-vida-passa>. Acesso em: 12/07/12.

(80) FIGURA 13 – Propaganda UNIMED/BH



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google⁷⁸

(81) A vida é bela.

(82) Aprecie.

(83) Aos 25 anos, sonhava em acordar ao lado dela.

(84) Aos 75, quando acordo, acho que continuo sonhando.

(85) A vida é bela. Aprecie a vida.

(86) A vida é bela. Aprecie

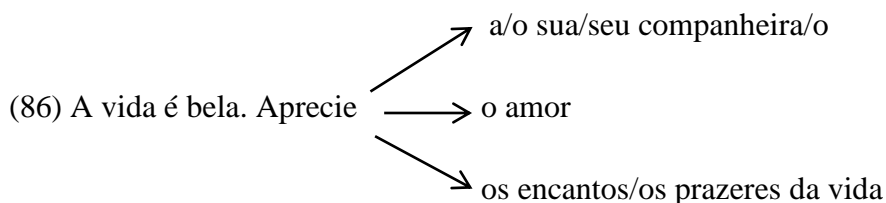
- ela/ele (a/o sua/seu companheira/o)
- o amor
- os encantos da vida

⁷⁸ Disponível em: <http://www.lapisraro.com.br/blog/2009/09/campanha-unimed-bh-a-vida-passa/>. Acesso em 15.07.12.

Uma análise muito próxima da realizada em (27) pode ser efetivada em (80). Mais uma vez o enunciado (82) – *Aprécie*. - é construído em torno de uma predicação centrada. Sendo assim, o verbo *apreciar* manifesta-se sem que haja um objeto integralizando o predicado de que essa forma verbal participa. Entretanto, parece que não há como negar a necessidade de que uma ocupação virtual aconteça para que o enunciado ganhe efeito de completude.

No que se refere à possibilidade de ocupação, sugerida por nós em (85) - *A vida é bela. Aprécie a vida*. -, a explicação a ser dada é a mesma que veiculamos em (32) - *A vida é curta. Alongue a vida*. -. Temos também aí configurado um movimento de retrospecção que possibilita ao enunciado *A vida é bela. Aprécie a vida* realizar um processo de retomada, por elipse, do sujeito de (81) – *a vida* – para a ocupação do lugar sintático de objeto de (82) - *Aprécie*.

Quanto ao processo de prospecção, o entendemos de forma também muito próxima de (27). No entanto, conseguimos vislumbrar algumas nuances que o diferenciam daquele e que merecem análises para entendermos melhor esse tipo de predicação. Ao tentarmos ocupar o lugar sintático de objeto em (82), levando em conta uma ação prospectiva, nos deparamos com uma associação enunciativa menos pontual do que aquela produzida em (12), com o verbo *alongar* - *A vida é curta. Alongue o corpo*. O que acontece em (86)



é uma ampliação do domínio de referência desse lugar. Interessante é observarmos que estamos diante de uma cena enunciativa muito próxima da que analisamos em (27). Ou seja, criando uma linha do tempo, em que os motivos para viver são sempre os mesmos – o amor, os ideais, os desafios, embora se manifestem de forma diferente em cada uma destas fases da vida - a propaganda tenta mostrar que “O tempo passa. Os motivos para viver não” e convida cada pessoa a assumir o compromisso de se cuidar, fortalecendo atitudes alinhadas com o objetivo de ter saúde sempre. Sendo assim, por que a abertura no domínio de ocupação desse lugar sintático projetado no enunciado (82) se a prospecção que foi produzida em (12) nos pareceu tão mais definida? Nossa tese é a de que os outros constituintes da cena (80) são menos explícitos no que se refere à constituição desse escopo referencial do que aqueles que constituíram (27). Expliquemos melhor. Se tomarmos como fundamento de análise o

enunciado (83) - *Aos 25 anos, sonhava em acordar ao lado dela* -, encontraremos o pronome d(ela) que traz a perspectiva de que apreciemos uma/um companheira/o. Entretanto, esse primeiro efeito de sentido orienta para que a constituição referencial dessa companhia se amplie, de modo a pensarmos que é necessário apreciar, numa abrangência maior, *o amor*, ou ainda, *os encantos* e *os prazeres* (o recurso não verbal dos senhores estarem numa praia explicita esse fato) que essa companhia proporciona. Isso acontece porque *companhia/amor/prazer* formam entre si uma teia referencial como uma construção semântica que se produz historicamente. Portanto, esse efeito de apontamento “está configurado por um entrecruzamento de sentidos constituído pelo histórico de enunciações anteriores desses elementos, cabendo ao presente da enunciação fazer os recortes nessa malha de sentidos para a constituição de um referente particular.” (DIAS; LACERDA, 2010, p.125). Ou, na nossa perspectiva, cabendo ao presente da enunciação deixar vazio esse espaço para que convivam, concomitantemente, num processo de fluidez de significação, todos os efeitos de sentido validados pela cena enunciativa em ato.

Diante do exposto, defendemos a tese de que em (82) – *Aprecie* - estamos diante de uma força de prospeção maior do que a que verificamos em (29) – *Alongue*.

Observemos agora o que ocorre na terceira propaganda da campanha

(87) FIGURA 14 – Propaganda UNIMED/BH



Fonte: Propaganda obtida por meio do Google

(88) A vida é rápida.

(89) Corra.

Outra predicação centrada está em causa em (89). Todavia, agora, a ocupação do lugar sintático de objeto projetado pelo verbo *correr* não encontra sustentação para ser ocupado nem por meio de um movimento de retrospecção, tampouco por uma tentativa de prospecção. Uma explicação que contempla esse fato, para nós, se distancia daquela que considera que é da natureza do verbo *correr* não se realizar na presença de um objeto, sendo, portanto, intransitivo. Como soma às análises que já procedemos nesse trabalho sobre esse fato, observemos o que ocorre com esse verbo no acontecimento enunciativo que segue:

(90) Anderson Henriques correu a prova em 45s92. Ouro foi para costarriquenho

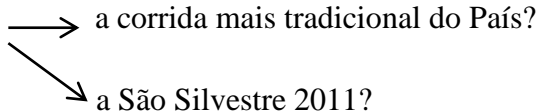
A vitória ficou com o costarriquenho Nere Cardenas, que completou o percurso em 44s65. O dominicano Luguelin Aquino (44s71) faturou a prata, enquanto Ramon Samuel Miller (45s01), das Bahamas levou o bronze.⁷⁹

Nessa cena, a forma verbal *correu* participa de uma predicação dirigida, sendo, portanto, possível ocupar o lugar sintático de objeto por ela projetado com a formação nominal *a prova em 45s92*.

O exemplo (91) demonstra também ser perfeitamente possível que, mesmo em uma predicação centrada, o lugar sintático de objeto seja ocupado em um processo de retrospecção por uma formação nominal integrante da cena enunciativa.

(91) Ao todo foram 25 mil inscritos para a corrida mais tradicional do País, realizada no último dia do ano, dia do santo que dá nome à prova. A São Silvestre 2011 teve a largada geral pouco antes das 17h30 de 31 de dezembro e foi realizada sob forte chuva na capital paulista.

O percurso em 2011 foi alvo de polêmica ao romper com a tradição da prova, abolindo a chegada na Avenida Paulista e transferindo-a para o Obelisco do Ibirapuera. A mudança gerou diferentes opiniões dos participantes. E você, correu? Ache a sua foto!⁸⁰

(92) E você, correu 

⁷⁹ Disponível em: http://acritica.uol.com.br/craque/Anderson-Henriques-correu-Ouro-costarriquenho_0_579542739.html. Acesso em 20.07.2012.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.webrun.com.br/corridasderua/n/confira-suas-fotos-na-sao-silvestre/13137>. Acesso em 12.08.12.

Ou seja, (92) manifesta-se com possível formação nominal objeto, constituindo o domínio referencial da predicação expressa naquele enunciado.

Essas explicações nos levam a postular que o verbo correr em (89), mesmo projetando o lugar sintático de objeto, encontra-se em um movimento de prospecção tão baixo que sozinho constitui a predicação de que participa. Esse fato possibilita que haja um afastamento do campo de enunciação instaurado entre (88)-(89) muito maior do que os distanciamentos produzidos entre (28)-(29) e (81)-(82).

Tentemos simular uma situação em que novamente se instale o fenômeno linguístico que estamos tentando explicitar, de modo a atribuir mais evidência à nossa proposta de análise. A partir do exemplo (92), criaremos possíveis interlocutores para a questão levantada:

(92a) E você correu a São Silvestre?

(92b) Eu sempre corro essa prova.

(92c) Ele correu mesmo que a distância fosse longa. [Ele correu *essa prova*].

(92d) Desde que o conheço ele é assim, corre todos os dias para se preparar fisicamente.

(92e) É preciso cuidado pra não exagerar. Já diz o ditado quem corre cansa, quem anda alcança.

Temos em (92a), a instalação da cena enunciativa sustentada pelo lugar sintático de objeto projetado pelo verbo *correr*. Dessa forma, a cena se instala por meio da formação nominal *a São Silvestre*. Trata-se, portanto, de um lugar que não é afetado nem pela retrospecção e nem pela prospecção. A predicação que se efetiva em A, é, portanto, uma predicação dirigida.

Em (92b), novamente vemos configurado o modo de enunciação especificador, em que uma força de retrospecção satura o lugar sintático de objeto por meio de uma substituição lexical.

Já em (92c), (92d) e (92e) se organizam em torno de predicações centradas. Entretanto, o nível de centramento dessas predicações é claramente distinto. Vejamos.

Em (92c), temos uma predicação centrada que foge da regularidade que esse tipo de predicação apresenta no que se refere a constituir modos de enunciação genéricos, uma vez que o nível de centramento apresentado por essa forma verbal é tão baixo que imediatamente dirige, por elipse, a ocupação do lugar sintático de objeto para as formações nominais *São*

Silvestre ou *essa prova*, tornando específico esse modo de enunciação. O motivo pelo qual classificamos essa predicação como sendo uma predicação centrada justifica-se, conforme mencionado no capítulo anterior, por que consideramos predicação dirigida aquela que se realiza com um efeito de completude orientado para um objeto marcado organicamente na sentença, ou seja, quando ocorre uma lexicalização do lugar sintático de objeto projetado na sentença em análise.

Ao analisarmos (92d) e (92e) percebemos que o modo de enunciação genérico ganha mobilidade de acontecimento, uma vez que se perde a definitude referencial da construção temática posta em cena. Mas, ainda assim, há uma variação no nível de generalização impresso pela predicação centrada que constitui cada um dos enunciados.

Em (92d), um domínio referencial ancorado em formações nominais retrospectivas (*São Silvestre* e *essa prova*) “traz diretamente uma anterioridade imediata ou remota como espaço de memória movido por uma atualidade na construção temática.” (DIAS, 2012, p.5). Dito de outra forma, não podemos imaginar que *ele... corra [a São Silvestre] todos os dias, para se preparar fisicamente*. Mas, não podemos negar que a formação nominal *a São Silvestre*, funciona como âncora para que haja uma abertura referencial e expressões como *2000 metros, vinte quarteirões, a pista de treino do clube*, por exemplo, possam ocupar o lugar objeto do verbo *correr* em (92d). Sendo assim, o nível de centramento de (92d) - *Desde que o conheço ele é assim, corre todos os dias para se preparar fisicamente* -, diferencia-se de (92c) - *Ele correu mesmo que a distância fosse longa. [Ele correu essa prova]*. - não apenas por marcar a realização de um modo de enunciação genérico, mas também por apresentar uma ocupação do lugar sintático de objeto muito mais abrangente no que se refere à amplitude referencial que possibilita.

Quando voltamos nosso olhar para (92e), percebemos, então, que o nível de centramento é altíssimo, uma vez que a capacidade de generalização desse modo de enunciar pressupõe um alargamento considerável no escopo referencial daquele enunciado. Dessa forma,

a cena se fecha numa construção temática que explora a própria capacidade de virtualização da referência. [...] Por isso, há uma tendência em se abordarem enunciados assim configurados como enunciados proverbiais, de tamanho curto, permitindo repetidas atualizações, com inúmeras possibilidades prospectivas. (DIAS, 2012, p.5).

A exemplo do que propusemos na predicação dirigida, podemos construir um contínuo da predicação centrada, englobando os enunciados de (92c), (92d) e (92e), em relação ao modo

sintático de objeto por ele projetado mobiliza-se para abrigar ocorrências referenciais que se constroem por meio de relações de sentido estabelecidas pelo dizer em cena.

Assim, o sentido de uma palavra se configura na relação que essa palavra mantém com outra no acontecimento enunciativo. Isso significa que atribuir um nível de centramento baixo para o verbo *alongar* em (34) – *A vida é curta. Alongue o corpo.* – só foi possível pela relação imediata que *corpo* mantém com outras palavras impressas na cena como *esticava* e *alongamento*. Já, classificar o verbo *correr*, em (92e), como apresentando um alto nível de centramento encontra justificativa no fato de que o nível de prospecção produzido pelo enunciado – *É preciso cuidado pra não exagerar. Já diz o ditado quem corre cansa, quem anda alcança.* – reclama relações de apontamento com a memória muito menores do que aquelas produzidas em (92d) – *Desde que o conheço ele é assim, corre todos os dias para se preparar fisicamente.* – que classificamos como predicação centrada média.

Talvez possamos explicar melhor a força dos fatores enunciativos na ocupação do lugar sintático de objeto, constitutivos de predicação centrada, levando em consideração duas mensagens de celular – SMS – que tragam as seguintes informações:

(93) Mamãe caiu. Venha.

(94) Mamãe precisa. Traga.

Em (93), “temos aquilo que estamos designando como texto mínimo. No texto mínimo, uma cena se abre, se desenvolve e se fecha num espaço condensado, sem relação de complementariedade ou continuidade e sem apontamento de cenas anteriores.” (DIAS, 2012, p.8). Se pensarmos que a constituição do sentido se dá no acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2007) as formas verbais *cair* e *vir* encontram na cena produzida em (93) sustentação para participarem de uma predicação centrada com alto nível de centramento. E, se pensarmos, por meio de apontamentos de memória, no cerne das regularidades gramaticais que dão suporte para as ocorrências de *cair* e *vir*, veremos que é profícua essa manifestação – com centramento alto – em cenas enunciativas com o mesmo teor de significação de (93).

Entretanto, em (94), fato contrário acontece. As formas verbais *precisar* e *trazer*, vêm marcadas por regularidades que as desautorizam de participar de textos mínimos como o descrito em (93). É notório o apontamento a cenas anteriores, no que se refere à utilização dessas formas verbais. Logo, forças de retrospectiva – consubstanciadas em elementos da cena

em ato – ou de prospecção – ancoradas em acontecimentos enunciativos sócio-historicamente construídos – são requeridas para que o efeito de completude de sentido se estabeleça.

Por tudo isso, defendemos a tese de que a cena enunciativa orienta a ocupação de lugar sintático de objeto. Ou seja, o agenciamento presente na cena enunciativa revela, em concomitância com os traços de memória por ele suscitados, o nível de amplitude referencial da(s) formação(ões) nominal(is) passível(is) de saturar o lugar sintático de objeto projetado pelos verbos. Afinal, entendemos que todo dizer, por estar configurado sócio-historicamente no acontecimento enunciativo, não pode receber o *status* de vazio e de sem sentido.

4.2.2 A (não) ocupação do lugar sintático de objeto e a repercussão desse fenômeno linguístico na construção temática e na progressão textual

Podemos começar a esboçar um fundamento para análise que pretendemos empreender nesse tópico, retomando a ideia que orienta nossas discussões de que a sentença só adquire unidade porque seus elementos contraem articulações, regularmente marcadas na língua, e passam por ajustamentos – às vezes orientados por deslocamentos e equívocos - de modo a formar um todo enunciativo. Entretanto, essas articulações só ganham mobilidade de sentido no momento em que há uma filiação desses componentes sentenciais a uma memória do dizer. Assim,

a sentença é a face regular da unidade configurada como enunciado. Como tal, ela detém uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato. O enunciado se beneficia dessa relativa estabilidade dos lugares sintáticos. Na perspectiva que estamos desenvolvendo, o olhar sobre a sentença não pode se desvincular do olhar sobre esse ponto de contato. (DIAS, 2009, p.13).

Nesse caso, cabe a nós tentar entender de que forma um lugar sintático, como o lugar sintático de objeto verbal, não ocupado organicamente na sentença, por meio de uma predicação centrada, pode contrair articulação, de modo a possibilitar que o acontecimento constitua efeitos de sentidos filiados à progressão textual.

Antes de caminharmos para a análise dos dados que serão utilizados como ilustração de nossa perspectiva, é importante dizer que, assim como postulam os estudos sobre Linguística Textual, também trabalhamos com a prerrogativa, inquestionável a nosso ver, de que é

fundamental que um texto se configure em torno da progressão temática. Na verdade, podemos dizer, de maneira bastante despretensiosa, que, tradicionalmente, a progressão temática é o processo pelo qual o texto se constrói. Essa construção acontece por meio das relações de (re)formulação referencial, a partir da ambientação de já-ditos apresentados no texto. E, para nós, o lugar sintático de objeto é o lugar que possibilita a progressão textual.

Ora, uma abordagem que considere, portanto, a não ocupação do lugar sintático de objeto como uma posição nula, ou que perceba esse lugar como inexistente na construção da sentença, ainda que também concordasse com o postulado que ora defendemos de que o espaço da predicação é aquele que abriga um dizer novo acerca do tema construído no texto, dificilmente teria argumentos para, diante de uma forma verbal que não apresente o lugar sintático de objeto lexicalizado, dizer que houve aí uma progressão temática.

Vejamos um exemplo do que estamos discutindo sobre articulação sintática e progressão textual, no que se refere à não ocupação do lugar sintático de objeto.

(95) Bolo de milho e queijo

Ingredientes

- 1 xícara (chá) de farinha de milho em flocos
- 1 xícara (chá) de açúcar
- 1 xícara (chá) de leite
- 1 xícara (chá) de queijo prato picado
- 1/2 xícara (chá) de óleo
- 3 ovos
- 2 colheres (sopa) de coco ralado
- 1 colher (sopa) de fermento em pó
- Açúcar de confeitiro para polvilhar

Modo de preparo

1. Aqueça o forno a 180°C.
2. Bata todos os ingredientes no liquidificador.
3. Despeje numa fôrma de 22 cm de diâmetro untada e polvilhada com fubá.
4. Leve para assar por cerca de 40 minutos. Deixe esfriar e desenforme.
5. Leve à geladeira e, ao servir, polvilhe com açúcar de confeitiro.⁸¹

⁸¹ Disponível em: <http://mdemulher.abril.com.br/culinaria/receitas/receita-de-bolo-milho-queijo-518282.shtml>. Acesso em 25/07/12.

Nessa receita de bolo, tomemos como interesse de nossa análise as sentenças de 1 a 5, enumeradas, na seguinte ordem:

(96) Aqueça o forno a 180°C.

(97) Bata todos os ingredientes no liquidificador.

(98) Despeje numa fôrma de 22cm de diâmetro untada e polvilhada com fubá.

(99) Leve para assar por cerca de 40 minutos.

(100) Deixe esfriar e desenforme.

(101) Leve à geladeira e, ao servir, polvilhe com açúcar de confeiteiro.

O que percebemos nas sentenças (96) e (97) é que elas se organizam em torno da predicação dirigida. Assim, temos uma pontualidade referencial registrada pelas formações nominais *o forno* e *todos os ingredientes* – ocupantes do lugar sintático de objeto, que possibilita à cena enunciativa, marcado sob o gênero receita de bolo, ter uma especificidade no que se refere ao desenvolvimento temático do seu modo de preparo. Dessa forma, a regularidade sintática apresenta uma relação direta e definida com o percurso temático instaurado na enunciação.

Ao caminharmos para a análise das sentenças (98) e (99) percebemos que agora há uma quebra nas regularidades articulatórias que regem o lugar sintático de objeto dos verbos *despejar* e *levar*. Ou seja, não há um processo de lexicalização de uma formação nominal que ocupe explicitamente esse lugar sintático. Mas, seguindo a perspectiva que propomos não podemos imaginar que esse fato indique um hiato na progressão referencial, tampouco podemos imaginar que essa ocupação se dê em nível de elipse em que a formação nominal *todos os ingredientes* possa ser novamente posta em cena num processo de retomada referencial. Não se trata, por exemplo, de que (98) e (99) possam ter suas predicções assim integralizadas:

(102) Despeje [todos os ingredientes] numa fôrma de 22cm de diâmetro untada e polvilhada com fubá.

(103) Leve [todos os ingredientes] para assar por cerca de 40 minutos.

É preciso, antes, que o lugar sintático de objeto dessas formas verbais se abra para abrigar um domínio referencial ao mesmo tempo recorrente e singular, a partir de formulações que se

sustentam em um dizer atual e se ancorem em um apontamento de memória, para significar. Nesse sentido, uma possibilidade de ocupação a ser configurada na cena enunciativa que se constitui em (95) poderia ser verificada em (104) e (105), por exemplo:

(104) Despeje [a massa] numa fôrma de 22cm de diâmetro untada e polvilhada com fubá.

(105) Leve [a massa] para assar por cerca de 40 minutos.

Ao ocuparmos as sentenças (104) e (105) com *a massa*, realizamos, conforme já teorizado neste trabalho, um exercício de apontamento (*pointage*) e não apenas jogo de articulação material entre os elementos linguísticos (*liage*).

Se observarmos agora as sentenças (100) - *Deixe esfriar e desenforme* - e (101) - *Leve à geladeira e, ao servir, polvilhe com açúcar de confeitiro* -, fato semelhante acontece. Percebemos que o texto continua mantendo a progressão temática, ainda que esse percurso não se concretize apenas na dimensão formal. Dito de outra forma, a articulação sintática dos componentes sentenciais, por si só, não garante essa progressão, uma vez que nem a formação nominal *todos os ingredientes*, nem a expressão *a massa* apresentam traços referenciais capazes de sugerir o efeito de sentido que o enunciado suscita. Assim, (100) e (101) poderiam ser assim integralizadas:

(106) Deixe [o bolo] esfriar e desenforme [o bolo/o].

(107) Leve [o bolo] à geladeira e, ao servir [o bolo/ lo], polvilhe [o bolo/o] com açúcar de confeitiro.

Vale ressaltar que, diferente do que ocorre em (98) - *Despeje numa fôrma de 22cm de diâmetro untada e polvilhada com fubá*. - e (99) - *Leve para assar por cerca de 40 minutos*-, quando foi exigida uma força de prospecção para que ocupássemos os lugares sintáticos de objeto dos verbos *despejar* e *levar* com a formação nominal *a massa*; em (100) - *Deixe esfriar e desenforme* - e (101) - *Leve à geladeira e, ao servir, polvilhe com açúcar de confeitiro* - podemos perceber que uma força de retrospecção orientou a ocupação desses mesmos lugares projetados pelos verbos *deixar*, *desenformar*, *levar*, *servir* e *polvilhar*, uma vez que o título da receita compõe-se do recorte referencial que orienta essa ocupação: *bolo de milho e queijo*.

Entretanto, independente da ação de movimentos prospectivos ou retrospectivos, o que queremos demonstrar é que nesse texto ocorre uma perfeita construção temática que progride sem estranhamentos, ainda que muitos dos seus componentes sintáticos, marcadores dos

lugares de objeto, não venham explicitados organicamente na sentença e tenham que ser submetidos a um processo de (re)construção referencial. “Em outras palavras, temos, de um lado, formações simbólicas não projetadas nas unidades e nas formas articuladas; de outro, formas articuladas que projetam formações simbólicas dispersas...” (DIAS, 2007b, p.193).

Em (98), (99), (100) e (101) estamos diante de predicções de centramento baixo, uma vez que, segundo a tese que defendemos no contínuo aqui apresentado, as predicções de que participam as formas verbais integrantes dos pares sentenciais (98)/(99), (100)/(101), praticamente dirigem os lugares de objeto por elas projetados a serem ocupados com as formações nominais *a massa* e *o bolo*, respectivamente, por meio das forças de prospecção e retrospecção.

Entendemos que essa análise que ora realizamos só ganha possibilidade de efetivação se observamos o lugar sintático de objeto sob o ponto de vista do que Milner (1989) chama de *site*, definição já exposta aqui, afinal apenas um lugar sintático qualificado abre-se para a prerrogativa de que é possível que uma articulação sintática se estabeleça mesmo à deriva da localização de um item lexical na sentença.

O que vimos marcado em (97), (98), (99), (100) e (101) foi uma aliança referencial entre as formações nominais *todos os ingredientes/a massa/o bolo* que se constitui em parte organicamente (como ocupantes explícitos ou virtuais de um lugar projetado pelas formas verbais), em parte enunciativamente enquanto memória de um dizer consubstanciado no acontecimento enunciativo em ato.

Temos assim uma construção enunciativa marcada por percursos temáticos que geram progressão referencial. A progressão linguística está situada, por essa via de análise, parte no campo material, parte no campo simbólico do dizer. Dessa maneira, as sentenças se constituem segundo um projeto de unidade proporcionado pelos laços articulatórios. No entanto é constitutivo da atividade enunciativa um trabalho de elaboração dos fundamentos semântico-discursivos dessas articulações.

No sentido de precisar ainda mais como a não ocupação do lugar sintático de objeto se manifesta no percurso temático e na progressão textual, observemos outro exemplo expresso em (108).

(108) FIGURA 17 – Mensagem de autoajuda



**A vida é curta, quebre as regras,
perdoe rapidamente, beije suavemente,
ame de verdade, ria sem controle, e nunca
se arrependa de algo que lhe fez sorrir...**

Fonte: Texto obtido por meio do Facebook.⁸²

(109) A vida é curta,

(110) quebre as regras,

(111) perdoe rapidamente,

(112) beije suavemente,

(113) ame de verdade,

(114) ria sem controle,

(115) e nunca se arrependa de algo que lhe fez sorrir...

Não há como negar que esse texto constrói um percurso temático por meio das sentenças (109) e (110) e mantém em progressão até o final, representado em nossa análise pela sentença (115). Entretanto, a predicação centrada que constitui as sentenças (111) a (114) não se configura em torno de um nível baixo de centramento, como o que ocorre em (95), já que a ocupação a ser realizada nos lugares sintáticos projetados pelas formas verbais *perdoar*, *beijar*, *amar* e *rir*, tem como característica um alto nível de generalização, o que expressa, em nossa análise, também um alto nível de centramento.

É interessante perceber que para o texto progredir referencialmente esse centramento elevado é fundamental já que a âncora referencial que impulsiona as outras ocupações advém do enunciado (110) que propõe quebrar *as regras*. Dito de outra forma, a formação nominal *as*

⁸² Disponível em: <http://www.facebook.com/RirMelhor>. Acesso em 25.05.2012.

regras, sustenta que as demais ocupações se virtualizem genericamente. Afinal, não há porque delimitar domínios referenciais para *perdoar*, *beijar*, *amar* e *rir* quando o que está posto em cena é uma amplitude nessas ações, de modo a ignorar os limites estabelecidos socialmente pelas regras. Vale perceber que um centramento com esse grau de variação referencial, não causaria o efeito de sentido adequado na receita de bolo que analisamos anteriormente. Por isso, para progredir, o texto em (95) exigiu um nível de centramento menos genérico.

O interessante a ser percebido é que quando a mensagem expressa em (108) sente a necessidade de uma delimitação de sentido, faz-se novamente um recorte referencial e marca-se em (115) uma predicação dirigida. Assim, ao dizer

(115) e nunca se arrependa de algo que lhe fez sorrir...

o texto propõe que a predicação de que participa o verbo *arrepender* atribua um efeito de especificidade ao arrependimento. Não se trata de negar o arrependimento total, de todas as coisas realizadas e sim apenas *de algo que lhe fez sorrir*.

Decorre desse fato entendermos que a força enunciativa, de construção temática e progressão referencial, opera com uma mobilidade marcada pela tensão existente entre as cenas já construídas na dimensão da memória e as cenas em atualização nos acontecimentos enunciativos que se constituem no agora do dizer.

4.3 Por um contínuo de predicação: uma proposta de encerramento

O que fizemos, até então, neste quarto capítulo, foi estabelecer como a predicação dirigida e a predicação centrada se organizam, separadamente, em contínuos de predicação. A partir de agora, nossa pretensão é juntar esses dois tipos de predicação em um único contínuo, a fim de que o fenômeno que estamos discutindo neste trabalho possa ser visualizado em sua inteireza e percebido como um fato gramatical passível de continuidade e sistematização.

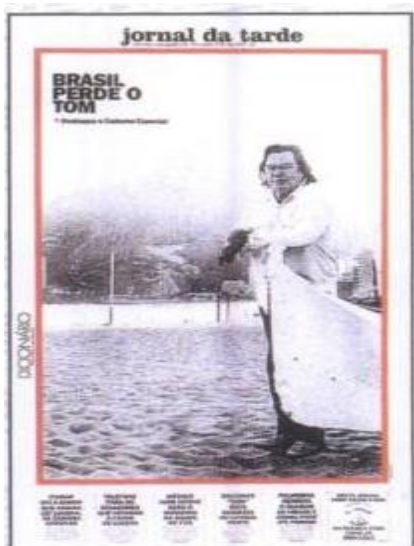
Para tanto, entendemos ser necessária a sumarização de alguns pontos fundamentais que alicerçaram a classificação que ora propomos, a saber:

- a predicação dirigida caracteriza-se pela lexicalização do lugar sintático de objeto, ao passo que a predicação centrada atribui a esse lugar o *status* de silêncio sintático;

- os níveis de predicação dirigida e/ou de centramento estão diretamente relacionados à amplitude do domínio referencial do(s) item(ns) lexical(is) ocupante(s) do lugar de objeto ou passível(is) de ocupá-lo.
- o modo de enunciação específico, condiciona, na maioria das vezes, uma predicação dirigida, devendo ser levado em conta, entretanto, que a força de retrospecção é capaz de orientar, também, predicações centradas na constituição de modos de enunciações especificadores.
- O modo de enunciação genérico orienta a presença de uma predicação centrada, caracterizada pela não ocupação do lugar sintático de objeto e nivelada pela influência da força de prospecção.
- O nível dos modos de enunciação (mais ou menos especificadores/mais ou menos genéricos) encontra proporcionalidade no nível das predicações dirigida e centrada.

A partir das premissas descritas acima, tomemos como exemplo a seguinte manchete publicada pelo Jornal da Tarde, em 09 de dezembro de 1994, por ocasião da morte de Tom Jobim, que aconteceu no dia anterior.

(116)



83

Percebemos que a sentença que compõe essa manchete de jornal apresenta uma predicação que foi constituída a partir do modo de enunciação específico. Ou seja, o substantivo *Tom* ocupa o lugar sintático de objeto projetado pelo verbo *perder*, delimitando, portanto, o campo referencial que produz o efeito de sentido do enunciado. Entretanto, percebemos que há uma

⁸³ Disponível em: <http://books.google.com/books?id=mlGPw0idxNkC&pg=PA103&lpg=PA103&dq=%22brasil+perde+o+tom+%22&source=web&ots=enH7TKYs8&sig=mkx0JXrYlX4iqo5RTFA5fmQT2hE>. Acesso em 15.01.12.

ampliação no domínio referencial estabelecido por essa ocupação. Afinal, a cena enunciativa, criada por ocasião desse dizer, permite que haja duas direções argumentativas no enunciado. Na primeira, imagina-se que a palavra *Tom* se refira ao nome do cantor e compositor Tom Jobim, que aparece, inclusive, de pé, junto com a manchete, na capa do jornal que noticia sua morte. Já em uma segunda orientação enunciativa, é possível que se amplie o foco de referência realizado inicialmente, de modo a possibilitar que o substantivo *Tom* ganhe outro recorte de sentido, passando a significar também *ritmo, harmonia*.

Assim, em (116) - a exemplo do que já analisamos em (69) *A regra é clara! Onde se ganha o pão, não se come a carne!*⁸⁴ - estamos diante de uma palavra-âncora (*Tom*) que, mesmo especificando o campo referencial do lugar sintático que ocupa, abre possibilidades de ampliação dessa referência. As bases dessa multiancoragem à qual nos referimos envolvem tanto as imagens que compõem a manchete e a recente morte do artista (atualidade inscrita no acontecimento), quanto uma memória histórica de que Tom Jobim era um consagrado músico brasileiro.

Também como reafirmação do que postulamos para a sentença (69), consideramos que, mesmo participando do modo de enunciação específico, o enunciado (116) não se encontra no nível mais alto de especificação que esse modo de enunciação pode manifestar, uma vez que esse tipo de predicação dirigida produz um índice de definitude baixo, no que diz respeito à delimitação de um domínio de referência específico.

Sendo assim, esse enunciado será tomado, a partir de agora, como base para o estabelecimento de alguns exemplos-colmeia, a fim de tentamos traçar um contínuo que abranja todos os casos de predicação centrada e dirigida, apresentados até então neste trabalho.

Imaginemos uma discussão entre colegas de trabalho, acerca da morte do cantor Tom Jobim, tendo como foco as sentenças grifadas em cada um dos enunciados que seguem:

(116a) – O Brasil perdeu Tom Jobim esta semana.

(116b) – Sim. Podemos dizer que o Brasil perdeu o Tom.

(116c) – Verdade, essa perda não é o mesmo que abrir mão de um artista qualquer, significa perder ritmo, perder melodia.

⁸⁴ Disponível em: http://www.acidezmental.xpg.com.br/como_paquerar_no_trabalho.html. Acesso em 12.07.2012.

(116d) – Tom Jobim é um daqueles artistas que mereciam ser eternos e o Brasil perdeu muito cedo.

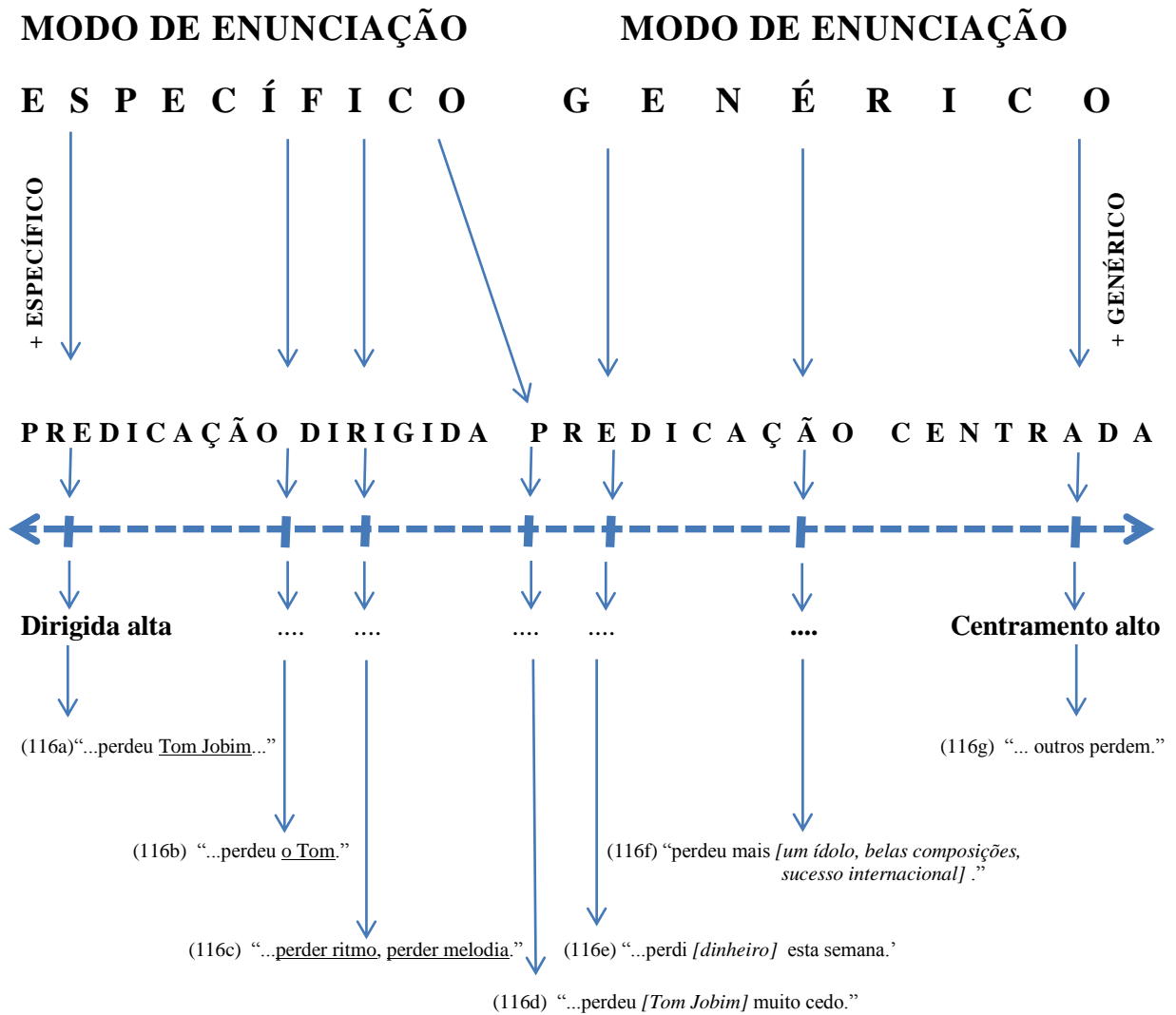
(116e) – Só pra descontrair... eu também perdi esta semana. Não vou mais jogar na loteria.

(116f) – Sua perda foi financeira e isso é pouco. Já o povo brasileiro perdeu mais.

(116g) – Acho melhor voltarmos ao trabalho... na vida é assim: uns ganham outros perdem. E se continuarmos com essa conversa corremos sérios riscos de perder o emprego.

Ao inserirmos esses exemplos no contínuo de predicção que tentamos desenvolver, temos a seguinte configuração:

FIGURA 18 – Contínuo geral de centramento do verbo *perder*.



Elaborado pela autora

Como vimos, os enunciados foram construídos de modo a demonstrar uma gradação nos níveis de predicação, que se organizam desde a predicação dirigida mais alta, até aquela cujo centramento também é alto.

Isso implica dizer que na fala do interlocutor (116a) - *O Brasil perdeu Tom Jobim esta semana.*- há uma pontualidade muito grande no que diz respeito ao estabelecimento do domínio de referência da formação nominal que ocupa o lugar sintático de objeto do enunciado. Ou seja, a dor que atingiu o Brasil se volta à perda de uma pessoa específica – *Tom Jobim.*

Já na interlocução (116b), conforme explicitado ao analisarmos o enunciado que compõe a manchete expressa em (116), começamos a perceber um distanciamento dessa pontualidade referencial, por meio de um jogo enunciativo que pressupõe a presença de uma palavra-âncora, capaz de produzir uma ampliação no efeito de sentido do enunciado, tornando-o, portanto, menos especificador.

A justificativa para que situássemos o enunciado 116c em uma gradiência de especificação mais baixa do que (116a) e (116b) encontra sustentação no fato de que nessa ocorrência o lugar sintático de objeto está afetado pela manifestação de um objeto incorporado, fenômeno também já apresentado nesta pesquisa. E, de acordo com a perspectiva assumida, nos casos de incorporação do objeto, verbo e nome organizam-se em torno de um todo semântico, ou seja, o objeto deve ser considerado junto com o verbo uma *unidade* de incorporação semântica. Decorre desse fato, esse tipo de predicação fazer fronteira com o primeiro caso de predicação centrada, produzida na fala do interlocutor (116d), em que percebemos o silêncio sintático marcando o lugar sintático de objeto.

O enunciado (116d) - *Tom Jobim é um daqueles artistas que mereciam ser eternos e o Brasil perdeu muito cedo.* - merece uma observação cuidadosa porque mesmo sendo constituído por uma predicação centrada, organiza-se em torno do modo de enunciação específico. Expliquemos melhor. A sentença em análise *...o Brasil perdeu muito cedo...* não apresenta um item lexical ocupando o lugar sintático de objeto, logo, configura-se como uma sentença de predicação centrada. Entretanto, por meio da força de retrospectão é possível recolocar em cena *Tom Jobim* e especificar, dessa forma, a referência capaz de materializar o lugar sintático de objeto que, por elipse, não se encontra ocupado.

Nesse sentido, o nível de predicação centrada observado em (116d) é bastante diferente daquele manifestado em (116e), (116f) e (116g), uma vez que em (116d) instala-se um processo de (re)constituição referencial cujo balizamento se dá no fio das sentenças anteriores, já em (116e), (116f) e (116g) as ocupações dos lugares sintáticos de objeto pressupõem a atualização de uma virtualidade referencial que é posta em cena pela força de prospecção.

Em (116e), por exemplo - *Só pra descontraír... eu também perdi esta semana. Não vou mais jogar na loteria.* - o verbo *perder* projeta um lugar sintático de objeto cuja ocupação é orientada pontualmente para um domínio referencial específico. Afinal, a segunda sentença - *Não vou mais jogar na loteria.* - funciona como escopo para que entendamos que o objeto da perda do interlocutor seja *dinheiro*. Assim, ainda que não haja possibilidade imediata de retrospecto na cena em ato, ou seja, ainda que o substantivo *dinheiro* não possa ser retomado na materialidade dos enunciados em questão, índices como *jogar e loteria* sustentam, por meio da prospecção, a relação de sentido necessária à ocupação do lugar sintático de objeto do verbo *perder* com esse substantivo.

Ao caminharmos para o encerramento do contínuo, percebemos que enunciados, ainda mais genéricos que (116e), vão sendo produzidos pelos interlocutores. Um exemplo é o que acontece em (116f) - *Sua perda foi financeira e isso é pouco. Já o povo brasileiro perdeu mais.* O que vemos agora é que as formações nominais, passíveis de ocupar o lugar sintático de objeto do verbo *perder*, ganham mobilidade referencial, uma vez que a definitude das virtualidades linguísticas a serem atualizadas no lugar sintático de objeto, por meio de elementos lexicais, se torna um pouco mais rarefeita. Não queremos dizer, com isso, que esse lugar sintático passa a ser o lugar de todas as possibilidades referenciais se manifestarem, não parecem encontrar sustentação para ocupar o lugar sintático de objeto ocorrências que manifestem perdas positivas, por exemplo. Entretanto, conforme marcamos no contínuo, formações nominais como *um ídolo, belas composições, sucesso internacional*, dentre outras, poderiam, perfeitamente, constituir o domínio de referência de ocupação do lugar sintático em análise. Isso faz com que esse lugar se abra a uma movimentação dos efeitos de sentido e, conseqüentemente, a uma generalização mais ampla do dizer.

Por fim, o que notamos em (116g) é o nível mais alto de centramento detectado nesse contínuo que ora elaboramos. O enunciado *...uns ganham outros perdem* adquire, inclusive, o *status* de provérbio, dado o alargamento referencial assumido pela predicação de que

participam as formas verbais ganhar e perder. Ou seja, por propagar uma verdade a ser utilizada em diversas enunciações, há uma orientação das condições enunciativas para a não ocupação do lugar sintático de objeto. Assim, “intensifica-se a generalização, produzindo como efeito uma condensação referencial, constituída de tal forma que permite ao enunciado circular entre os falantes como texto-memória.” (DIAS, 2005b, p.40).

Sendo assim, na proposta que apresentamos, entendemos que o fenômeno da transitividade verbal deve ser analisado levando-se em conta o plano da materialidade linguística, que pressupõe a projeção de lugares de objeto e o plano da enunciação, que regula os níveis de ocupação e de não ocupação desses lugares. Pelo fato de o segundo plano, o enunciativo, não ser plenamente estratificável é que pensamos que a ideia de um contínuo seja interessante. Afinal, por esse contínuo, o estudo da transitividade passa a representar o estudo de um lugar sintático qualificado na estrutura da sentença e, portanto, com a fixidez (indicada pelo lugar projetado) e a mobilidade (posta em cena pelas condições enunciativas) necessárias a uma sintaxe de base semântica.

É importante ressaltarmos que o fato de abirmos mão, nesta última etapa, da qualificação das predicções centradas e dirigidas em alta, média e baixa, representa uma abertura das possibilidades de injunções de ocorrências na geometria do contínuo de predicação. Na verdade, ao marcarmos apenas as pontas do contínuo com as categorizações predicação dirigida alta (modo de enunciação + específico) e centramento alto (modo de enunciação + genérico) quisemos oferecer ao fato de gramatical, eleito para nossa pesquisa, um mecanismo de sistematização. Afinal, entendemos ser necessário que os campos de observação do fenômeno linguístico com o qual trabalhamos apresentem categorias que sustentem as margens de nosso olhar analítico sobre esse fenômeno. Mas, ao não nomearmos os níveis de predicação intermediários, tivemos a intenção de atribuir um aspecto de futuridade às discussões que estabelecemos, tendo a ideia de contínuo como alvo.

CONCLUSÃO

Após todas as discussões que empreendemos neste trabalho, passamos a descrever, agora, os resultados obtidos com a análise realizada acerca do fato gramatical que sustentou nossas pesquisas, bem como a suscitar as possíveis contribuições que esses resultados podem trazer para os estudos linguísticos.

Utilizaremos como base de conclusão os objetivos a que nos propomos no início desta tese.

Sendo assim, um primeiro aspecto que pensamos ter posto em cena foi a necessidade de **propor uma reformulação no conceito de transitividade**. Para tanto, o primeiro capítulo trouxe as perspectivas que têm sido assumidas na compreensão desse assunto.

Ao discutirmos a transitividade verbal como fenômeno de complementação e/ou delimitação do sentido do verbo, fizemos incursões em várias gramáticas (BARBOSA, 1822; RIBEIRO, 1881; RIBEIRO, 1887; GOMES, 1887; BECHARA, 1999), com a finalidade de perceber os acréscimos e/ou reduções que a cada época passaram a fazer parte das definições trazidas a esse fato gramatical. Em suma, percebemos que os manuais que analisam a transitividade com esse olhar oferecem ao verbo o *status* de gerenciador de seus complementos (objetos). Isso pressupõe que o verbo apresenta-se deficitário (ou superavitário) em predicções cuja relação por ele estabelecida é transitiva e pleno de sentido naquelas em que se manifesta intransitivamente. Vimos, ainda, que essa é a tradição gramatical que circunda os estudos de transitividade nos manuais escolares que vigoram até então.

Entretanto, trouxemos para a discussão outras propostas que marcam a análise desse fato gramatical. Uma dessas perspectivas é aquela que entende a transitividade verbal como um fenômeno que diz respeito à articulação dos elementos na sentença. Ou seja, ela é vista sob a ótica da recção (MACAMBIRA, 1987; MAROUZEAU, 1933; HJELMSLEV, 2012; PERINI, 1996). Assim, o verbo configura-se como um termo regente que possui a propriedade de estipular certos traços da estrutura em que ocorre de modo a exigir (ou não) um termo regido, o objeto. Trata-se, dessa forma, de uma rede de dependências empenhada na constituição da estrutura da língua. É interessante observarmos que a complementação não deixa de existir, por essa via de análise. No entanto, não se trata mais de uma exigência semântica e sim de uma demanda sintática.

Outro caminho teórico percorrido demonstra o fenômeno da transitividade como o estudo das posições estruturais que os tipos de sintagmas podem ocupar em relação ao verbo. Nesse pressuposto, os verbos são categorias que chamam por argumentos e esses argumentos são passíveis de receberem um papel temático que se realiza sintaticamente de forma interna ou externa a esse verbo (OUHALLA, 1994; CYRINO, NUNES, PAGATTO, 2009). Ainda em uma sintaxe posicional, vimos que Milner (1989) propõe uma teoria que deve orientar todos os estudos sintáticos, não só aqueles relacionados à transitividade. Segundo ele, a sintaxe deve se basear em lugares-posições, por isso esse estudo não se configura como uma relação entre itens lexicais, mas como uma associação entre lugares sintáticos. E essa ideia de lugares sintáticos, que Milner nomeia como *site*, foi tomada como um dos balizadores do conceito de transitividade por meio do qual empreendemos nossa análise.

Por fim, demonstramos como as teorias pragmáticas analisam a questão da transitividade. Apresentamos exemplos para ilustrar que, nessa corrente de pensamento, a transitividade organiza-se em torno de uma matriz sintática explicitada pelas formas linguísticas, e de uma matriz semântica, validada pelos usos a que essas formas são submetidas. (HOPPER e THOMPSON, 1980; NEVES, 1997; FURTADO DA CUNHA e SOUZA, 2007). Marcamos em nosso trabalho esse postulado pragmático como algo muito interessante para os propósitos a que nos dispomos: a fundamentação de um estudo sintático que leve em conta uma contraparte semântica. Além disso, também nos causou conforto teórico o fato de que nessa perspectiva funcional a transitividade não é algo voltado especificamente para o verbo, trata-se, antes, de um aspecto que se manifesta em toda a oração. Entretanto, tentamos demonstrar que ao descentralizar esse fato gramatical da figura do verbo e perceber toda a sentença como mais ou menos transitiva, os estudos pragmáticos se alicerçam em fenômenos do mundo empírico para explicar os fatos linguísticos e isso traz, em nosso parecer, algumas controvérsias aos fundamentos propostos.

Sendo assim, o que realizamos a seguir foi uma apresentação da teoria semântica e da teoria sintática que acreditamos fundamentar com maior propriedade nossas discussões. Para tanto, começamos a expor, no capítulo II, as orientações teóricas de nossa tese e, por isso, elegemos descrever os princípios que regem a semântica da enunciação, para, em seguida, no capítulo III, trazermos à tona os elementos fundantes do que consideramos uma sintaxe de base semântica e, conseqüentemente, um conceito de transitividade redefinido segundo esses padrões.

Optamos por tomar a figura do acontecimento enunciativo como eixo das discussões acerca da semântica da enunciação, uma vez que, fundamentados em Guimarães (2002), entendemos que a enunciação se configura como um acontecimento de linguagem. Dessa forma, enumeramos características que, na nossa concepção fundam a ideia de acontecimento com a qual trabalhamos. E tentamos, por essa via de análise, demonstrar que nos filiamos à perspectiva de que o acontecimento enunciativo configura-se como um construto sócio-histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos de memória, é capaz de (re)construir a atualidade do dizer. Assim, entendemos que no acontecimento há um reconhecimento do passado e uma projeção do futuro, que se concretizam na realização enunciativa presente. Por assim dizer, é possível situarmos o acontecimento no entremeio da singularidade (marcada pelo novo) e do recorrente (expresso pelo que é similar). Decorre desse fato, compreendermos que a palavra traz em si um potencial de significação, marcado pela sua recorrência de uso; o acontecimento enunciativo opera sobre essa possibilidade e recorta os efeitos de sentido que esse potencial autoriza acontecer. Sendo assim, ao entrar em uma enunciação, os elementos linguísticos se põem em relação uns com os outros e, nesse estado relacional, acontece a determinação de sentidos. Conforme dissemos, concluímos que a materialidade é um constituinte linguístico, a partir do qual se lida com a simbologia. Juntas, as duas dimensões da língua, marcadas pelo plano das formas e pelo plano da enunciação, sustentam o acontecimento enunciativo.

Isso posto, partimos para a caracterização das condições de sustentação do fato gramatical, voltando-nos, especificamente, para aquele que é o alvo de nossa análise. Após a apresentação de três dessas condições - distributivas, atributivas e operativas - com base em Dias (2007a), foi possível postular que se torna inconsistente imaginar que apenas as condições distributivas sustentam a configuração do objeto verbal em uma sentença, assim como, marca-se pela inconsistência, também, incluir nos estudos da transitividade as condições atributivas e não associar a elas os aspectos enunciativos propostos pelas condições operativas. Por isso, na tentativa de associar as condições atributivas e operativas aos estudos da transitividade, trouxemos o conceito de *site*, desenvolvido por Milner (1989), que nos possibilitou oferecer ao lugar sintático de objeto o título de um lugar qualificado na sentença, uma vez que não se trata apenas de um espaço geograficamente situado na materialidade linguística e sim de um lugar que qualifica os elementos lexicais, a fim de que possam contrair essa função. Ao conceito de *site*, agregamos, ainda, a perspectiva de Berrendonner (1990, 2002a, 2002b) sobre a Macrossintaxe. Segundo o autor, um estudo sintático pensado sob a ótica da macrossintaxe

percebe o linguístico em dois níveis distintos e complementares: o nível do texto, que diz respeito aos mecanismos sentenciais e o nível dos implícitos, que se fundamenta na memória. Dessa forma, realizando um filtro teórico entre essas duas perspectivas e oferecendo a elas os contornos que já descrevemos acerca da Semântica da enunciação, chegamos ao conceito de transitividade a ser utilizado nesta pesquisa. Para nós, conforme descrevemos, transitividade verbal representa a projeção de lugares sintáticos, realizada pelos verbos da língua portuguesa, cujas condições de ocupação (e de não ocupação) são determinadas pelo acontecimento enunciativo, que se fundamenta nos domínios referenciais sócio-históricos do dizer.

Trabalhar com esse conceito nos trouxe a tarefa de esclarecer como entendemos a projeção desses lugares sintáticos, bem como apontar em que evidências nos baseamos para afirmar que cabe aos verbos da língua portuguesa essa função. Afinal, defendemos que o papel assumido pelo verbo é o de projetar o lugar sintático de objeto, cuja ocupação passa a ser regulada pelas condições operativas, não estando o objeto, portanto, circunscrito a uma necessidade de complementação do sentido desse verbo. Apresentamos a defesa de que a ocupação do lugar sintático de objeto se processa ancorada na produtividade enunciativa apresentada pelas formas verbais. Assim, ao apresentar exemplos em que uma mesma forma verbal ocorre com ou sem a ocupação do lugar sintático de objeto, tivemos a intenção de evidenciar que a projeção desse lugar sintático é uma atribuição do verbo, ainda que o objeto não se manifeste lexicalizado na materialidade da sentença. A essa não manifestação explícita do objeto nomeamos, revisitando Dalmaschio (2008), de silêncio sintático.

Outra exemplificação que trouxemos à tona para justificar a projeção dos lugares de objeto como uma realização verbal, foi o fenômeno da causatividade, em que verbos, cujos estudos tradicionais denominam como intransitivos, abrem-se para participar de predicções em que a presença de um item lexical ocupando o lugar sintático de objeto se faz necessária. Sendo assim, pensamos ter caminhado nesta etapa da pesquisa para a realização de mais um objetivo deste trabalho: **explicitar o papel do verbo nos estudos de transitividade, de modo a verificar qual o nível de participação das formas verbais no processo de ocupação e não ocupação do lugar sintático de objeto.**

Em seguida, por termos, também, o objetivo de **descrever como as condições enunciativas regulam a ocupação ou a não ocupação do lugar sintático objeto verbal**, passamos a analisar essas condições, a fim de perceber como elas orientam a configuração do enunciado

em torno de uma predicação centrada ou dirigida. Na verdade, nossos investimentos se deram no sentido de dar validade à premissa de que a transitividade deve ser analisada a partir da ótica da predicação que se estabelece em um acontecimento enunciativo, podendo ser essa predicação dirigida quando seu efeito de completude é orientado para um objeto marcado organicamente na sentença ou centrada quando é para o verbo que se volta esse efeito, conforme Dias (2006a). De acordo com o que apresentamos, predicções dirigidas mantêm relação com modos de enunciação mais especificadores em que o lugar sintático de objeto é marcado por uma pontualidade referencial, ao passo que predicções centradas se associam a modos de enunciação genéricos, em que esse lugar sintático apresenta-se com aspecto mais generalizador.

Dando prosseguimento ao trabalho, no último capítulo da tese, tentamos atingir os objetivos mais pretensiosos que elencamos. Dentre eles destacamos a intenção de **verificar a pertinência, para os estudos sobre transitividade, da elaboração de um contínuo de predicação**. Antes, porém, de um contínuo geral, fizemos a delimitação das partes desse contínuo, de modo a **ampliar o conceito de predicação centrada e predicação dirigida, analisando os aspectos que as diferem**, bem como a fim de **associar esses tipos de predicação aos modos de enunciação específico e genérico**.

Começamos esta última etapa dando ênfase à predicação dirigida e sua escala referencial e, como conclusão desse primeiro ponto do contínuo, estabelecemos que o modo de enunciação especificador se realiza quando há um domínio de sentido específico na constituição dos extratos de ocorrência, que ocupam o lugar sintático de objeto. Esse modo de enunciação é marcado por aquilo que denominamos pontualidade referencial. Entretanto, através dos exemplos de nosso *corpus*, percebemos que essa pontualidade não se configura pela singularidade referencial, ou seja, trata-se, antes, da especificação de um campo de referência, que pode apresentar maior ou menor amplitude, dependendo dos efeitos de sentido em causa. Assim, distinguimos, a princípio, uma gradiência de três níveis de predicação dirigida e, por consequência, de três níveis de modo de enunciação específico: um nível alto em que a delimitação referencial do elemento linguístico que ocupa o lugar sintático de objeto é bastante marcada, como na sentença (79) “...comer a carne seria perfeitamente aceitável.”; um nível médio em que essa delimitação assume certo aspecto de fluidez, uma vez que se estrutura em torno da multiancoragem referencial, como ocorre em (69) “...não se come a carne.”; e um nível baixo em que o item lexical ocupante do lugar sintático de objeto praticamente perde sua individualidade de referência, uma vez que forma com o verbo um

tudo semântico, assumindo a denominação de objeto incorporado, fato que ilustramos com a sentença (79) “*Comer carne faz bem?*”

Ao lidar com o segundo ponto do contínuo, descrevemos o funcionamento da predicação centrada e do modo de enunciação genérico. Para empreendermos essa tarefa, utilizamos os conceitos de duas modalidades referenciais, definidos por Dias (2012): a retrospecção, que está ligada a um alto nível de definitude de referência; e a prospecção, que se trata de uma força enunciativa capaz de proporcionar a atualização de uma virtualidade referencial. As nossas conclusões sobre esse tipo de predicação também nos possibilitaram traçar um contínuo de centramento. Esse contínuo se estabeleceu, nesta etapa da análise, conforme passaremos a descrever.

Em uma das pontas, influenciado pela força de retrospecção, temos aquilo que nomeamos de centramento baixo, uma vez que, no exemplo em análise, - (92c) *Ele correu mesmo que a distância fosse longa* – ainda que o verbo não apresente o lugar sintático de objeto ocupado, há um imediato direcionamento, nas sentenças anteriores, para que esse lugar seja ocupado com as formações nominais *São Silvestre* ou *essa prova*. Trata-se, portanto, de uma recuperação referencial que se marca materialmente em elementos linguísticos já descritos na cena em ato. Isso faz com que tenhamos estabelecido que, mesmo estruturado em torno de uma predicação centrada, esse enunciado seja considerado como pertencente ao modo de enunciação especificador. Assim, tivemos que reformular a ideia inicial de que apenas as predicações dirigidas compõem esse modo enunciativo. Entretanto, fizemos questão de demonstrar que o nível de centramento baixo também pode compor o modo de enunciação genérico. Isso ocorre, de acordo com o que postulamos, quando a ocupação do lugar sintático de objeto não é afetada mais por forças de retrospecção e sim por possibilidades prospectivas. No entanto, essas forças de prospecção, manifestadas em um centramento baixo, também praticamente direcionam a ocupação do lugar sintático de objeto pela relação imediata que é possível ser estabelecida entre o item lexical passível de ocupar aquele lugar e os outros elementos impressos na cena enunciativa. É o que acontece, por exemplo, com a sentença (29) “*Alongue.*” em que a ocupação do lugar sintático de objeto com a palavra *corpo* é diretamente produzida pelo escopo referencial criado por ocasião da propaganda.

Pontuados em um nível intermediário do contínuo de centramento entendemos estar os enunciados em que a definitude referencial dos extratos de ocorrências capazes de ocupar o lugar sintático de objeto é menos delimitada, exigindo uma força de prospecção maior do que

aquela manifestada em (29) “*Alongue.*” Trabalhamos com a tese de que em (82) “*Aprecie.*” a relação entre os constituintes da cena (80) e os itens lexicais capazes de ocupar o lugar sintático de objeto é menos explícita, ou seja, há um apontamento menos focalizado e, portanto, mais aberto a incursões de memória. Vale ressaltar que essa abertura é ampla, porém limitada, afinal, ainda que em uma escala menor, há uma regularidade de sentido consubstanciada pelo acontecimento enunciativo em questão.

O outro extremo do contínuo é aquele que estabelece um nível de centramento alto para as predicções. Esse centramento se caracteriza porque representa níveis tão baixos de prospecção que oferecem ao próprio verbo, por si só, a capacidade de manifestar os efeitos de sentido daquele enunciado. É o que ocorre, por exemplo, em (92e) ...*quem corre cansa, quem anda alcança.*

Logo, concluímos que a cena enunciativa orienta a ocupação do lugar sintático de objeto. Dito de outra forma, o agenciamento presente na cena enunciativa revela, em concomitância com os traços de memória por ele suscitados, o nível de amplitude referencial dos itens lexicais passíveis de ocupar o lugar sintático projetado pelos verbos. Vale ressaltar que essa amplitude referencial ganha pertencimento no acontecimento do dizer. Assim, os níveis de centramento variam seja entre formas verbais distintas, seja em relação à mesma forma verbal, afinal, partimos do princípio de que o lugar sintático de objeto apresenta mobilidade suficiente para abrigar todas as ocorrências que produzirem pertinência enunciativa. Ao desenvolver esse tópico da análise pensamos ter abarcado mais um dos objetivos desta tese, aquele que pressupunha **observar em que espaços da cena enunciativa se encontram os elementos geradores do domínio referencial para a ocupação do lugar sintático de objeto, de modo a descentralizar a figura do verbo nessa ocupação.**

Antes de caminharmos para o fechamento de nossas conclusões, com a apresentação da sistematização do contínuo de predicção que ora propomos, é importante marcamos que, diante da defesa de que predicções centradas apresentam níveis de ocupação virtual que não podem ser desconsiderados na produção de efeito de sentido dos enunciados, fomos impelidos a **discutir como esse tipo de predicção influencia na construção temática e na progressão textual.** Sobre esse fato estabelecemos que, visto sob a perspectiva de um lugar qualificado, o lugar sintático de objeto possibilita que uma articulação sintática se estabeleça mesmo à deriva da localização de um item lexical na sentença. Isso foi ilustrado, por exemplo, com os verbos *despejar, levar, deixar, desenformar, servir e polvilhar*, que

integrando uma receita de bolo (95), constroem, mesmo tendo seus lugares de objetos manifestados por meio do silêncio sintático, uma perfeita articulação sintático-semântica, capaz de instaurar o percurso temático e a progressão textual necessárias à produção de sentido.

Para encerrar as conclusões a que chegamos com o desenvolvimento desta pesquisa, vamos apresentar como entendemos ser a configuração de um contínuo geral de predicação. Na verdade, todos os critérios que adotamos para a constituição dos contínuos de predicação dirigida e centrada, que apresentamos separadamente nos tópicos anteriores, prevaleceram nessa organização final. A única diferença que achamos por bem marcar foi a exclusão das qualificações alta, média e baixa, adotadas nas análises preliminares, uma vez que, como vimos na representação explicitada acerca do verbo *perder*, por meio dos enunciados (116a) a (116g), não é possível a apreensão de apenas três níveis para caracterizar, por exemplo, o centramento dessa forma verbal. E essa nos parece uma consideração interessante a ser feita nesta tese. Afinal, o que pretendemos foi demonstrar que nossos estudos oferecem demarcações, pontos de partida e de chegada para o fenômeno da transitividade verbal, pontos esses que, conforme expusemos, foram marcados com os índices predicação dirigida alta = modo de enunciação +específico e predicação centrada alta = modo de enunciação +genérico. Entretanto, nossa pretensão também encontrou respaldo na ideia de que como um fenômeno enunciativo e propenso, portanto, a atualizações não há como estabelecer categorias fechadas de análise, no que se refere aos pontos intermediários desse contínuo.

Além do mais, se para nós, conforme vimos defendendo, o sentido de um enunciado são os efeitos de suas enunciações, e ainda, se é na relação com a história de suas enunciações e com os outros elementos constitutivos do próprio enunciado, que as palavras encontram escopo referencial capaz de proporcionar a elas os efeitos de sentido necessários à condição de significar em diversos acontecimentos enunciativos; então, é na relação com a regularidade enunciativa captada pela memória e com os elementos linguísticos marcados organicamente na sentença que se dá a ocupação do lugar sintático de objeto projetado pelos verbos da língua portuguesa. Sendo assim, essa ocupação pode acontecer de forma mais ou menos ampla por força dos fatores enunciativos que atuam na constituição do dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. 5. ed. Gallimard, 1992.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Real, 1822.
- BARROS, D. M. *A memória*. 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>. Acesso em 24.05.2010.
- BARROS, E. B. de. *Transitividade verbal em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1992. 173p. (Dissertação: Mestrado em Linguística).
- _____. Revisão das transitividades, incluindo o complemento do predicado. 1993 (manuscrito) apud PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1968.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa: revista e ampliada*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERRENDONNER, A. Pour une macro-syntaxe. *Travaux de linguistique*, n.21, p. 25-36, 1990.
- _____. Les deux syntaxes. *Verbum*, n. XXIV, p.23-35, 2002a.
- _____. Morpho-syntaxe, pragma-syntaxe, et ambivalences sémantiques. in : ANDERSEN, H. L. ; NOLKE, H. *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne, Peter Lang, p. 23-41, p. 95-118, 2002b.
- BITTENCOURT, V. de O. Causativas Lexicais no Português do Brasil: Perfil Morfosintático, Semântico e Funcional-Discursivo. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et al. *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 167-232.
- CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO. Complementação. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M.; CASTILHO, A. (orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil – volume 3. A Construção da sentença*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. In: *D.E.L.T.A.*, v.3, número especial, p.49-72, 1997.
- DALMASCHIO, L. *Enunciação e Sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar sintático de objeto*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas gerais, 2008.103p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2.ed. São Paulo: Graal. 2006.

DIAS, L. F.; DALMASCHIO, L. O papel da discursividade na configuração de lugares sintáticos: uma análise do complemento verbal. In: *Diadorim*. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.93-105, 2008.

DIAS, L. F. LACERDA, P. B. G. Sintaxe e genericidade: uma análise de sentenças proverbiais. In: SARAIVA, M. E. F. ; MARINHO, J. H. C. (orgs.) *Estudos da língua em uso – da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DIAS, L. F. O fato lingüístico e a constituição de um saber de entremeio. In: RÖSING, T.M. K. & BECKER, P. (orgs.). *Jornadas literárias de Passo Fundo: 20 anos de história*. Passo Fundo: UPF/Edelbra, 2001. p. 191-198.

_____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre:Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Claudia Stumpf (org.) *Questões de lingüística*. Passo Fundo: editora da UPF, 2003.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, J. H. C. (org.) *Estudos da língua em uso – relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: UFMG, 2005a. p.101-122.

_____. Textualidade e gramática : relações em construção. In : SCHONS, R. C. ; RÖSING, T. M. K. *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005b, p.30-41.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006a.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramáticas na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S.E. de & SANTOS, J. F. dos. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006b. p.43-53.

_____. L. F. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: ORLANDI, E.; P. GUIMARÃES, E. (org.) *Um dialogue atlantique – Production des sciences du langage au Brésil*. Paris, ENS, editions, 2007a. p.79-89.

_____. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. *Política lingüística no Brasil*, Campinas: Pontes, p.183-200, 2007b.

_____. Articulação sintática em gramáticas brasileiras do século XIX. In: *Letras*. Santa Maria, v.18, n.2, jul./dez. 2008, p.125-134.

_____. Enunciação e regularidade sintática. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Unicamp, p.7-30, jan./jun. 2009.

_____. Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, S. (org.) *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2010.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (orgs.) *Língua, escola e mídia – en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2011. p. 272-287.

_____. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: LEFFA, V. J. ERNST (orgs.). *Linguagens: metodologias de ensino e pesquisa*. Pelotas: Educat, 2012. p. 27-42.

_____. Enunciação e forma linguística. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 21, n.1, jan-jun 2013. (no prelo).

DU BOIS, J. W. Discourse and Grammar. In: TOMASELLO, *The new psychology of language – cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, New Jersey/London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, Chapter 2, p.47-143.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Francisco Alves, 1977.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Retornar à história. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.282-295.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978. cap. 2, p. 59-86.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GASS, S.; MACKAY, A. *Data elicitation for second and foreign language research*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2007.

GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.

GOODY, J. *The Domestication of the Savage Mind*. London: Cambridge University Press, 1977.

GUIMARÃES, E. “Enunciação e história”. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1994.

_____. Enunciação, língua e memória. In: *Revista da ANPOLL*. São Paulo:

Humanitas, n.2, p. 27-33, 1996.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES E.; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem – a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p.113-143.

_____. E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. *A palavra : forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, F.; GUIMARÃES, M. *A Gramática lê o texto*. São Paulo: Moderna, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HJELMSLEV, L. (1939) La notion de rection. In: *Acta Linguística*. n.1, v.1. p.10-23. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03740463.1939.10410843>. Acesso em: 03.08.12.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v.56, n.2, p.251-299. 1980.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfossintática do português*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

MACIEL, M. *Gramática descritiva*, 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

MARCUSCHI, Luz Antonio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: *Revista Letras*, Curitiba: Editora da UFPR n. 56, p. 217-258. jul./dez. 2001.

MARCUSCHI, A. L. Aspectos da questão metodológica na análise verbal: o continuum qualitativo-quantitativo. In: *Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso*. Venezuela: Editorial Latina, n.01, p.23-42, agosto. 2001.

MAROUZEAU, J. *Lexique de la Terminologie Linguistique*. Paris: Paul Geuthner, 1933.

MARTINS, E. C. R. O enigma do passado: construção social da memória histórica. In: *Textos de História*. Brasília: UNB. v.15, n.1/2, 2007.

MILÁN-RAMOS, J. G.; BALDINI, L. J. S. Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas;_____, n.38, p.50-70, jan./jun. 2000.

MILNER, J.C. La théorie des positions. In: *Introduction à une Science Du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Editions Gallimard, v.1, 1984.

NORA, P. Between memory and history: les lieux de mémoire. In: *Representations*. Spring: University of California Press. n.26, p.7-24. 1989. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2928520>. Acesso em 16/08/2008.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. Crônicas e controvérsias. In: *Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n.1, 1998.

_____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes, 2004.

OUHALLA, Jamal. *Introducing transformational grammar – from rules to principles and parameteres*. Londres: Edward Arnold, 1994.

PAZ, Octavio. A consagração do instante. In: *Signos em Rotação*. São Paulo: Editôra Perspectiva, 1972.

PÊCHEUX, M. Lecture et mémoire: projet de recherche. in: MALDIDIÉ, D. *L'inquiétude du discours : textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, p. 285-293, 1990.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes, n.2, p. 07-31, jul./dez.1998.

_____. Papel da Memória, In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da Memória*. Campinas, Pontes, 1999. p.49-57.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

POSSENTI, S. Notas sobre a noção de acontecimento. In: FERNANDES, A. F. (Org.). *et. al. Sujeito Identidade e Memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.17-25.

POSSENTI, S. *Os Humores da Língua: Análises Lingüísticas de Piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, K. O singular: uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Editora da Unicamp, n.38, p.79-84, jan./jun. 2000.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Caminho: Lisboa, 1992.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, João (1887). *Grammatica Portugueza*. 10.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

RIZZI, L. *Relativised Minimality*. Cambridge: MIT Press, 1994.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 13. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1968.

RUSSELL, B. *Knowlegde by asquaintace and knowledge by description*. Proceedings of the aristotelian society. v.11, p.108-128, 1911.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SARAIVA, M. E. F. *O SN NU Objeto em português: um caso de incorporação semântica e sintática*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1996. (Tese de doutoramento).

_____. *Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, M. C. F. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SOUZA DIAS. *A lógica do acontecimento – Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SPINOZA, B. de, 1.632 – 1.677. *Ética – demonstrada à maneira dos geômetras*. 3. ed. (Bilíngue: latim/português); Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VOGT, C. *Memória e linguagem*. 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagen/s/memoria/01.shtml>. Acesso em 24.05.2010.

WHITAKER FRANCHI, R. C. M. *As construções ergativas, um estudo semântico e sintático*. Campinas: IEL. Universidade Estadual de Campinas, 1989. 193p. (Dissertação: Mestrado em Linguística).